



**Universidade de São Paulo**

**Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI**

---

Departamento de Física Experimental - IF/FEP

Livros e Capítulos de Livros - IF/FEP

---

1982

## Ciências Sociais e Aplicadas.

---

MOSCATI, Giorgio; VERSIANI, Flávio Rabelo. "Ciências Sociais e Aplicadas". In: MOSCATI, Giorgio; LERNER, Eugênio; MAGALHÃES, Luiz Edmundo de; VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo; VIANA, José de Alencar Carneiro; SILVA, Alberto Carvalho da; VELHO, Gilberto Cardoso Alves; VERSIANI, Flávio Rabelo. Avaliação & Perspectivas. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, v. 1, p. 401-502, 1982. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/46000>

*Downloaded from: Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI, Universidade de São Paulo*

# AVALIAÇÃO PERSPECTIVAS

AVALIAÇÃO PERSPECTIVAS



SBI/IFUSP 305M81021975



**SEPLAN**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Coordenação Editorial Brasília 1982

307 2781  
C7552  
v. 1

Presidente da República  
JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO  
Ministro de Planejamento  
ANTÔNIO DELFIM NETTO  
Secretário Geral  
JOSÉ FLÁVIO PÉCORÁ

Presidente do CNPq  
LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE  
Diretores  
JOSÉ DE ANCHIETA DE MOURA FÉ  
JOSÉ DUARTE DE ARAÚJO  
PAULO DE ALMEIDA MACHADO  
SÉRGIO FARIA LEMOS FONSECA JR.

Coordenador Geral de Avaliação & Perspectivas 1982  
GIORGIO MOSCATI

Coordenador de Ciências Exatas e da Terra  
EUGÊNIO LERNER

Coordenador de Ciências Biológicas  
LUIZ EDMUNDO DE MAGALHÃES

Coordenador de Engenharias  
RUY CARLOS DE CAMARGO VIEIRA

Coordenador de Ciências Agrárias  
JOSÉ DE ALENCAR CARNEIRO VIANA

Coordenador de Ciências da Saúde  
ALBERTO CARVALHO DA SILVA

Coordenador de Ciências Humanas e Sociais  
GILBERTO CARDOSO ALVES VELHO

Coordenador de Ciências Sociais e Aplicadas  
FLÁVIO RABELO VERSIANI

Secretário de Apoio  
YASHIRO YAMAMOTO

Superintendência de Desenvolvimento Científico  
Av. W/3 Norte - Quadra 511 - Bloco A - Térreo  
70750 - Brasília - DF  
Fone: (061) 274-1155 - ramais 396 e 442

CNPq  
Avaliação & perspectivas. Brasília, CNPq/  
Coordenação Editorial, 1982.  
8. v.

1. Desenvolvimento científico - Brasil 2.  
Pesquisa científica - Brasil I. Título

CDU 001.89(81)

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	5
2. CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA .....	17
1. Astronomia .....	25
2. Computação .....	28
3. Estatística .....	30
4. Física .....	32
5. Geociências .....	36
6. Matemática .....	42
7. Oceanografia .....	45
8. Química .....	50
3. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS .....	53
9. Bioquímica e Fisiologia .....	61
10. Botânica .....	63
11. Ecologia .....	73
12. Farmácia e Farmacologia .....	76
13. Fisiologia .....	86
14. Genética .....	93
15. Imunologia .....	97
16. Microbiologia .....	101
17. Morfologia .....	107
18. Parasitologia .....	109
19. Zoologia .....	114
4. ENGENHARIAS .....	119
20. Arquitetura .....	131
21. Engenharia Biomédica .....	140
22. Engenharia Civil .....	144
23. Engenharia Sanitária .....	147
24. Engenharia Elétrica .....	153
25. Engenharia de Produção .....	155
26. Engenharia Mecânica, Naval e Oceânica e Aeroespacial .....	160
27. Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais .....	169
28. Engenharia Nuclear .....	175
29. Engenharia Química .....	181
5. CIÊNCIAS AGRÁRIAS .....	189
30. Agronomia .....	213
31. Alimentos .....	220
32. Engenharia Agrícola .....	226
33. Medicina Veterinária .....	230
34. Recursos Florestais .....	235
35. Zootecnia .....	238

6. CIÊNCIAS DA SAÚDE	241
36. Cirurgia e especialidades cirúrgicas	277
37. Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia	279
38. Enfermagem	286
39. Farmacologia Clínica	291
40. Materno-Infantil	293
41. Medicina Interna e Especialidades	310
42. Medicina Preventiva e Social e Saúde Pública	314
43. Nutrição	319
44. Odontologia	326
45. Patologia	329
7. CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	333
46. Antropologia	343
47. Arqueologia	345
48. Artes	348
49. Ciência Política	357
50. Direito	363
51. Filosofia	371
52. História	379
53. Letras	384
54. Lingüística	392
55. Psicologia	393
56. Sociologia	395
8. CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS	401
57. Administração	413
58. Biblioteconomia e Arquivologia	421
59. Comunicação	428
60. Demografia	438
61. Educação	448
62. Economia	463
63. Economia Agrícola	466
64. Geografia	470
65. Serviço Social	473
66. Urbanismo	478
Anexo 1	491
Anexo 2	497

## 8. CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

Coordenador:  
Flávio Rabelo Versiani \*  
Departamento de Economia, UnB

(\*) Deixo aqui explícitos meus agradecimentos, por terem facilitado de vários modos o cumprimento de minha tarefa de Coordenação, aos drs. José Duarte de Araújo e Manuel Marcos Maciel Formiga, do CNPq, ao Prof. Giorgio Moscati, Coordenador Geral do projeto, ao Dr. Yashiro Yamamoto, responsável pelo apoio logístico, aos coordenadores das demais áreas e, em especial, aos redatores da área de Ciências Sociais Aplicadas, citados nominalmente na Introdução Geral deste Capítulo.

## INTRODUÇÃO GERAL

A área de Ciências Sociais Aplicadas abrange, em *Avaliação & Perspectivas 1982*, as dez subáreas seguintes: Administração, Biblioteconomia, Comunicação, Demografia, Economia, Economia Rural, Educação, Geografia, Serviço Social e Urbanismo. ( \*)

A preparação dos documentos de *Avaliação & Perspectivas* para essas dez subáreas foi um processo extenso, que envolveu, direta ou indiretamente, ao longo de um período de vários meses, grande número de especialistas daquelas disciplinas. Inicialmente, a partir de indicações feitas pelos Comitês Assessores do CNPq, foram escolhidos pesquisadores de expressão e experiência em seus campos de atividade, para funcionarem como redatores dos documentos. Foram os seguintes os redatores das várias subáreas: *Administração*: professor Roberto Costa Fachim, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); *Biblioteconomia*: professora Suzana Pinheiro Machado Mueller, da Universidade de Brasília (UnB); *Comunicação*: professor Eduardo Peñuela Cañizal, da Universidade de São Paulo (USP); *Demografia*: professora Elza Berquó, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap); *Economia*: professor Pedro Malan, do Instituto de Pesquisas do Ipea e da PUC do Rio de Janeiro; *Economia Rural*: professor Charles Curt Mueller, da Universidade de Brasília (UnB); *Educação*: professora Bernadete Gatti, da Fundação Carlos Chagas; *Geografia*: professor Manuel Correia de Andrade, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); *Serviço Social*: professora Safira Amman, da Universidade de Brasília (UnB); *Urbanismo*: professora Maria Adélia Aparecida de Souza, da Universidade de São Paulo (USP).

( \*) O rótulo de Ciências Sociais "Aplicadas" para esse grupo de disciplinas é obviamente inadequado, assim como a distinção entre Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas e Sociais. A adoção dessa classificação pelo CNPq obedeceu basicamente a razões de ordem prática.

Na preparação de seus documentos, os redatores se valeram, além dos dados disponíveis na Capes, CNPq e outras instituições, de informações colhidas diretamente em visitas aos centros de pesquisa de sua área, ou obtidas por meio de questionários, entrevistas etc. As versões preliminares dos documentos foram submetidas à apreciação de membros representativos da comunidade de pesquisadores na subárea: dirigentes de associações científicas, de instituições de pesquisas, coordenadores de programas de pós-graduação etc. Para alguns dos documentos, esse processo de discussão envolveu várias dezenas de pesquisadores.

As versões finais dos diversos relatórios foram ratificadas pelo Comitê Assessor da área correspondente. Assim, embora se reflita nos documentos, como é óbvio, a postura pessoal de quem os redigiu, eles devem ser vistos também como um posicionamento da comunidade científica de cada subárea, tal como representada no Comitê Assessor respectivo.

### A pesquisa e a evolução da pós-graduação

A própria relação das disciplinas aqui classificadas como Ciências Sociais Aplicadas já sugere a grande heterogeneidade presente nos vários diagnósticos, o que é evidenciado pela leitura dos documentos respectivos. Trata-se de áreas muito diversas quanto à evolução e ao estado atual da pesquisa e do ensino, entre nós. Seria assim pouco viável, por esse lado, tentar fazer aqui generalização sobre o teor dos dez documentos contidos no presente volume.

Não obstante, verificar-se-á também, de outra parte, que essas subáreas têm uma massa importante de problemas comuns. Até certo ponto, esses problemas decorrem da trajetória por que passou a pós-graduação no país na última década, em quase todas as áreas de conhecimento: uma expansão rápida, às vezes desordenada, a exigir agora um esforço de consolidação, que demandará necessariamente ações coordenadas por parte dos vários órgãos governamentais com responsabilidade na área de ensino e pesquisa. Além desse dado geral, é necessário ressaltar que o apoio oficial ao desenvolvimento científico e tecnológico, no Brasil, tem revelado, historicamente, uma propensão desfavorável com relação às Ciências Sociais, em confronto, por exemplo, com as Ciências Físicas e Ciências Biológicas, ou com as Engenharias. Tal distorção (que só recentemente mostra sinais de correção parcial em alguns órgãos governamentais, como o CNPq) é também um fator causal das dificuldades enfrentadas em comum pelas dez subáreas aqui consideradas.

Pode-se dizer, assim, que embora os dez documentos sejam diversos no que toca à avaliação da situação atual, eles têm grandes áreas de convergência no que se refere ao levantamento de problemas e, em consequência, às recomendações para ação governamental. Em vista disso — e também porque essas recomendações são a principal razão de ser de todo o projeto *Avaliação & Perspectivas* — daremos ênfase, no que segue, ao conjunto de problemas, reivindicações e recomendações

que interessam a área de Ciências Sociais Aplicadas como um todo.

A situação atual da pesquisa nas dez subáreas está muito marcada, como se disse, pela evolução do ensino de pós-graduação, ao longo da década de 1970. Os cursos de pós-graduação são um *habitat* natural da pesquisa científica; expandindo-se aqueles, criam-se normalmente condições para que a pesquisa se desenvolva.

O surto de expansão por que passou o ensino pós-graduado na última década teve como estímulo imediato, como se sabe, a introdução da exigência de títulos acadêmicos formais para acesso e progressão na carreira universitária, ao final da década de 1960. A partir daí, e em decorrência também das medidas em prol da institucionalização do ensino pós-graduado, adotadas também nessa época, a criação de cursos de mestrado e doutorado generalizou-se em todas as áreas, em paralelo com a expansão dos já existentes. No caso das dez disciplinas aqui consideradas, por exemplo, de um total de 87 programas de mestrado atualmente em funcionamento, 74 foram estabelecidos entre 1970 e 1980; além de uns poucos programas pioneiros em Geografia, Administração e Educação, somente em Economia e Economia Rural houvera um desenvolvimento significativo do ensino pós-graduado, nessas subáreas, antes de 1970.

Essa expansão acelerada dos cursos pós-graduados foi também influenciada por outros fatores. É necessário reconhecer, por exemplo, que a pós-graduação passou a ser, na época, de certa forma um indicador de *status* para as instituições de ensino superior, sendo a criação de novos cursos exibida, muitas vezes como sinal de proficiência e dinamismo de uma administração universitária. Além disso, durante algum tempo as próprias agências financiadoras governamentais foram contagiadas por essa visão; assim, verbas fluíam para o ensino pós-graduado com certa facilidade, ao mesmo tempo em que a expansão de outros itens de despesa, no orçamento das universidades, não encontrava a mesma benevolência. Nessas circunstâncias, o estabelecimento de novos mestrados, ou doutorados, era visto às vezes como uma linha de menor esforço para a obtenção de recursos adicionais pelas universidades. Estabeleceu-se, dessa forma, um sistema muito eficaz de estímulo à criação de cursos pós-graduados, mesmo ali onde não houvesse condições para tal: percebendo o clima favorável vigente nas altas esferas, dirigentes universitários não raro exerciam pressão sobre os departamentos ou faculdades de sua instituição no sentido da abertura de programas de pós-graduação, dentro do propósito de encurtar a rota para o acesso aos cofres governamentais.

Assim, a pós-graduação em muitos casos não surgiu de dentro da Universidade, como uma resposta às solicitações do meio acadêmico e da sociedade como um todo, baseada numa adequada avaliação da disponibilidade de recursos humanos e materiais da instituição; ao contrário, vários cursos de mestrado e doutorado foram superpostos à estrutura universitária preexistente, quase como apêndices.

Isso teve uma consequência importante no que toca ao financiamento desses programas. A expansão da pós-graduação se fez com o decidido apoio de agências de

fomento, como a Capes, a Finep e o CNPq; muitos cursos tiveram sua implantação basicamente custeada por tais agências, independentemente das verbas próprias das universidades (e não raro com um quadro de professores próprio, níveis salariais distintos etc.). Nas palavras de um ex-diretor da Capes, "a pós-graduação é grileira nos terrenos da Universidade, tendo sido instalada ali com recursos das agências de fomento". (\*)

Um resultado desse processo foi que as universidades, regra geral, não se aparelharam, em termos orçamentários ou mesmo de estrutura administrativa, para a manutenção continuada dos núcleos de pós-graduação. Assim, não só dispêndios com equipamentos e material permanente, ou com complementações salariais que tornem possível manter um corpo de professores de alto nível, mas mesmo verbas de custeio, compra de material de consumo e pagamento de pessoal administrativo, tudo isso depende, em numerosos centros de pesquisa e pós-graduação, hoje em dia, de recursos a serem solicitados periodicamente a agências como a Finep ou o CNPq.

Também colaborou para esse estado de coisas o fato de que, durante a década passada, vários órgãos e entidades governamentais, passando eles próprios por um processo de expansão de atividades e de disponibilidade de recursos, aparecerem como grandes financiadores de projetos de pesquisa de seu interesse. Assim, o Ministério da Agricultura, os órgãos regionais do Ministério do Interior, o Ministério dos Transportes e suas empresas, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento etc., custearam numerosos programas e projetos de pesquisa, especialmente nas subáreas de Economia, Economia Rural, Urbanismo, Geografia e Demografia. A existência dessa fonte adicional de recursos tornou alguns centros de pós-graduação e pesquisa temporariamente pouco dependentes, em termos financeiros, de suas universidades. Ao lado dos óbvios aspectos positivos, isso contribuiu também para acentuar a posição desses núcleos como elementos à parte na estrutura universitária, e para fazer com que a administração das universidades pudesse se eximir de atribuir recursos específicos à pesquisa e à pós-graduação. É fácil perceber os problemas por que passam agora, findo o período de vacas gordas nos orçamentos públicos, vários dos centros de pós-graduação, em especial nas subáreas acima citadas.

Os problemas de financiamento que atingem os centros de pós-graduação afetam de modo particular a atividade de pesquisa. Requisito indispensável ao desenvolvimento de um programa sério de pesquisa é um grau mínimo de continuidade e, portanto, de estabilidade institucional: a investigação científica bem sucedida é em geral um processo cumulativo, feito de adições sucessivas. Ora, a forma como é financiado o funcionamento desses centros dificulta em extremo a consecução de tal estabilidade. Não havendo verbas regulares, no orçamento da Universidade, suficientes para manter os centros em plena atividade, é necessário o

(\*) "Entrevista: Cláudio de Moura Castro". *Veja*, nº 716 (25/5/1982), p. 6. Citação extraída do documento *Avaliação & Perspectivas* de Economia Rural.

recurso às agências de fomento. Mas essas últimas concedem recursos à base de projetos, cobrindo um período de tempo determinado, não havendo qualquer garantia de que, findo o prazo de um projeto, haverá aprovação de outro subsequente, de forma a impedir solução de continuidade. Sendo assim, a instabilidade, a incerteza, os ciclos de largueza e penúria são uma característica comum nos centros de pós-graduação e pesquisa, na área. Os altos e baixos das pesquisas encomendadas são, como vimos, fator agravante dessa inconstância.

A tais problemas veio se juntar, nos últimos anos, uma relutância crescente de algumas agências de financiamento à pesquisa, especialmente a Finep, em incluir em suas dotações recursos para apoio institucional (ou seja, verbas destinadas a despesas de funcionamento normal do centro de pesquisa): seus financiamentos seriam apenas destinados a gastos diretamente vinculados a projetos específicos de pesquisa. Em outras palavras, os centros de pesquisa e pós-graduação, tendo sido criados, como se disse, sob os auspícios de agências de fomento, vêem-se agora na perspectiva de ficarem órfãos desse apoio. Dado que as universidades, em geral, não têm condições, a curto prazo, de assumir esse encargo, criou-se, em alguns casos, situações esdrúxulas, em que todos se eximem de responsabilidades, enquanto os centros de pesquisa e pós-graduação têm ameaçado seu funcionamento regular.

Como se verá a seguir, a maioria dos problemas da pesquisa nas dez subáreas de Ciências Sociais Aplicadas se relacionam a essa questão básica de financiamento.

## Obstáculos ao desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas

### PROBLEMAS INSTITUCIONAIS DOS CENTROS DE PESQUISA

A demanda por um financiamento estável aos núcleos de pesquisa, de tal forma a proporcionar uma infra-estrutura adequada para a atividade de pesquisa, aparece com monótona constância nos documentos das subáreas. Frequentemente, o óbice central ao desenvolvimento eficiente de programas de pesquisa não é tanto a inexistência absoluta de recursos, quanto as deficiências da organização interna da universidade onde o núcleo se insere. Falta uma base administrativa adequada — o que inclui facilidades elementares como serviços de datilografia, xérox e telefone interurbano. Paradoxalmente, muitas vezes são esses os principais fatores limitativos da atividade do pesquisador.

### RELAÇÃO PESQUISADOR X AGÊNCIA FINANCIADORA

A abundância de pesquisas "sob encomenda", em certas áreas e períodos, pode trazer, além dos problemas de instabilidade mencionados acima, um inconveniente adicional: a limitação de temas e de metodologias imposta ao pesquisador pelas características dos projetos encomendados. Tais investigações visam, regra geral, objetivos "práticos" bem definidos; assim, sua prevalência pode trazer uma séria distorção, inibindo o desenvolvimento de pesquisas de caráter teórico, ou a exploração de metodologias não convencionais. Esse problema aparece aqui de forma mais aguda em Urbanismo, sendo mencionado também nos documentos

de Administração e Geografia; mas é certo que ele atinja igualmente outras subáreas.

A questão se relaciona, obviamente, com o problema da ausência de uma estrutura financeira adequada nos centros de pesquisa. Na falta de apoio institucional estável, muitos centros se vêem na contingência de vender seus serviços de pesquisa a instituições interessadas, o que os constrange a seguir linhas de pesquisa metodologicamente fracas e teoricamente pouco estimulantes. Trata-se, nesses casos — nas palavras de um dos redatores — de prostituir-se ou perecer.

#### CARGA DOCENTE E ADMINISTRATIVA DO PESQUISADOR

Um problema bastante generalizado é o excessivo volume de encargos administrativos e docentes que recaem sobre o pesquisador. O acúmulo de tarefas burocráticas está diretamente relacionado à deficiente estrutura administrativa e financeira dos centros de pesquisa: os pesquisadores (em particular os que exercem cargo de direção ou de coordenação) têm que assumir pessoalmente uma série de tarefas que poderiam ser delegadas a uma secretaria bem montada, se essa existisse.

Além disso, a necessidade de gestões freqüentes e demoradas junto às agências de fomento, ou de negociações com os fregueses de pesquisas sob encomenda — necessidade acentuada pela indisponibilidade de verbas regulares para a manutenção da instituição — cria em geral um volume enorme de incumbências adicionais para o pesquisador.

Uma carga docente excessiva é outro obstáculo freqüente ao exercício da pesquisa. Como reclamam vários dos documentos das subáreas, as universidades em geral não consideram as atividades do professor enquanto pesquisador no cômputo de sua carga horária; seria como se a pesquisa fosse uma atividade marginal, um diletantismo do professor. (Em alguns casos, como assinala o documento de Educação, chega-se a atribuir à pesquisa uma conotação negativa, sendo ela qualificada de "escapismo, ou vista como atividade ociosa").

Premido pelas solicitações da burocracia e do ensino, o investigador vê seu tempo freqüentemente retalhado, de forma tal a ter que trabalhar em seus projetos apenas nas escassas horas vagas. É evidente que a produtividade da pesquisa assim conduzida será extremamente baixa.

#### REMUNERAÇÃO DO PESQUISADOR

O problema de reter nos centros de pesquisas profissionais de alto nível, os salários vigentes na carreira universitária, coloca-se de forma mais premente naquelas áreas onde a concorrência de órgãos e empresas governamentais, ou mesmo do setor privado, se faz sentir com mais intensidade. Tal é o caso, por exemplo, em Administração, Biblioteconomia, Economia ou Economia Rural.

Embora se reconheça que não há solução fácil ou geral para esse problema, é es-

sencial que ele seja enfrentado de forma realista. Ignorá-lo é correr o risco de um esvaziamento dos centros de pesquisa, com a perda de elementos de maior expressão para outras áreas de atuação profissional.

#### DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA — INTERCÂMBIO ACADÊMICO

A leitura dos dez documentos da área de Ciências Sociais Aplicadas revela uma preocupação unânime com os problemas do intercâmbio de idéias e de resultados, entre a comunidade de pesquisadores. De fato, na expansão da pós-graduação e da pesquisa, nos últimos anos, esse aspecto parece ter sido deixado em segundo plano.

A questão tem vários aspectos. Há o problema da divulgação das pesquisas concluídas, que se reconhece ser deficiente. Existe, com freqüência, a exigência dos órgãos financiadores de que sejam preparados amplos relatórios de pesquisa; estes, no entanto, na maioria das vezes são relegados ao abandono de umas poucas prateleiras burocráticas. Por outro lado, a circulação de resultados entre os demais pesquisadores da área — que são os leitores que importa atingir, e os que farão efetivamente o julgamento da relevância do trabalho — costuma enfrentar várias dificuldades, dadas, principalmente, pela escassez ou limitada distribuição de periódicos especializados. Há uma grande demanda por mecanismos que visem facilitar a circulação ampla de trabalhos relevantes em cada subárea, inclusive no que se refere a teses acadêmicas. E não deixa de ser inquietante notar que as agências financiadoras, regra geral, ainda não se deram conta da importância dessa questão, nem se mostram aparelhadas para atuar eficazmente nesse campo. Não é que não existam recursos para fomento à publicação científica, mas tais recursos raras vezes são aplicados (como deveriam sê-lo) segundo um plano articulado, que procurasse determinar, para cada área de conhecimento, a forma mais eficiente e barata de divulgar os vários tipos de produto final da atividade do pesquisador.

Um outro aspecto é a disponibilidade de recursos para a realização de seminários, simpósios e congressos, para o comparecimento a eles de pesquisadores dos vários centros e regiões e para o intercâmbio de pesquisadores entre centros. A despeito do apoio dado pelo CNPq a esses tipos de atividade, há um consenso no sentido de que tal apoio necessita ser expandido (ver, por exemplo, os documentos de Administração, Economia Rural, Educação, Geografia, Serviço Social e Urbanismo).

A falta de comunicação entre pesquisadores da mesma área (e, mais ainda, de áreas afins) parece ser generalizada; e note-se que a pesquisa em Ciências Sociais entre nós tem ainda um volume de produção relativamente modesto, envolvendo um número não muito grande de pesquisadores, em cada subárea. Se, nessas condições, a circulação de idéias é deficiente, é de se esperar que o problema se agrave à medida que se expanda a pesquisa e aumente o número de investigadores.

Deve-se mencionar que a solução dessas questões não dependerá apenas da atua-

ção dos órgãos financiadores. Como assinalam alguns relatórios, o problema começa nas próprias instituições de pesquisa, onde há, não raro, "equipes ignorando o que outras equipes do mesmo local produzem" (documento de Educação). Como assinala o texto de Urbanismo, um cadastro nacional de pesquisas poderá ser um instrumento relevante de intercâmbio de informações, em cada subárea; todavia, "pouco adiantará a tentativa de se montar um cadastro de informações da pesquisa brasileira, se ao nível de cada instituição essa informação é desconhecida."

#### ACESSO A DADOS PARA PESQUISA

Para grande parte das subáreas de Ciências Sociais Aplicadas, dados estatísticos oficiais são matéria-prima básica da investigação empírica. A esse propósito, ouvem-se, muitas vezes, queixas quanto à difícil disponibilidade ou alto custo desses dados; é freqüente, por exemplo, a menção às dificuldades de obtenção de tabelações especiais no IBGE (ver os documentos de Urbanismo e de Demografia). No mesmo sentido são as reclamações quanto à verdadeira obsessão, vigente em certos organismos e empresas públicas, de cercear de uma aura de segredo, informações rotineiras sobre suas atividades. Grande número de dados de interesse do pesquisador são, dessa forma, tratados como confidenciais. Isso cerceia, em particular, o trabalho de investigação em áreas como Administração, que fazem da instituição pública um de seus objetos de análise.

#### DESENVOLVIMENTO DE LINHAS DE PESQUISA

Em algumas subáreas se registra uma tendência à dispersão das atividades de pesquisa, num leque muito amplo, de tal forma a dificultar o processo de interfertilização normalmente associado à concentração de esforços de vários pesquisadores numa mesma linha de investigação. Uma causa importante disso é sem dúvida, a necessidade de venda de pesquisas para a manutenção do centro respectivo. Nesse caso, a atividade de pesquisa se move ao sabor das solicitações do mercado; só em circunstâncias muito favoráveis tais solicitações se agruparão em torno de uma linha coerente de investigação. Assim, a existência de um fluxo regular de verbas é pré-condição de um programa bem estruturado de pesquisas.

Notou-se, também em alguns casos, uma ênfase desproporcional em certas linhas de pesquisa, em detrimento de outras, de maior interesse ou significado científico. Em particular, verifica-se que a escolha do objeto de análise em projetos de pesquisa, obedece, às vezes, a modismos derivados da importação acrítica de metodologias ou mesmo de temas de investigação. (Ver a propósito, por exemplo, os documentos de Urbanismo e de Serviço Social). Essa distorção está também em parte associada à deficiência de recursos regulares nos centros, e à conseqüente produção de pesquisas sob encomenda: como se notou acima, tais pesquisas costumam enfatizar o "aplicado", em oposição ao "teórico" (uma oposição que, levada ao extremo, é obviamente falsa), sendo que isso freqüentemente conduz à utilização, sem maior exame, de modelos de análise desenvolvidos em outros contextos.

#### Resumo das recomendações

Da análise da situação da pesquisa em cada subárea, nos documentos respectivos, decorre, explícita ou implicitamente, um conjunto de recomendações aos responsáveis pela formulação da política científica e tecnológica no país, do ponto de vista da comunidade de pesquisadores. As recomendações que interessam à área como um todo são, em resumo, as seguintes:

#### APOIO INSTITUCIONAL

Grande parte das dificuldades enfrentadas pela pesquisa na área, decorre da inexistência de um sistema de apoio financeiro estável aos centros de pesquisa e de ensino pós-graduado. É absolutamente prioritário o encaminhamento de uma solução para esse problema, que atinge, em maior ou menor grau, todas as dez subáreas consideradas. Sem que se assegure aos centros uma infra-estrutura técnico-administrativa básica, e um mínimo de garantia de continuidade em seu funcionamento, todas as demais medidas que se possa tomar em prol da pesquisa na área serão pouco eficazes, ou inteiramente inócuas.

#### ESTÍMULO À ATIVIDADE DE PESQUISA

A par da supressão de obstáculos à pesquisa, nas universidades — tempo excessivo dedicado a outras atividades, ausência de apoio administrativo adequado — é necessário que se estabeleçam formas apropriadas de remuneração aos pesquisadores. Isso poderia ser feito ou pela expansão de modelos já existentes (em particular o sistema de Bolsas de Pesquisa do CNPq) ou pelo desenvolvimento de sistemáticas novas (como a criação de uma carreira de pesquisador, a exemplo de outros países); o essencial é que o problema seja reconhecido e atacado.

Uma questão paralela é o apoio à feitura de teses, dado que em algumas subáreas a evasão de alunos de pós-graduação, após a conclusão dos cursos formais, é muito grande. Parece necessário que o sistema de concessão de bolsas procure obviar esse problema (o que tem sido ensaiado pela Capes).

Outro obstáculo à pesquisa que urge seja eliminado, é representado pelas dificuldades antepostas à obtenção de dados e informações junto a órgãos oficiais. Aqui deve-se mencionar em especial o IBGE, dada não só a importância óbvia da instituição, como a freqüência dos reparos que se ouvem recentemente na comunidade científica às condições de acesso, por parte de pesquisadores, aos dados produzidos nesse Instituto.

#### ESTÍMULO AO INTERCÂMBIO CIENTÍFICO

Considera-se necessário, e de grande importância, um apoio mais amplo à circulação de resultados, idéias e experiências entre a comunidade de pesquisadores das várias subáreas, sob a forma de estímulo e financiamento a publicações científicas, à realização de congressos e seminários e ao intercâmbio de pesquisadores. A demanda generalizada por uma expansão do apoio a tal tipo de atividades, sugere que sua relevância não esteja sendo devidamente avaliada pelos órgãos finan-

ciadores; parece indicado, portanto, um esforço especial destes no sentido de desenvolver canais e critérios específicos para a aplicação de recursos para esses fins.

Dentro desse tópico, deve mencionar-se também a necessidade de continuado intercâmbio com centros de pesquisa no exterior. Ainda que em certas subáreas a formação de pesquisadores possa ser feita inteiramente no país (no que toca à obtenção de títulos acadêmicos formais), isso não deve de nenhuma forma acarretar um estreitamento de oportunidades de aperfeiçoamento em outros países, ou de possibilidades de intercâmbio internacional.

#### ESTÍMULO A LINHAS DE PESQUISA

Considera-se adequado, em certas subáreas, estimular determinadas linhas de pesquisa que — a juízo da comunidade de pesquisadores da disciplina — possam favorecer um melhor entendimento de aspectos de nossa realidade; ao revés, dever-se-ia desestimular a simples reprodução estéril de fórmulas ou modelos de pesquisa importados. Isso não pode significar, no entanto, de maneira alguma, um dirigismo oficial à atividade de pesquisa, pela predeterminação de temas financiáveis, à exclusão dos demais. Os rumos da pesquisa têm que ser fixados fundamentalmente pelos próprios pesquisadores.

**FLÁVIO RABELO VERSIANI**  
COORDENADOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

## 57. ADMINISTRAÇÃO

Redator:

Roberto Costa Fachin

UFRGS — Programa de Pós-Graduação em Administração

### Natureza da Administração e apanhado histórico de sua implantação no Brasil

#### Natureza da Administração

A Administração é uma área jovem, para a qual convergem problemas de ordem econômica, política e filosófica da sociedade. Seguramente, por tal motivo, existem várias concepções sobre a natureza da Administração. Talvez a concepção dominante seja a que vê a Administração essencialmente como uma profissão social, que exige conhecimentos que são gerados a partir do exercício profissional, e se destinam a melhorá-lo; uma profissão que exige habilidades que se adquirem na prática e podem ser acelerados por treinamento. É sob o enfoque predominante da prática profissional que se tem olhado, assim, o ensino de Administração, procurando-se, através da reflexão sobre a prática, avançar a ciência. O laboratório do pesquisador em Administração é, assim, a empresa, a organização pública, a entidade não lucrativa, a instituição de serviço, entidades complexas estudadas a partir da ótica dos seus dirigentes, de seus participantes, ou do observador.

Reconhece-se que a Administração se socorre de conhecimentos e métodos de trabalho e pesquisa de ciências tão diversas como a Matemática e a Estatística, a Engenharia de Produção, a Economia e a Contabilidade, e as Ciências Comportamentais amplamente definidas de maneira a englobar a Sociologia, a Psicologia, a Ciência Política e a Antropologia.

Essa diversidade de contribuições causa dificuldades quanto ao método, o enfoque, o objeto próprio da pesquisa em Administração, enquanto distinto de outras ciências e talvez explique algumas das perplexidades da área.

#### Administração: origem, evolução e modo de implantação no Brasil

Se a Administração profissional não é necessária para o momento de se criarem

as organizações, sua presença se torna obrigatória para a ampliação da mesma, já que é a sua presença, determinada pela divisão do trabalho, que vai liberar o topo das organizações para atividades que buscam a ampliação das instituições.

O ensino de graduação em Administração no Brasil surgiu no bojo do influxo desenvolvimentista dos anos 60 e 70 e cresceu vertiginosamente. Baseou-se em modelos de ensino dos Estados Unidos da América e estruturou-se à base da formação de docentes dos EUA e da vinda de professores americanos para o Brasil. Implantou-se, assim, o ensino, conservando grande parte das conclusões americanas, sem ter enfrentado os problemas que as demandaram.

A pós-graduação em Administração no Brasil é implantada no início da década de 1960, quando foi criado o programa de orientação profissionalizante em nível de pós-graduação, na EAESP (FGV/SP, 1961) "uma tentativa de adaptar às condições brasileiras o MBA (Master of Business Administration) norte-americano". A partir da década de 70, impulsionados por movimentos de reforma universitária, pela nova pressão desenvolvimentista, pelas exigências de titulação do corpo docente das universidades, foram sendo criados os programas da PUC/RJ, UFRGS, UFMG e UFRJ (estes dois com apoio decidido do Programa Nacional de Treinamento de Executivos – PNTE), da UFPB, ou reformulados os da FGV/SP, FGV/RJ, USP. Apesar de que a criação de novos cursos tenha decrescido, ainda se observa, nos últimos anos, criações de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

### **Avaliação: retrato crítico da área**

#### **Dados gerais**

Em junho/77, data do último levantamento (A & P 1978) havia onze programas de mestrado. Para o presente levantamento, identificaram-se dezesseis programas. Houve um crescimento, assim, de cerca de 45%, tomando-se como base o número existente em 1977.

Em relação aos cursos de doutorado em Administração, não houve modificação. Os três existentes (EAESP/FGV, USP, UFRJ), naquela época ainda são os únicos no país.

Apenas cinco (cerca de 27%) dos cursos de mestrado encontram-se credenciados, ou em processo de recredenciamento pelo Conselho Federal de Educação. Dos cursos de doutoramento, nenhum satisfaz tal requisito. Segundo o Comitê de Avaliação da Capes, quatro cursos tem conceito A e dois conceito B. Houve melhoria nas avaliações em relação a 1978.

Aumentou o número de bolsistas nos cursos e ocorreu estabilização na oferta de vagas. O aumento (de 321 em 1977 para 569 em 1981) de vagas se deve substancialmente aos cinco novos cursos criados.

Não houve modificações substanciais no oferecimento de áreas de concentração,

a não ser talvez o surgimento de programas em Administração Rural, cujo nível de intercâmbio com os demais programas de administração é quase nulo, e o aparecimento da área de administração universitária quer como área de concentração (UFSC) quer a nível de programas de pesquisa (UFRJ, USP, UFRGS) a par das áreas de Administração de Empresas e Administração Pública, com suas subdivisões.

O total de docentes nos dezesseis programas é de 399, dos quais 234 são doutores. Destes, 160 (40,1% do total de docentes) desempenham suas funções em tempo integral e 74 (18,5% do total) em tempo parcial. Apesar de tais números ainda serem considerados baixos, há que se registrar, contudo, um acréscimo no nível geral de titulação docente, em relação a 1977 (98 doutores, apenas).

Houve 375 dissertações aprovadas no período 78-81. Destas, 264 (70%) provêm de cinco dos treze cursos de mestrado existentes que apresentaram dissertações. Computando-se somente os cursos que apresentaram dissertações, o percentual de dissertações em relação às vagas é de 30%.

#### **Problemas mais comuns da pesquisa em Administração**

Uma das questões a interferir nos problemas gerais de produção de pesquisa na área é quanto à própria caracterização do que sejam problemáticas de investigação, "próprias da Administração", no sentido de se buscar a especificidade da pesquisa em Administração.

Outra questão se refere ao tipo de retorno que a comunidade espera da pesquisa, refletindo-se na expectativa de expressiva parte dessa comunidade, de que a pesquisa em Administração deva propiciar, como resultado direto, a resolução de problemas práticos das organizações. No outro extremo, tem-se aqueles que vêm na investigação o modo de solucionar problemas de conhecimento na área.

Uma terceira dificuldade é a que se refere às opções metodológicas. Outra é a que se refere às dificuldades na coleta de dados em organizações privadas e públicas. Por fim, alguns projetos realizados, tipicamente pesquisas contratadas com agências financiadoras e destinadas a mapear uma situação específica, fornecendo elementos para a tomada de decisão, não geram publicações abertas ao público em geral e, assim, deixam de contribuir para o avanço científico.

Questões relacionadas à orientação, ao tipo de trabalho considerado como válido para efeitos de conclusão de curso, à orientação totalmente livre ou dentro de linhas de pesquisa, à evasão dos alunos antes de concluir a dissertação, também são temas que merecem reflexão.

Preocupa a área a instabilidade no fluxo dos recursos para os programas e certos anúncios de unificação das agências de fomento, entendendo a área como fundamental a pluralidade de agências, embora necessária a integração de suas atividades.

Sendo uma área jovem entende-se que o estágio atual indica que ainda serão necessárias muitas reuniões, muitos congressos, muito intercâmbio para que a área desenvolva critérios mais sólidos do que seja uma boa pesquisa, uma dissertação, uma boa teoria.

A área reivindica maior número de bolsas para mestrado, doutorado, pós-doutorado e reciclagens específicas bem como maior presença nos organismos financeiros.

## **Avaliação & Perspectivas: Aspectos Centrais**

### **A pós-graduação e o ensino de graduação**

Tendo em vista que a implantação do ensino de Administração baseou-se em modelo americano e com literatura que privilegia problemas existentes num país com cultura e dimensões diferentes dos nossos, resulta que o ensino pode ser razoavelmente adequado nas regiões mais desenvolvidas do país mas deixa de sê-lo na imensa maioria das regiões, como um padrão empresarial distinto do que possibilitou o crescimento da administração no país. Em consequência, a pós-graduação tem um papel relevante a desempenhar na adequação do ensino de graduação à realidade brasileira.

### **O mestrado em Administração — um mestrado em área aplicada**

Os mestrados em áreas aplicadas, como o mestrado em Administração, foram praticamente criados em razão da regulamentação e dos incentivos instituídos na carreira do magistério, e cresceram com a ambigüidade que cercou a pós-graduação nas áreas aplicadas.

A pesquisa nas disciplinas propriamente profissionais dos cursos — finanças, mercadologia, operações, etc. — recebe a concorrência do mercado de trabalho, altamente compensador, como executivo ou consultor.

A questão de incentivos para a produção científica docente e também discente, é um ponto a ser atacado. O profissional de área aplicada, voltado para a ação, demonstra pouco interesse em relação à pesquisa, pois suas possibilidades profissionais geralmente estão em outro mercado. Um tipo de dissertação voltada a aplicar, em organizações determinadas, uma porção de conhecimentos já consolidados e acompanhar o seu resultado, em lugar de uma dissertação de mestrado voltada ao conhecimento das características principais de um problema ou de uma indústria, com preocupações de explicação, poderia ser uma solução para determinado tipo de aluno dos programas, ligando-o mais à ação.

### **O estudo de caso e o método do caso — a pesquisa e o ensino**

Apesar dos problemas que têm cercado a introdução e o desenvolvimento do uso

do método de caso no ensino, entende-se que ele deva continuar a receber estímulos, pois é, dos instrumentos mais adequados para formar o gerente, que tem que aprender a deliberar e a decidir sobre ações a desenvolver. O aluno deveria envolver-se, também, na própria redação de um caso, enfrentando, assim, as várias etapas de um processo. Destarte, assim como o professor de administração aprende sobre administração ao procurar conhecer o processo de decisão de uma empresa, o aluno também o faz, como etapa de seu processo de formação.

O estudo de caso, como método de pesquisa, é modalidade adequada ao conhecimento da administração, que lida com os fenômenos da produção, comercialização e distribuição de bens a nível de unidade de produção. Conhecer administração é, assim, conhecer o que as organizações fazem. O estudo de caso é assim útil embora para avançar o estado científico da área se necessite o desenvolvimento de teorias e tipologias.

### **O Desenvolvimento da Administração**

A Administração ainda não chegou a um nível tal de desenvolvimento que chegue a legitimar o administrador profissional para o exercício de funções administrativas. Não obstante, vê-se que profissionais formados em outros campos do conhecimento, por necessidade profissional, têm procurado intensamente adaptação para suas atividades através de cursos, mais ou menos longos, em administração.

Testar modelos desenvolvidos em outro contexto parece ser um caminho escolhido pelos pesquisadores brasileiros para o desenvolvimento da Administração como ciência na realidade brasileira, diferente do ambiente onde foi gerada a literatura utilizada nos cursos no Brasil, quase toda ela importada.

Essencial em relação ao desenvolvimento da administração é o papel desempenhado pelas revistas acadêmicas, bem como os documentos internos de trabalho, publicados por várias escolas, germes da produção científica consolidada e jornais e revistas para executivos, aos quais deveriam comparecer, com mais frequência, trabalhos de professores e pesquisadores em administração.

## **Conclusões, sugestões e recomendações**

### **Recomendações da A & P 1978**

As recomendações seguintes emanam da *Avaliação e Perspectivas — 78* e permanecem válidas:

- que os programas existentes não se expandam além dos limites dos recursos existentes e que não se criem novos programas sem condições de assegurar massa crítica de alunos e professores devidamente titulados e capacitados;
- é imperativo que os programas instalados aprimorem mais os seus quadros atuais de docentes e pesquisadores;

- deve-se fortalecer a pesquisa em administração, apoiando mestrandos e doutorandos em suas teses e dissertações, favorecendo projetos que envolvam vários pesquisadores;
- devem ser preservados padrões mínimos de qualidade também nos programas concebidos como pós-graduação *lato sensu*.

### Conclusões, sugestões e recomendações — A & P/1982

a) Quanto à promoção de intercâmbio interna e externamente à área:

- o intercâmbio entre professores e pesquisadores ainda é pequeno. A Anpad, órgão que reúne os programas de pós-graduação em Administração, tem se esforçado por construir uma ponte entre os vários programas e os pesquisadores e docentes dos programas começam a se fazer conhecer. Mas esta interação tem se concentrado quase que exclusivamente na figura dos coordenadores dos programas filiados (que não são todos os existentes) e é óbvio que é necessário uma interação maior entre os docentes de cada disciplina, de cada área de vários programas. Este intercâmbio também deve incluir programas no exterior;
- é conveniente que os programas busquem relacionamento institucionalizado com a comunidade empresarial ou com o poder público. Tal relacionamento pode ser institucionalizado através de conselhos consultivos que proporcionem reconhecimento a líderes do meio empresarial estimulando seu envolvimento. Tal relacionamento deveria facilitar a realização de pesquisas em setores críticos das atividades privada e pública: a da formulação de estratégias ou políticas;
- há poucos cursos ou programas de reconhecida capacidade no país. Não obstante, o intercâmbio interinstitucional deve ser estimulado, entre curso de maior e menor experiência, criando-se mecanismos para tal;
- a falta de intercâmbio e a presença de cursos fracos ao lado de outros mais fortes deveria dar margem à criação de uma categoria de pesquisador-divulgador, a nível do CNPq que, por seis meses, por exemplo, deveria ter como missão principal, assegurar intercâmbio e assessoramento a diferentes programas;
- para o desenvolvimento do conhecimento na área é necessário organizar congressos especializados (em mercadologia, em finanças, em organizações, em métodos quantitativos em estratégia ou em tópicos específicos — política de saúde, política de educação, política de transportes, empresas públicas, pequenas e médias empresas, gerência de ciência e tecnologia). Alguns desses subsetores já vêm apresentando algum progresso;
- a interação entre conhecimento e prática administrativa parece difícil de ser aferida. A área tem demonstrado preocupação crescente com problemas substantivos ao lado de outros relacionados com o processo de administração. Uma idéia a ser divulgada seria a de organizar programas para as cúpulas administrativas através de consórcio de vários programas de pós-graduação existentes;

b) quanto a questão de ensino de pós-graduação:

- é necessária avaliação qualitativa do esforço relacionado à produção de monografias (dissertações e teses) ou seja, uma pesquisa sobre a contribuição das pesquisas produzidas por mestrandos e doutorandos à Administração Pública ou Pri-

vada como área de conhecimento;

- os programas devem procurar ajustar seus currículos às suas disponibilidades em termos de recursos, evitando-se dispersão. Programas de base generalista com opções curriculares menos rígidas que o conceito de área de concentração pode ser uma solução para as dificuldades surgentes e para a atualização a novas temáticas e linhas de pesquisa;
- os diferentes currículos dos programas deveriam ser repensados a fim de incluir tópicos como economia internacional e gerência de exportação, gestão de tecnologia, técnicas de antecipação, administração pública e seu reflexo na administração de empresas, administração universitária (nível estratégico), política e administração de empresas estatais, relações industriais (conflito e negociação com empregados e sindicatos); mas a introdução de tais mudanças deve ser feita com apoio de programas mais experientes;
- os programas de mestrado deveriam considerar a possibilidade de oferecer uma opção mais profissionalizante por ocasião da elaboração da dissertação, envolvendo trabalhos práticos (projetos, consultorias) do tipo pesquisa-ação ou pesquisa intervenção;
- há necessidade de continuar a preocupação da pós-graduação com a graduação. Os programas de mestrado e doutorado (esses ainda em escala diminuta) se voltam quase que exclusivamente à formação de docentes para as escolas superiores. Mas a enorme quantidade de cursos existentes e, conseqüentemente, a enorme quantidade de docentes, leva a crer que o impacto presumido dessa titulação nos cursos de graduação é diminuto e continuará a sê-lo por muito tempo. É importante que programas de maior abrangência se estabeleçam de forma a produzir impacto mais significativo no ensino de graduação. A Capes tem manifestado preocupações com o ensino e várias atividades têm sido patrocinadas. Pesquisa sobre o ensino de graduação, a cargo da COPPEAD/UFRJ está em processo final de relatório; apoio ao jogo de empresas como método de ensino tem sido preocupação da COPPEAD, da UFPB (em convênio com a Universidade de Grenoble) e do PPGA/UFRGS.

c) quanto a questões de pesquisa em administração:

- o grupo de administração é um grupo voltado para a ação: Preocupa-se, assim, em atender às necessidades específicas das organizações e concentra boa parte de seus esforços, se possível, em programas de pesquisa encomendada. Tais programas dificilmente avançam o conhecimento sobre a área de Administração em Geral. Esgotam-se na resolução do problema contratado e não ocorre sequer difusão de resultados. É necessário maior ênfase em pesquisas básicas, sem esquecer, entretanto, a pesquisa aplicada. E, em qualquer caso, a difusão do que é produzido;
- a pesquisa na área de administração deve se concentrar em buscar dados originais nas empresas e não em trabalhar com dados agregados, embora esses não deixem de ser úteis e necessários. Está faltando maior conhecimento sobre o comportamento empresarial tanto no setor público como no privado;
- os métodos de investigação devem continuar a receber o influxo de diferentes correntes, desde a metodologia consagrada do sistema hipotético-dedutivo às alternativas metodológicas mais recentes preocupadas com a complexidade do fe-

nômeno organizacional e com processos de pesquisa-ação;

— a atividade de pesquisa deveria ser mais incentivada. A publicação de trabalhos e a possibilidade de comparecimento a congressos para apresentação e discussão dos mesmos deveria ser assegurada;

— as entidades governamentais precisam estar mais abertas à pesquisa. Mais de um entrevistado apontou as restrições à pesquisa existente em entidades de governo, com a qualificação de muitos documentos ou estudos de "confidenciais";

d) quanto à formação/manutenção de recursos humanos:

— há necessidade de continuado esforço de formação de doutores no exterior, eis que os programas nacionais ainda continuam em estágio inicial e com poucos alunos. Com relação à produção de mestres, o Brasil pode ser considerado suficiente;

— há grande interação entre os professores e o mercado de trabalho. A manutenção do corpo de pesquisadores junto às universidades ou instituições de ensino tem sido difícil de atingir com alguma estabilidade. Nem todos os Ph. D's formados no exterior permanecem na universidade em tempo integral, pois acabam sendo absorvidos pelo sistema empresarial privado ou pelo setor público. Implicações dessa perda, que não é um mal em si para a sociedade: torna-se necessário prever um número maior e constante de bolsas para doutorado e pós-doutorado;

— há necessidade de se prover incentivos mais adequados para a manutenção do docente-pesquisador na atividade de ensino-pesquisa. A Finep desenvolveu tal processo nos últimos anos mas a tendência verificada ultimamente é de que se reduza papel incentivador de órgãos como a Finep/CNPq com a redução dos tetos de contribuição financeira, o que é lamentável;

— o envio de recém-graduados, em nível de mestrado para programas de doutorado com previsão de retorno para instituições de ensino e pesquisa em pós-graduação, deve ser acompanhado de garantia de bolsa automática, ao nível das tabelas de remuneração do CNPq, no seu retorno, para evitar êxodo para o mercado não universitário;

— dever-se-ia criar, em caráter experimental, um tipo de bolsa-pesquisa destinada, em número limitado, a cursos de bom nível, para apoio a docente-pesquisador disposto a trabalhar na fronteira do conhecimento;

e) quanto a medidas destinadas a fortalecer e a desenvolver a área:

— o relacionamento do CNPq com a área de Administração é, em geral, muito pequena. O Comitê Assessor que atende a área é o de Ciências Sociais Aplicadas, onde há apenas um representante da área de Administração. Dadas as características da Administração e a tradição de apoio do CNPq às áreas básicas, não se registra em relação a área, um programa sistemático do CNPq no sentido de fomentar o seu desenvolvimento, o que seria recomendável;

— o professor de Administração não tem liderado o debate sobre os problemas substantivos do Brasil, como se muitos deles não fossem simplesmente reflexo da má administração dos recursos nacionais. São necessárias presenças e visibilidade maiores do profissional no contexto nacional;

— criar incentivos para publicação de livros em Administração que sejam genuinamente nacionais.

## 58. BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA

Redator:

Suzana Pinheiro Machado Mueller

(UnB - Departamento de Biblioteconomia)

O documento está dividido em duas partes: Parte I — Ciência da Informação e Biblioteconomia e Parte II — Arquivologia.

### Parte I — Ciência da Informação e Biblioteconomia

Esta parte se baseou em informações obtidas através de questionários enviados aos centros de pós-graduação, escolas de biblioteconomia e a instituições que atuam na área de informações, quer como função principal, quer através de uma seção ou departamento.

### FORMAÇÃO DE PESQUISADORES PARA A ÁREA

A formação de pesquisadores para as áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia tem sido atribuída aos seis cursos de mestrado existentes no país, o mais antigo dos quais data de 1970. Paralelamente a formação de pesquisadores no país, muitos mestres e doutores obtiveram seus títulos em universidades estrangeiras, principalmente americanas e inglesas.

Os cursos nacionais apresentam certas características que revelam ênfases de interesse na organização das atividades de pesquisa. Um exame das áreas de concentração oferecidas por estes cursos, mostra interesse por três assuntos principais: planejamento e administração (quatro cursos); informação especializada (três cursos); biblioteca e educação (dois cursos). As linhas de pesquisa estabelecidas em cada centro apresentam uma visão adicional de seus principais interesses.

### ATIVIDADES DE PESQUISA

Três fontes poderiam ser consideradas as principais geradoras de pesquisa nas áreas em questão, pelo menos potencialmente: escolas de graduação, centros de pós-graduação e instituições atuantes na área de Informação. Atividades sistemá-

ticas de pesquisa nestas áreas são, no entanto, recentes, coincidindo com a implantação dos cursos de pós-graduação. Estes cursos são os maiores produtores de pesquisas, segundo dados obtidos através dos questionários. As escolas de graduação apresentaram potencial como futuro núcleos de estudos e pesquisas, pois um número elevado de seus professores já se titularam ou estão em fase de titulação. As instituições não ligadas ao ensino profissional têm apresentado, relativamente, pouca atividade de pesquisa.

O número e qualificação de pessoal, a infra-estrutura das universidades, escolas e demais instituições e o acesso a financiamento específico para pesquisa foram considerados os fatores mais influentes nas condições para o desenvolvimento de atividades sistemáticas de pesquisa. A sobrecarga de trabalho, conseqüência da insuficiência de pessoal, tem afetado centros de pós-graduação e escolas de graduação em Biblioteconomia e demais instituições. A infra-estrutura destes órgãos tem apresentado certas deficiências, principalmente em relação ao acesso a pessoal de apoio. Financiamento específico para pesquisa tem sido raro, mas não parece oferecer grande problema.

#### **Características da pesquisa**

Este estudo se baseou na caracterização de 270 trabalhos identificados pelos respondentes dos três grupos de instituição. Destes trabalhos, 61% foram produzidos nos centros de pós-graduação, 24% nas escolas de graduação e 15% nas demais instituições. Entre as principais características identificadas estão as seguintes: grande número de teses; muitos trabalhos em andamento; uso freqüente do questionário e entrevista; e poucos trabalhos em equipe.

A grande maioria dos trabalhos identificados estudou problemas brasileiros. Muitos se ocuparam de aspectos específicos de bibliotecas. Nestes a biblioteca universitária foi a mais freqüentemente estudada, seguida de perto pelas bibliotecas públicas e especializadas. Há poucos trabalhos sobre bibliotecas escolares. Os temas mais freqüentemente estudados foram os usuários, formação profissional, linguagens documentárias, sistemas para recuperação de informações, sistemas de bibliotecas e serviços específicos.

#### **Perspectivas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia**

As recomendações visando o estímulo de atividades sistemáticas de pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil, são dirigidas especialmente aos cursos de pós-graduação, por serem eles considerados os formadores de pesquisadores, e, até agora, os principais geradores de pesquisa. A consolidação destes cursos assume, assim, prioridade no planejamento do desenvolvimento da área. Fortalecimento dos corpos docentes, através de contínuo esforço para capacitação de professores e titulação formal, melhores condições para o desenvolvimento paralelo de atividades de ensino e pesquisa, acesso a boas bibliotecas, in-

fra-estrutura adequada, são os principais pontos apresentados.

Quanto aos cursos de graduação em Biblioteconomia, recomendou-se continuidade ao esforço de aprimoramento de seus professores, através de programas tais como o PICD.

Às demais instituições sugeriu-se considerar o estabelecimento de acordos com as universidades para realização das pesquisas que lhes são de interesse.

#### **Considerações finais**

A necessidade de adequação de profissionais às exigências do mercado de trabalho é paralela a da formação de pesquisadores. Os cursos de mestrado parecem oferecer condições, pelo menos potenciais, para o melhoramento da formação profissional para o desenvolvimento da Ciência da Informação e Biblioteconomia, através da formação de professores/pesquisadores.

#### **Parte II – Arquivologia**

A partir da importância da informação como instrumento de desenvolvimento científico e tecnológico, este trabalho analisa o campo dos profissionais da informação, define e delimita os acervos que cabem ao bibliotecário e ao arquivista explorar e preservar, inclusive com o apoio de especialistas em processamento de dados e microfilmagem.

Ao reafirmar o valor do acervo arquivístico como fonte essencial na reconstrução histórica e defesa de direitos comprovados, enfatiza o concurso que pode oferecer na ação administrativa e no planejamento, bem como na contribuição ao mundo científico e tecnológico, se divulgado e com o conseqüente acesso logo após a sua produção. Coloca a tese do acesso imediato aos documentos de arquivo de caráter técnico e científico como contribuição à dinâmica do sistema de informações, admitindo o prazo internacionalmente aceito de 25 anos apenas para os de caráter administrativo, de cunho meramente oficial.

Analisa o quadro atual do problema dos arquivos no Brasil a partir de questões básicas inicialmente formuladas sobre a política de arquivo, o exercício das atividades de arquivo, os acervos de arquivo acumulados e em formação, sobre técnicas e métodos arquivísticos e ainda sobre o uso dos documentos de arquivo históricos e correntes. Analisa ainda tópicos pertinentes como publicações oficiais, conservação e restauração, microfilme, automação e história oral.

Quanto à “Política de Arquivo”, afirma que as atividades arquivísticas, em suas três idades — corrente, intermediária e permanente — são exercidas em sua quase totalidade, de maneira precária e sem atender à técnica e à ciência arquivística. Nota-se uma falta de definição do próprio campo da arquivística e uma incompreensão do papel que lhe cabe desempenhar.

Menciona a premente necessidade de redefinição dos objetivos, competência e atribuições dos órgãos de Arquivo a nível federal, estadual e municipal. Cita o anteprojeto de lei que define as três idades dos arquivos e estabelece as funções e autoridades do Arquivo Nacional, define a Organização Administrativa do Sistema Nacional de Arquivo, assegura, enfim, um melhor desempenho desse órgão, a partir de legislação mais forte e atualizada. Repassa o problema dos arquivos estaduais que também carecem de legislação que assegure maior autoridade aos arquivos centrais e criem condições de um controle integrado das três idades dos arquivos, exceção feita ao Rio Grande do Norte que já dispõe do seu sistema.

Os arquivos privados também são lembrados como importante fonte de informações e o próprio anteprojeto de lei reserva-lhes um capítulo especial.

Trata-se de área a ser estimulada, num esforço de se evitar dispersão, exportação e destruição de acervos. Os arquivos de empresas significativas no contexto nacional devem igualmente ser objeto de interesse dos órgãos de arquivo nos vários níveis de governo.

No que tange ao "Exercício das Atividades de Arquivo", afirma que a carência de técnicos é um dos grandes entraves ao desenvolvimento da própria arquivística e o Arquivo Nacional considera-o uma das grandes dificuldades a ser superada. Devendo pois, ser área prioritária. Colaboram nesta área burocratas sem formação específica e ainda pessoal da área de história e biblioteconomia, notando-se uma carência quase que total de profissionais de arquivo, o que dificulta a implantação de uma política de arquivo.

Da lei que regulamenta o exercício da profissão de arquivista e de técnico de arquivo, de 1978, destaca o item que confere ao arquivista a responsabilidade pelo acompanhamento do processo documental e informativo do órgão a que serve e participação nos sistemas relativos a documentos caracterizados como de arquivo.

Enumera os três cursos de nível superior existentes no Brasil e propõe solução para formação a curto prazo: que se identifique o núcleo curricular comum aos profissionais de Arquivística, Biblioteconomia e Ciência de Informação. Os bacharéis dessas outras áreas podem vir a obter graduação em Arquivologia, em três semestres. Formula proposta no sentido de se criarem cursos de graduação em Arquivologia nas escolas de Biblioteconomia e Documentação e menciona o estímulo à criação de curso de graduação em Arquivologia em todas as unidades da Federação como medida que se impõe para se equipar os órgãos oficiais e empresas privadas de profissionais responsáveis pela área de arquivo, inclusive como sinônimo de informações geradas pelos mesmos órgãos e empresas. Menciona o projeto da Universidade Federal Fluminense que fará realizar cursos de pós-graduação inicialmente para aperfeiçoamento de professores de Arquivologia, fará cursos de especialização para graduados em outras áreas e posteriormente curso de mestrado regular.

Examina o problema dos "acervos arquivísticos" que em constante crescimento, se acumulam de maneira disforme, sem tratamento técnico adequado e são, em grande parte mantidos fora do alcance dos arquivos públicos — nacional, estaduais e municipais.

Os arquivos permanentes ou históricos carecem de instrumentos básicos que revelem a estrutura das informações neles contidas e de guias que divulguem os fundos e séries existentes.

Menciona a oportuna pesquisa iniciada no Arquivo do Estado de São Paulo que procura reconstituir a estrutura e o funcionamento da Administração Pública, através dos cargos e documentos produzidos por seus titulares, como preliminar à identificação e descrição do acervo. O Arquivo Nacional iniciou projeto idêntico, para o governo central do Brasil Colonial, Império e República e o Estado de São Paulo restringiu sua pesquisa à área da Capitania, Província e Estado, de interesse específico e mais imediato.

Quanto aos "Métodos e Técnicas Arquivísticas" há um grande caminho a percorrer. Critérios, normas e mesmo uma filosofia de trabalho, constituem lacunas a serem sanadas pelos profissionais e órgãos responsáveis pelas funções específicas de arquivo nas diversas fases de vida dos documentos, através do desenvolvimento de pesquisas específicas. Trata-se de área onde se fazem necessários estudos, inclusive, para a fixação do *modus faciendi*.

Menciona a iniciativa da ABNT que em 1981 criou uma Comissão de Estudos de Arquivologia e através de grupos específicos se ocupa de Terminologia Arquivística, Gestão de Documentos, Critérios de Avaliação, e ainda Controle e Arranjo de Documentos Permanentes. O Arquivo Nacional participa de tais estudos e prepara, ele próprio, projetos relativos a "diretrizes básicas para o estabelecimento de normas de avaliação, seleção e triagem de documentos" e outros.

Surge a Administração de Documentos, como nova função do arquivista, que cogita do controle de produção documental dos órgãos e empresas, da administração e controle de correspondência, formulários, relatórios, legislação e atos normativos. Implica ainda na análise e avaliação global dos documentos e na redução do volume da massa produzida, sem prejudicar a informação.

Coloca como ponto de partida para uma "Avaliação de Documentos de Arquivo", segura e criteriosa, o conhecimento do próprio panorama documental dos órgãos, análise do conteúdo informativo dos documentos que produzam, bem como determinação quanto ao prazo de vida ativa desses documentos e informações. Ao arquivista por sua vez, cabe analisar a perspectiva de uso dos mesmos, tanto em termos de subsídio histórico da própria atividade do órgão como da pesquisa em geral. São duas autoridades: a administrativa e a arquivística.

Examina a política de depósitos de "Arquivo Intermediário" ou pré-arquivo co-

mo forma de evitar que se recolham aos arquivos públicos grande massa de documentos de valor efêmero e como tal elimináveis, e também de evitar que os documentos de valor permanente se percam por descaso dos órgãos de origem, quando não colocados sob a proteção da autoridade arquivística. Pretende o Arquivo Nacional criar uma rede de depósitos intermediários regionais, a par do já existente em Brasília.

Cita a atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, uma força a impulsionar a arquivística através de sua revista *Arquivo & Administração*, dos Congressos Brasileiros de Arquivologia e seus Anais, bem como dos concursos de monografias que promove. Menciona ainda a atuação do Conselho Internacional de Arquivo. Carecemos, porém, de pesquisas e estudos para se firmar os princípios e normas arquivísticas que mal se esboçam no Brasil.

No tema "Publicações Oficiais" propõe que se analise a política editorial dos órgãos públicos, face à área de competência específica, no sentido de identificar as séries que correspondem às suas atividades-fim, que séries constituem seus arquivos impressos e que séries constituem contribuições de ordem cultural e científica, de cunho não oficial.

Quanto ao "Microfilme" assinala a necessidade de planejamento, controle e coordenação na área, inclusive pela criação de um órgão que opine quanto a projetos específicos e pela participação de arquivistas que assegurem o acesso à informação.

O problema da "Conservação e Restauração" de acervos é amplamente examinado. Trata-se de área própria a pesquisas quanto a condições climáticas e ambientais e quanto a agentes químicos que atuam sobre o suporte documental ao longo dos anos. Menciona o papel neutro como área a ser também estudada e sua aplicação a arquivos permanentes recomendada e normalizada. História as iniciativas na área, a nível de Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, bem como Arquivos Estaduais e outras instituições culturais, como Fundação Casa de Rui Barbosa. Enfatiza a preocupação em se desenvolver tecnologia adaptada à realidade brasileira e menciona o curso da UFMG que vem colocando no mercado de trabalho profissionais capacitados.

A "Automação em Arquivos" tanto para inventário de acervos como para análise do conteúdo intelectual dos documentos também é mostrada e exemplificada. Examina a posição do arquivista face à produção de documentos legíveis por máquinas, que não pode ser de omissão e indiferença. Enfatiza ainda a presença do arquivista na fase de planejamento dos instrumentos de entrada e relatórios de saída face ao futuro problema de descarte ou preservação.

Por fim lembra a "História Oral" como área a merecer apoio e impulso de entidades face ao que representa em termos de subsídios não encontrados em documentos convencionais de arquivos e bibliotecas, e enfatiza a necessidade de se

montar uma forma de controle das iniciativas existentes bem como do material produzido.

No item "Perspectivas da Arquivologia" afirma que as funções dos arquivos e das instituições que deles se ocupam só poderão ser plenamente exercidas se se implantar uma política de estímulo governamental. A primeira etapa a vencer é a mudança de mentalidade, pela valorização dessas fontes como instrumento de administração e planejamento. Para implantação de um sistema nacional e sistemas estaduais de arquivo necessitamos de instrumentos legais que melhor posicionem essas entidades no contexto administrativo. Só o apoio irrestrito e maciço ao Arquivo Nacional poderá viabilizar uma política mais efetiva e a definição de critérios técnicos e metodologia ainda em estado embrionário. Como ponto de partida faz-se ainda necessário o conhecimento do panorama documental arquivístico, em produção e já acumulados. Em segundo lugar, faz-se necessário um plano nacional de formação de profissionais capacitados, iniciando-se pela formação de professores em cursos de pós-graduação, a nível inclusive de doutorado.

Verifica-se que há um despertar para o problema dos arquivos e que através do desenvolvimento de uma política integrada de todas as fases do ciclo de vida dos papéis, inclusive pela administração de documentos, pode-se realmente vislumbrar uma redefinição de conceitos básicos e a participação efetiva dos arquivos no processo de desenvolvimento sócio-econômico, científico e tecnológico brasileiro.

## 59. COMUNICAÇÃO

Redator:  
Eduardo Peñuela Cañizal  
(USP — Escola de Comunicações e Artes)

Existem apenas cinco cursos de comunicação social, em nível de pós-graduação, instalados, como se observa no quadro abaixo, nos seguintes anos:

	1970	1972	1974	1978	1980
Imes/SP				M	
PUC/SP	M			D	
UFRJ		M			
UnB			M		
USP		M			D

Tido no início como de teoria literária e literatura, o curso da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi, em 1980, arrolado entre os cursos de Comunicação Social por determinação dos consultores da Capes.

Os cursos foram estruturados com a explícita finalidade de atender à formação de docentes, pesquisadores e estrategistas no planejamento da comunicação e de início destinados a professores de escolas superiores, do secundário e profissionais de órgãos públicos ou de empresas privadas. Embora, hoje em dia a clientela seja muito heterogênea, no começo a maior demanda vinha de docentes universitários que, mesmo sem ter em muitos casos vocação para a pesquisa, procuravam os cursos de pós-graduação em virtude das exigências estabelecidas para o progresso na carreira. O razoável número de desistências verificado anos mais tarde — quase sempre após a integralização dos créditos em disciplinas — pode ser visto como indício de que para muitos o ensino e a pesquisa correm separadamente.

Além disso, o alto número de desistência trouxe à baila graves problemas relacionados com as condições de trabalho dos candidatos — não se esquecendo de que os professores secundários ministram, no geral, mais de 40 horas/aula semanais para poder sobreviver — e com as precárias condições de pesquisa existentes, no geral, nas universidades. Deve-se acrescentar que boa parte dos candidatos procurou e procura os cursos de pós-graduação tendo como único propósito a realização de estudos de especialização. As mudanças introduzidas ultimamente pelo MEC na regulamentação da carreira têm contribuído para que vários docentes, uma vez garantida sua progressão na carreira pelo tempo de serviço, desistam dos cursos de pós-graduação, já que, no caso, o valor formal do título se torna muito relativo.

Mas dessa clientela inicial formada de docentes devem ser destacados aqueles que, mesmo em número reduzido, cumpriram todas as etapas e concluíram o curso com a devida defesa pública da dissertação de mestrado. No que tange à Universidade de São Paulo, aquela que no momento mostra maior volume de produção, esses resultados foram tardios, fazendo-se sentir a partir das dissertações defendidas em 1979, exatamente sete anos após da instalação do curso. Tal fato decorre, entre outras coisas, do prazo de oito anos instituído pelo regulamento dos cursos de pós-graduação nesta universidade, prazo esse considerado extremamente amplo, pois muitos são de opinião que para concluir o curso, três anos seriam suficientes. Em teoria e considerando a necessidade urgente de professores titulados, o prazo de três anos se inspira em critérios realistas, mas é preciso levar em conta que, para seu cumprimento, os alunos de pós-graduação teriam de dedicar-se integralmente ao curso, o que não ocorre com a maioria dos candidatos da UFRJ, da USP, da PUC/SP e do Imes. Somente na UnB, ao que consta, os candidatos se dedicam em tempo integral ao curso. O que se nota, neste particular, é que somente uma minoria de candidatos é dispensada ou afastada sem prejuízo de vencimentos das atividades docentes e o número de bolsistas ainda é muito pequeno.

Em 1977, com patrocínio da Capes e coordenação do professor Fredric M. Litto, realizou-se em São Paulo, durante os dias 5 e 6 de maio, um encontro dedicado à discussão do tema: *Pós-Graduação em Comunicação: Definições, Prioridades e Critérios*. Um dos resultados desse encontro foi a recomendação de quatro áreas prioritárias:

- Comunicação para o Desenvolvimento, com destaque para as subáreas de planejamento em Comunicação, Política de Comunicação e Estratégias Específicas de Comunicação;
- Sistemas de Informação, abrangendo Cibernética, Documentação, Arquivologia, Biblioteconomia e Reprografia;
- Técnicas de Codificação, com enfoque específico em Jornalismo, Telerradio-difusão, Cinema, Propaganda e Publicidade, Relações Públicas e Editoração;
- Crítica e Reflexão sobre Comunicação, atendendo a campos como os de Epistemologia da Comunicação, Semiótica, Teoria da Linguagem e Teoria da Comunicação.

Sem dúvida, essas quatro áreas compreendem os campos principais da prática e da teoria, embora não se saiba ao certo quais são os critérios que delimitam as fronteiras desses agrupamentos, já que a inter-relação entre eles deixa prever a demarcação de agrupamentos que formariam as chamadas áreas de concentração. Em todo caso, as áreas e subáreas dos programas existentes transitam, como se poderá comprovar pelas denominações que os qualificam por esses territórios e não se sabe, em relação a um estatuto teórico bem definido, o fator exato que determina as prioridades. O que se insinua nesses programas como fator de primazia procede de visões bastante particularizadas pelas peculiaridades de cada universidade, como se evidencia na seguinte relação das áreas de concentração:

- I. Instituto Metodista de Ensino Superior (ABC, SP):
  1. Metodologia da Comunicação
  2. Comunicação Científica e Tecnológica
- II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo:
  1. Comunicação
  2. Artes
  3. Teoria Literária
  4. Semiótica
  5. Letras
- III. Universidade Federal do Rio de Janeiro:
  1. Sistemas de Comunicação
  2. Sistemas de Significação
  3. Informática Cibernética
- IV. Universidade de Brasília:
  1. Comunicação
- V. Universidade de São Paulo:
  1. Comunicação
  2. Biblioteconomia e Documentação
  3. Relações Públicas e Propaganda
  4. Rádio e Televisão
  5. Jornalismo e Editoração

Percebe-se, pelas próprias denominações, uma diversidade de critérios no atinente à organização das áreas de concentração. A heterogeneidade da PUC, por exemplo, só encontra justificativa para um Curso de Comunicação desde que se considere que as áreas definidas nos itens 2, 3 e 5 funcionam como campo de domínio conexo e, nesse caso, o curso se empobrece no que tange à demarcação de um núcleo mais específico. Já a USP, mais do que autênticas áreas de concentração, oferece opções que refletem a estrutura departamental da Escola de Comunicações e Artes. No caso da UFRJ, as três áreas mostram uma organização pausada no entendimento estrutural dos fenômenos comunicativos, pois os sistemas se regulam segundo duas coordenadas fundamentais: de um lado, a do transporte do significado, na horizontal do percurso existente entre o emissor e receptor; de outro, a semiose, vertical criada pela significação que se realiza através das relações das formas da expressão e das formas do conteúdo das mensagens. Os crité-

rios que se vislumbram nas denominações das áreas de concentração ofertadas pelo Imes são, em contrapartida, de outra ordem: reportam-se a problemas de metodologia e à preocupação com o contexto sócio-cultural do ABC, se bem que na opção Comunicação Científica e Tecnológica, recentemente implantada, vislumbra-se já um tipo de preocupação que transcende os limites do contexto sócio-cultural mencionado para procurar definição a um nível muito mais vasto.

Na UnB, a denominação é genérica, não se compromete, de antemão, com nenhuma determinação teórica.

Essa ambiguidade das denominações, ressalvadas algumas exceções, indica a própria definição que se manifesta em expressões como *Comunicação Social* ou *Ciências da Comunicação*. Tal característica seria insignificante se ela não se projetasse também nos conteúdos das disciplinas que se agrupam para formar as áreas de concentração e na formulação das linhas de pesquisa. Constata-se, portanto, a carência, neste particular, de um projeto arquitetado sobre premissas capazes de alicerçar com firmeza a plataforma teórica em que se fixem tanto o perfil do curso quanto as áreas de prioridade estabelecidas em função das necessidades mais prementes do país.

Uma observação cuidadosa dos relatórios exigidos pela Capes para estabelecer os sistemas de acompanhamento da pós-graduação mostra que as pesquisas estão, no geral, vinculadas à especialidade dos docentes. Isto não é, em hipótese alguma, um fator negativo. Ao contrário, é natural que no campo da investigação os pesquisadores desenvolvam trabalhos sobre assuntos da sua especialidade. Mas em termos de linhas de pesquisa, o que se depreende dessa constatação, no entanto, é a falta de sistemas centralizadores, com base nos quais se ordenem processos de pesquisa, cujos objetivos representem um real fortalecimento dos programas do curso. É necessário reconhecer que a indefinição das linhas de pesquisa não é um fenômeno cujos efeitos se localizam tão somente nos cursos de Comunicação Social. Sua extensão é muito abrangente e não resulta difícil detectar suas consequências em quase todos os cursos das chamadas Ciências Humanas. Seria injusto, porém, esquecer que os programas passam por um tipo de dificuldade decorrente da implantação de um modelo de ensino importado e que, em virtude disso, requer-se tempo para que sua assimilação produza resultados mais concretos, capazes de criar condições favoráveis a uma estruturação mais precisa das linhas de pesquisa. Neste particular, o curso da USP realizou, no 2º semestre de 1981, algumas reformulações com base no seguinte princípio: uma linha de pesquisa constitui um conjunto universo de objetos culturais ordenados segundo normas determinadas por um sistema de conhecimento: assim, uma linha de pesquisa poderia ser *sistemas signícos - não verbais*, denominação de um conjunto de objetos culturais definidos pela teoria semiótica. Nela é possível inserir vários projetos, sendo estes determinados por temas prioritários para o curso em questão.

Mesmo que a indefinição relativa à fixação de sistemas centralizadores não tenha sido superada, é possível vislumbrar no elenco das propostas de pesquisas apre-

sentadas pelos cursos alguns agrupamentos formados com o intuito claro de intensificar os vínculos entre os corpos da investigação e as finalidades dos programas. É o caso, para citar alguns exemplos, do Curso do Instituto Metodista de Ensino Superior, onde a temática das quatro pesquisas propostas – Comunicação e Cultura Operária, Sistemas de Comunicação nas Empresas Multinacionais, Vida Cotidiana no ABC e Memória e Cultura Popular no ABC – denota a necessidade de analisar as circunstâncias do contexto sócio-cultural com o qual a entidade universitária tem compromissos mediatizados por uma visão baseada no firme propósito de desencadear a integração do programa com a comunidade do ABC. Outro tanto se observa na Universidade de Brasília, já que o curso vem direcionando seus objetivos e seus trabalhos de pesquisa, num esforço conjunto de professores e alunos, no rumo de análises críticas compromissadas com problemas engendrados pelos sistemas de poder e suas manifestações ideológicas, entendidas estas como lógicas simbólicas através das quais se implicam importantes relações entre o emissor e o receptor.

Talvez seja a PUC/SP aquela entidade onde o curso, o mais antigo, tem conseguido montar trabalhos de pesquisa inspirados por um sistema centralizador definido na confluência de diferentes correntes semióticas. No entanto, o programa atravessa, na atualidade, dificuldades consideráveis e não possui o instrumental técnico necessário ao estudo das linguagens artísticas, importante área de concentração que se tem constituído, enquanto fenômeno definidor de insólitas situações de comunicação, em terreno para o qual os cursos de Comunicação, principalmente o da USP e, em parte, o da UFRJ, dirigem também seus interesses interdisciplinares. Nestas duas últimas universidades, porém, a variabilidade temática das pesquisas em andamento é muito ampla e, em razão disso, torna-se difícil avaliar o grau de relação que elas mantêm com os programas dos cursos. Sabe-se que, no curso da ECA, as correntes psicanalíticas inspiradas no pensamento de Lacan alentam o desenvolvimento de trabalhos que poderão configurar de modo coerente uma forte e fértil linha de pesquisa, preocupada com a instância dos sujeitos da enunciação. Outro tanto se pode dizer do curso da ECA, onde já existem sólidos alicerces para a construção de linhas de pesquisa preocupadas com os mecanismos das relações intersemióticas, com a história dos meios de comunicação e o desenvolvimento da comunicação impressa no Brasil.

Em síntese, falta, também, às propostas de pesquisa, definição quanto às metalinguagens utilizadas ou, melhor dito, decisão para ultrapassar as barreiras arquitetadas pela lógica das metalinguagens verbais e lançar-se à conquista de outros meios de análise necessários à produção de trabalho em que a tradicional relação entre a metalinguagem e a linguagem-objeto sofresse, de algum modo, alteração, mudanças que transmitissem a certeza de que num futuro próximo a sintaxe do visual será tão importante para definir o humanismo quanto a sintaxe do verbal. Convém observar que da predominância exercida pelas metalinguagens verbais no campo da pesquisa deriva também a propensão dos cursos para se organizar em função de uma multidisciplinaridade que não conseguiram superar até o presente.

As áreas de concentração, vistas através dos conjuntos de disciplinas que as constituem, reiteram, em geral, as tendências observadas nos cursos de graduação, tendo como destaque conteúdos de natureza sociológica, o que não deve estranhar já que a maior percentagem de pesquisadores atualmente em atividade no Brasil, 25%, segundo levantamento feito pelo CNPq, pertence aos quadros das Ciências Sociais. Neste ponto, os mecanismos de subordinação ao conjunto do sociológico formam as bases teóricas sobre as quais se apóiam as programações. Mas essa propriedade, necessária sob vários aspectos, é, contudo, responsável, devido à excessiva extensão de seu domínio, pela lentidão que se verifica no processo de desenvolvimento dos programas na missão de explorar as singularidades de uma área nova, pois, no caso, o excesso assinalado configura uma clara acomodação a tradições e mundivências tidas como imutáveis e convenientes. Em razão disso, boa parte das áreas de concentração dos programas vive presa aos moldes de um humanismo em que se consolidou uma certa inércia multidisciplinar prejudicial, em muitos sentidos, a implantação de núcleos fundamentados nos relacionamentos provocados pelo trabalho interdisciplinar.

É preciso reconhecer, ainda em relação a esse assunto, que tendências da espécie geram também um tipo de endogenia tão condenável quanto o cometido pelo exagero de aproveitar docentes formados na própria instituição. Afigura-se como ilusório, portanto, pensar que tal problema se supera quando se importam professores ou, então, quando nossos docentes são enviados para realizar estudos avançados no exterior. Em algumas áreas de conhecimento, providências dessa ordem produziram efeitos altamente compensadores, mas no caso da Comunicação Social é necessário acautelar-se, não cair no equívoco de recomendar programas de universidades estrangeiras, mesmo de grande prestígio, que, no fundo, jogam com arranjos de disciplinas onde se evidencia uma inércia semelhante à que se dá em programas de nossos cursos:

O intercâmbio de docentes é, sem dúvida, de suma importância. Mas para os cursos de Pós-Graduação em Comunicação Social seria ainda mais relevante se, além de trazer professores visitantes e enviar nossos docentes ao exterior, ele favorecesse também o aproveitamento de docentes de outras áreas da universidade a que pertencem os cursos. Não se trata de incentivar um intercâmbio pautado na ampliação do quadro de disciplinas que constituem o chamado domínio conexo. Trata-se, isso sim, de introduzir nas próprias disciplinas das áreas de concentração conteúdos a serem ministrados por docentes de outros campos de conhecimento que não aqueles habitualmente explorados pelos programas. Engendrar-se-ia, assim, um dinamismo, até agora inexistente nos cursos, digno das idéias fundamentais que nortearam a reforma universitária e das perspectivas de um humanismo novo, com o qual os cursos de Comunicação Social teriam de assumir compromissos profundos.

À vista do exposto, pode-se dizer que os cursos de Comunicação Social, em nível de pós-graduação, estão em fase de consolidação e passam por reformulações consideráveis, como, por exemplo, as que se observam nos redirecionamentos

dos programas da UnB e do Imes, os da primeira universidade procurando definir de maneira mais precisa seus objetivos no estudo dos sistemas de poder e sua interferência nos meios de comunicação, principalmente os jornalísticos, e os da segunda, privilegiando o intercâmbio com centros universitários americanos e europeus especializados em estudos avançados no campo da Pedagogia da Comunicação e ainda procurando fixar uma linha de pesquisa com o intuito de analisar metodicamente os fenômenos de comunicação na cultura operária. Os outros cursos, mais antigos, deixam transparecer marcas de um certo progresso na produtividade, destacando-se, neste particular, o da USP que, nos três últimos anos, avançou sensivelmente, corrigindo a relação do número de orientandos por orientador, muito elevada no começo, e registrando o menor índice de desistências. Convém ressaltar ainda que, no caso da USP e da UFRJ, talvez em razão do potencial dessas universidades e do contexto sócio-cultural em que ambas se inserem, um fator de ordem singular se faz presente no processo de reformulação: embora pareça surpreendente, a prática mostrou que nem sempre as forças determinantes de progresso derivam de estruturas que se manifestam através do arranjo de disciplinas consideradas, em princípio, fortes, em virtude dos parâmetros rigidamente estabelecidos pela instituição; ao contrário, vários indicadores de progresso condicionam o avanço à energia que emana das programações individuais montadas por estudantes que conseguiram aproveitar recursos existentes na universidade e que transcendem os limites impostos às programações determinadas pelas disciplinas das áreas de concentração. Os resultados obtidos por algumas dissertações evidenciam que a flexibilidade das programações não só possibilita uma linha de ação altamente positiva para o real desenvolvimento das aptidões do candidato, mas tem funcionado também como importante fator de interferência nas reformulações sofridas pelos programas das duas universidades em questão. Semelhante constatação solicita a revisão dos conceitos que são utilizados para estabelecer fronteiras entre as áreas de concentração e as de domínio conexo. Não há, ao que tudo indica, razões de peso para justificar tal distinção.

Deve-se assinalar também a falta de informações que existe entre os próprios cursos de comunicações social, em que pese ao esforço de associações como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) que através de seu *Boletim*, publicação semestral, e *Bibliografia Brasileira de Comunicação*, anual, vem prestando serviços informativos de grande valia. Mas a precariedade das informações quanto às pesquisas que estão em fase de realização e aos temas das dissertações em desenvolvimento constitui um obstáculo altamente prejudicial aos estudos acadêmicos. Só muito recentemente a UnB e a USP publicaram catálogos sobre as dissertações defendidas, mas não possuímos quadros bem definidos para divulgar a temática e a metodologia das dissertações em desenvolvimento. A Capes reúne valiosos dados, embora eles não sejam divulgados ainda de maneira sistemática. Deve-se destacar o trabalho da Abepec também, pois esta sociedade, através dos congressos, por ela promovidos, cria espaços altamente favoráveis à informação e ao intercâmbio.

No que respeita ao acervo bibliográfico, os cursos tiveram alguns progressos nes-

tes últimos anos, se bem que não se possa dizer que ele seja suficiente. Em todo caso, neste particular os problemas não são tão graves já que, além das bibliotecas das unidades, os cursos podem valer-se de outras bibliotecas que, embora não sendo especializadas, cobrem bem as necessidades bibliográficas da interdisciplinaridade. No que tange às instalações laboratoriais não se constata, em contrapartida, progresso semelhante: houve nestes últimos anos restrição às importações e os cursos não contaram com recursos econômicos para a compra de novos equipamentos ou manutenção dos já existentes. Por outro lado, a ajuda das entidades governamentais e das agências financiadoras praticamente foi nula ou insignificante. Sem que com isso não se reconheça também a falta de agressividade de algumas instituições, fator que pode estar relacionado, por sua vez, com a falta de obtenção de alguns recursos.

Considerando a complexidade, a importância cada vez maior e poder dos sistemas de comunicação, cabe ressaltar o papel que num mundo de constantes e renovadas conquistas tecnológicas deverá ser desempenhado pelos cursos de Comunicação Social. Não será utópico pensar que a exploração do sistema emissor-mensagem-receptor, realizada com instrumentos adequados e em condições de trabalho mais condizentes com a tecnologia de nosso tempo, fará com que os programas de pós-graduação cheguem a dados até hoje apenas vislumbrados, mas que, sem dúvida alguma, transformarão por completo os atuais conceitos de humanismo e ditarão, por sua vez, mudanças relevantes nos rumos das chamadas Ciências Humanas. Não há como imaginar, por conseguinte, uma política educacional em que os órgãos próprios do governo se mantenham à margem das necessidades pedagógicas solicitadas por milhões de indivíduos que sofreram as transformações impostas pelos meios de comunicação mais sofisticados. A pedagogia requerida não será, evidentemente, a que se adapta tão somente às diretrizes determinadas pelas propriedades da linguagem verbal. Ao contrário, as propostas educacionais deverão definir sua eficácia em razão das características mais marcantes de uma linguagem heterogênea, de uma linguagem que vem recortando o mundo de maneira diferente e que, por isso mesmo, vem revestindo-o de insólitas feições, projetando nos relacionamentos sociais problemas, cuja solução não está mais apenas nas mãos das palavras. Já se fala na pedagogia de uma linguagem total e na repercussão que esta tem quando os sujeitos da situação comunicativa, longe hoje de coincidir com os limites meramente circunstanciais, percebem que as mensagens, além de dizer coisas do mundo e das pessoas, são, por um lado, condensações de um imenso espaço conquistado e, por outro, resumos de um tempo cósmico que não se deixa apanhar na linearidade da história.

Mesmo pensando em termos do pragmático, do ângulo estritamente utilitário, não seria demais admitir que os fenômenos da comunicação geram relações sociais e delas deverão surgir novas demandas profissionais e objetos de pesquisa para os quais a universidade terá, obrigatoriamente, de estar preparada. Em razão disso, a consolidação dos cursos de Comunicação Social em nível de pós-graduação constitui tarefa ineludível. Para tanto, e partindo do princípio de que a consolidação dependerá da superação dos principais obstáculos hoje existentes e do estabeleci-

mento de etapas a serem vencidas a longo e curto prazo, arrolam-se, a seguir, algumas recomendações fundamentadas nas providências entendidas como mais prioritárias, sejam elas de responsabilidade dos cursos ou de órgãos e instituições que, de maneira decisiva, poderão prestar inestimável contribuição.

- A interdisciplinaridade, enquanto mecanismo de relação que rejeita a subordinação à Sociologia e outras disciplinas ditas sociais e humanísticas, deve ser encarada como um fenômeno mais abrangente, capaz de incluir em seus âmbitos disciplinas de outras práticas do saber produzido na universidade; em termos do autêntico conhecimento universitário, o importante não é a subordinação, mas sim a relação.
- As linhas de pesquisa devem ser definidas, de um lado, em função de um sistema centralizador e, de outro, em razão da real abrangência interdisciplinar desencadeada pelos programas.
- A seleção de candidatos, respeitados os critérios singulares de cada comissão de pós-graduação, deveria efetuar-se em concordância com as linhas de pesquisa claramente definidas no programa.
- As instalações laboratoriais e a aquisição de equipamentos que permitam analisar cientificamente as mensagens não-verbais devem ser consideradas, a curto prazo, condições indispensáveis à existência de cursos nesta área. A biblioteca de cada curso deve dispor de uma média aproximadamente de cem títulos por aluno, diminuindo tal proporção na medida em que aumenta o número de alunos. No que tange aos periódicos especializados, os cursos devem possuir, como mínimo, a assinatura de cinquenta títulos.
- Para o indispensável intercâmbio de informações, é conveniente implantar sistemas de microformas; elaborar um catálogo, destinar recursos para a publicação dos trabalhos e instituir um sistema de permuta das dissertações e teses realizadas.
- A relação ideal entre o número de alunos por orientador não deve ultrapassar a média de seis.
- No que diz respeito ao intercâmbio de docentes é preciso incentivar, em primeira instância, o desencadeamento de meios que favoreçam o conhecimento e a informação das pesquisas e práticas de ensino na própria universidade para, com base nesses dados, organizar um intercâmbio de docentes que dinamize de maneira abrangente a vida acadêmica no âmbito da instituição entendida como um todo de partes relacionáveis. Ainda neste ponto, devem ser mantidos os mecanismos atuais de intercâmbio, mas deve dar-se prioridade ao tipo de intercâmbio propiciado por bolsas de curta duração destinadas a docentes para que estes se atualizem em estudos de pós-doutorado.
- É de constatar que as bolsas no país e no exterior são atualmente em número inferior à amplitude e à urgência das necessidades da área.
- Assegurar a redução de encargos docentes e administrativos de professores que realizam seus cursos de pós-graduação em instituições onde trabalham e dar condições aos professores credenciados para orientar e se dedicar, pelo menos periodicamente, de modo integral ao curso constituem, no momento, medidas que devem ser tomadas com urgência.
- Em termos de dar coerência a programas integrados de pesquisa a serem desen-

volvidos sob o patrocínio de órgãos como Capes, CNPq, Finep e Fapesp, deveriam ser claramente demarcadas as áreas de responsabilidade de cada um desses órgãos e mesmo das próprias universidades.

- Desencadear, de modo plural, mecanismo de integração entre as instituições universitárias e os órgãos governamentais de forma a permitir a indispensável troca de informações relativas aos temas da realidade definida como prioritária para o desenvolvimento das linhas de pesquisa.
- No que se refere a critérios para o recrutamento de docentes seria de toda conveniência a criação de um órgão que tivesse como objetivo a divulgação de dados atinentes à oferta e à procura no mercado na área de pós-graduação em Comunicação.
- Tudo indica que não devem ser autorizados novos cursos de pós-graduação em comunicação social até a real consolidação dos cinco existentes.

## 60. DEMOGRAFIA

Redator:  
Elza Berquó  
(Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)

O documento que ora se apresenta corresponde a um resumo do relatório *Avaliação & Perspectivas 1982 – Demografia*, o qual teve por objetivo fazer um balanço da situação da Demografia no Brasil, principalmente no que respeita ao ensino e à pesquisa, com o propósito de dar subsídios à atuação do CNPq nos anos que se seguem.

Com esta intenção contactou-se um número razoável de instituições que incluem departamentos, faculdades, institutos, centros, fundações, programas e associações científicas. De quase todas, num total de quarenta e seis, recebeu-se as informações solicitadas para a elaboração do referido relatório.

Este resumo está dividido em sete itens. Os dois primeiros deles, Definição da Área e Pequeno Histórico do Desenvolvimento da Demografia no Brasil, estão baseados em textos preparados por Neide Lopes Patarra e Elza Berquó, respectivamente, para a *Avaliação & Perspectivas 1978*. Os quatro itens seguintes, que tratam do ensino em População, das instituições que trabalham com Demografia, do financiamento, bem como da pesquisa na área, foram elaborados com base no material disponível e resultante, em grande medida, do levantamento mencionado. Finalmente, algumas recomendações encerram o documento.

Espera-se que através das informações e análises contidas nesta Sinopse, se tenha contribuído para a *Avaliação & Perspectivas 1982*, louvável tarefa empreendida pelo CNPq.

### Definição da área

Classicamente define-se a Demografia como o estudo do tamanho, composição e distribuição da população, suas mudanças e os respectivos componentes, entendidos como mortalidade, fecundidade e distribuição territorial e mudanças de *sta-*

*tus* (\*).

De início, há que ressaltar a visão “estática” da população como elemento importante da análise, da qual a composição por sexo e idade constituem em si a primeira aproximação para conhecimento da sua situação num determinado momento. Entretanto, numerosas outras variáveis, como nível de escolarização, estado civil, por exemplo, constituem elementos analíticos de evidente importância. A definição indica, também, de imediato, o referencial espacial imprescindível a qualquer tipo de análise e a distribuição populacional nesse espaço como inerente à especificidade da análise da população humana, objeto de estudo da Demografia.

A análise estática é seguida do estudo da dinâmica populacional, através de seus três componentes básicos, além da mobilidade do indivíduo de uma categoria para outra (quanto a estado civil, escolarização, ocupação, etc.) durante o transcorrer de sua existência. Os coeficientes gerais e específicos, neste caso, medem os níveis em que operam os componentes da dinâmica populacional, refletindo ritmos de crescimento, vegetativo e migratório, através dos quais a população se reproduz num determinado tempo e espaço.

As conexões entre composição e dinâmica demográfica fornecem o primeiro passo interpretativo dos fenômenos que ocorrem na população. Ao considerar a sua estrutura etária, por exemplo, pode-se ter uma primeira idéia das tendências passadas nos níveis de mortalidade e fecundidade, além dos fluxos migratórios, se a mesma não constituir uma população fechada. O conhecimento das taxas brutas e específicas desses fenômenos, particularmente quando disponíveis séries históricas permitem que se estimem as tendências futuras da população e sua composição etária, informações estas fundamentais para uma parte instrumental básica da Demografia, ou sejam, as projeções da própria população. Isto, na verdade, é efetuado através da construção de tábuas de sobrevivência, com as quais se pode estimar a duração da vida média dos indivíduos submetidos a determinados níveis e padrões de mortalidade e realizar os níveis e estrutura da reprodução e migrações, isso através de pressupostos apoiados na experiência passada. Prevê-se, assim, qual será a população futura.

Como em todas as ciências e, em particular, nas Ciências Sociais, o simples conhecimento e análise dos níveis e tendências dos fenômenos atuam explicitamente na sua dinâmica e pouco devem explicar o que realmente se processa no seu seio, se não são incorporados elementos de caráter sócio-econômico nesses estudos. Na verdade, reconhece-se que os indicadores demográficos medem e refletem apenas indiretamente as condições sociais de uma população e daí, para melhor compreensão e explicação da situação demográfica, a necessidade de analisá-los no seu contexto social.

(\*) HAUSER, Philip, MAND DUCAN, Otis, D. The Study of Population – A Inventory and Appraisal. The University of Chicago Press.

Por isso mesmo Hauser, que definiu a Demografia da forma mencionada acima, estabeleceu, logo a seguir, uma distinção entre o que chamou de Análise Demográfica e Estudos Populacionais, distinção essa também amplamente aceita pelos especialistas.

Isto é, além de considerar as inter-relações entre as chamadas variáveis demográficas, os Estudos de População procuram explicar-lhes as características e dinâmica do acordo com as condições gerais da sociedade. Dessa maneira, vê-se objetivamente a vinculação estreita entre a Demografia e as Ciências Sociais em geral (Sociologia, Economia, Geografia, Ciências Políticas, etc.).

### Pequeno histórico do desenvolvimento da Demografia no Brasil

Fazendo-se um apanhado sucinto das etapas porque passou o desenvolvimento da Demografia no Brasil, percebe-se logo que as realizações obtidas provêm de duas vertentes principais. Na linha da Análise Demográfica deve-se a Giorgio Mortara os primeiros estudos conduzidos de forma sistemática, com a sua chegada ao Brasil, em 1939. Sua participação no Recenseamento Geral de 1940, na qualidade de consultor técnico da Comissão Censitária Nacional, e os ensaios elaborados a partir desse levantamento geral representaram uma valiosa contribuição para o desenvolvimento da Demografia no Brasil.

Com Mortara e seus colegas brasileiros, o IBGE tornou-se pólo dos esforços que se iniciaram para melhorar as fontes básicas das estatísticas de população.

Esta vertente incluiu, ainda, a criação do Laboratório de Estatística (do Conselho Nacional de Estatística), a Escola Nacional de Estatística e o Centro Brasileiro de Estudos Populacionais, atualmente Despo. Este último deu continuidade às tarefas do Laboratório de Estatística, ampliando o ritmo de trabalhos e colaborando para o avanço das técnicas de levantamento de dados populacionais, por amostragem.

Ainda no âmbito da Análise Demográfica, tem-se a participação do Setor de Demografia do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), iniciado por volta de 1966 e transformado, posteriormente, em uma das unidades de pesquisa do Instituto. Dedicar-se atualmente, sobretudo, aos estudos de migrações internas e urbanização. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) merecem, também, menção pelos trabalhos efetuados, através da integração em seus quadros de especialistas voltados, especificamente, às análises demográficas e, em particular, a análises e estudos da região.

Ainda dentro desta mesma vertente, para finalizar, vale salientar o surgimento de uma preocupação a nível de alguns governos estaduais em contratar equipes encarregadas de análises demográficas. Para citar apenas alguns exemplos destes grupos de trabalho: Grupo Especial de Análise Demográfica (Geade), ligado à

Fundação Seade, em São Paulo, Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco (Fidepe), Superintendência de Estatísticas e Informações (SEI) e Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

A segunda vertente teve origem na necessidade de se dotar o país de centros universitários de investigação e ensino, voltados, especialmente, para o estudo dos problemas populacionais brasileiros.

Neste espírito foi criado em 1966, na USP, com apoio substantivo da Organização Pan-americana de Saúde (Opas), o primeiro centro no gênero — Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (Cedip) — anexo ao então Departamento de Estatística Aplicada, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo. Este grupo teve por objetivo central desenvolver pesquisa, ensino, consultoria e difusão de conhecimentos sobre as inter-relações entre saúde e crescimento, e a distribuição, estrutura, dinâmica natural e migrações de população em diferentes processos de desenvolvimento econômico e social. Uma vez implantado, o Cedip desempenhou um papel de grande relevo para acelerar o desenvolvimento da Demografia no Brasil; além disso foi neste centro que teve início uma importante fase de estudos e revisão teórica de orientação da pesquisa em população na América Latina, a partir do fim da década de 60 e início dos anos 70.

O Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (Prodeur), implantado na Fundação para a Pesquisa Ambiental da USP, reaglutinou parte da antiga equipe do Cedip, afastada compulsoriamente da USP em 1969. Graças a uma doação da Fundação Ford, o grupo foi ampliado, o que permitiu não só a continuidade das pesquisas em andamento, como também, a abertura de novas linhas de investigação em população.

Um importante centro que merece, também, destaque pela contribuição que representa, principalmente, quanto às interligações entre Economia e Demografia, é o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Este centro, em 1974, introduziu uma área de concentração em Demografia no curso de mestrado em Economia, contando para tanto com a doação do The Population Council e da Fundação Rockefeller. Ao lado dessa participação no preparo de professores, o Cedeplar vem desenvolvendo relevantes trabalhos de análises demográficas e estudos populacionais de várias regiões brasileiras, principalmente, na Amazônia.

Ainda nesta vertente, vale a pena assinalar o papel que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) ora desempenha nos estudos populacionais. Não constituindo um núcleo dedicado exclusivamente à Demografia, vem conduzindo, entretanto, nos últimos anos, uma investigação — Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana — que, dado seu escopo, trará subsídios para a elucidação de questões básicas de problemática atual, ou seja, das inter-relações entre diferentes formas de organização da produção e da dinâmica populacional.

Do Nordeste brasileiro contou-se, também, nas últimas décadas, com uma contribuição tanto a nível de estudo e pesquisas cobrindo as áreas de população, emprego e educação, como também na formação e treinamento de novos pesquisadores no campo de recursos humanos. Trata-se do atual Centro de Estudos de Recursos Humanos, órgão suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, hoje com doze anos de existência.

Nesta ordem de contribuição há que se mencionar ainda o Centro de Documentação e Pesquisa vinculado à Reitoria da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), sediada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, que fundado há doze anos atrás continua empenhado no ensino e na pesquisa, centrada esta, principalmente, sobre população e família.

Destaque especial deve ser dado aos avanços conseguidos na área da Demografia Histórica, em nosso meio. Neste sentido, três são os grupos que mais se evidenciam nestes últimos anos, a saber: um na UFPR, dentro do Programa de Pós-Graduação em História e os outros dois, na USP, no Departamento de História e na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. O primeiro surgiu em 1972 e vem oferecendo História Demográfica como área de concentração, dentro dos programas de mestrado e doutorado em História.

Ainda nesta linha de progressos e avanços conseguidos na área, vale a pena ressaltar a recente criação de um Núcleo de Estudos de População na Unicamp, constituído pela integração de várias áreas temáticas, com finalidade de ensino e pesquisa.

Antes de finalizar este apanhado convém mencionar a participação de algumas instituições que cooperam com o esforço nacional na seqüência de eventos lembrados acima: o Centro Latino-Americano de Demografia (Celade), a Fundação Ford e a Comissão de População e Desenvolvimento do Comitê Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Por suas características elas beneficiaram, de forma diferenciada, ao longo dos anos, o ensino e a investigação dos diversos núcleos ou centros que foram resultando de cada uma das vertentes.

Por último, é grato o registro de que a demanda criada junto aos órgãos financiadores de pesquisa, pelos investigadores na área de Estudos Populacionais, levou o CNPq muito acertadamente, a incluir, em seu grupo de assessores, um especialista em Demografia.

### O ensino da Demografia

O ensino da Demografia é parte integrante do currículo de muitas universidades brasileiras e estende-se, inclusive, a outras instituições governamentais ou privadas.

Sua inserção nas escolas de nível superior se dá através de diferentes modalidades,

seja mediante programas de mestrado e doutorado com áreas de concentração em Demografia, seja por intermédio de disciplinas de cursos de pós-graduação em outras áreas, ou mesmo de cursos de graduação.

Através da relação que se segue, é possível se ter uma visão geral de grande parte das atividades didáticas desenvolvidas em Demografia nas universidades do país, entre 1978 e 1981:

- cursos de doutorado e mestrado com área de concentração em Demografia — doutorado e mestrado em História Demográfica, na UFPR e mestrado em Demografia Econômica, oferecido pelo Cedeplar, na UFMG;
- disciplinas de População em cursos de pós-graduação em outras áreas — Sociologia, UnB e na Unicamp; Sociologia Rural, na Esalq da USP; Ciências Sociais na UFBA; Ecologia, na Unicamp; Ecologia Humana na Unisinos; História, na USP; Geografia, na USP; Educação, na Fundação Getúlio Vargas/RJ, na UFBA e na UFPE; Arquitetura, na UFPE; Medicina, na USP, na UFBA e Saúde Pública, na USP;
- disciplinas de População em cursos de graduação — Ciências Sociais, na UFCE; na UFPE, na UFBA, na Unicamp, na Unisinos e na UnB; Serviço Social, na UnB; História, na USP; Geografia, na USP; Economia, na UFMG, na UFBA; Ciências Atuárias, na PUC/SP; Arquitetura e Urbanismo, na USP; Medicina, na UFCE, na Unicamp; Enfermagem, na Unicamp; Estatística, na USP, na Unicamp, na UnB, na UFPE e na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, entre outros.

O ensino da Demografia aparece, também, em programas de cursos de especialização, principalmente no campo da Saúde Pública, e, finalmente, é tema central de alguns cursos de aperfeiçoamento e de extensão, organizados em universidades e instituições de pesquisa.

### Principais instituições que tratam da Demografia

Pelo desenvolvimento já atingido no campo da Demografia, quer quanto ao ensino, à pesquisa ou à consultoria, algumas instituições merecem especial destaque.

São elas:

- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)
- Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG)
- Centro de Documentação e Pesquisa (Cedope/Unisinos)
- Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA)
- Curso de Pós-Graduação em História (UFPR)
- Departamento de Estudos de População (Despo/FIBGE)
- Departamento de Geografia (USP)
- Faculdade de Saúde Pública (USP)
- Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco (Fidepe)
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (USP)
- Grupo Especial de Análise Demográfica (Geade (F. Seade))

- Núcleo de Estudos de População (Unicamp)
- Programa de Demografia Histórica, do Departamento de História (USP)
- Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (Prodeur/USP)

## Financiamento para Demografia

As atividades de pesquisa na área de Demografia não recebem o apoio financeiro que seria de se esperar, face ao volume e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Conseguiu-se computar para o relatório, a dotação de 122 auxílios, para a vasta produção mencionada no item "A Pesquisa em Demografia". Infelizmente, não houve condições de se avaliar, mediante as informações recebidas das agências financiadoras, das entidades que repassam financiamento e das instituições de pesquisas, o montante de recursos aplicados na área.

O tema mais privilegiado pelos referidos auxílios é migrações, na parte de Estudos Populacionais, onde este assunto é, também, objeto de estudo das Ciências Humanas. O mesmo acontece com o tema força de trabalho, mão-de-obra e emprego, que é o segundo da lista dos beneficiados, guardadas as proporções. Segue-se a estes, o assunto Demografia Histórica, onde se concentra, então, um pouco mais de assistência para a área específica de Demografia.

Os demais itens analisados recebem um reduzido número de dotações, chamando a atenção para a baixa participação no financiamento da parte referente à Análise Demográfica. A este respeito, pode-se esclarecer que a maioria dos trabalhos neste campo são realizados por instituições que têm seus próprios recursos, como, por exemplo, o Despo e o Geade.

Quanto à distribuição de auxílios, dirigidos principalmente para bolsas de mestrado e trabalhos de pesquisa, é a ABEP que fornece a maior quantidade destes para os trabalhos de Demografia, seguida do CNPq e da Fapesp, e depois pela Capes. Ainda no plano nacional, outras agências e entidades têm, também, contribuído, tais como o BNB, a Finep, o Ministério da Agricultura, a Sudene, a Sudeco, o Ipea. No plano internacional, deve-se destacar em primeiro lugar a Fundação Ford, seguida pela Fundação Rockefeller, o International Development Research Centre (IDRC), o Programa de Investigações Sociais sobre Problemas de População relevantes para a Política de População na América Latina (Pispal), o Banco Mundial, etc.

## A pesquisa em Demografia

A produção científica no campo da Demografia é vasta e abrange uma gama de temas, tanto no âmbito dos Estudos Populacionais, como no da Análise Demográfica.

Os assuntos desenvolvidos pelos diversos trabalhos focalizam questões diretamen-

te ligadas à Demografia, como também temas que mantêm maior ou menor ponto de contato com esta área de conhecimento. Esta diversidade é acentuada, por outro lado, por uma característica da referida área de conhecimento, que utiliza, em grande parte, na sua análise qualitativa, o instrumental das Ciências Humanas e na sua análise quantitativa, técnicas da Estatística ou da Matemática.

Para a elaboração do relatório fêz-se um levantamento das pesquisas institucionais, teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros, artigos e *papers*, concluídos ou em realização, durante o período de 1978 a 1981. Os referidos trabalhos foram classificados segundo os itens abaixo discriminados, e os números que acompanham estes itens correspondem à quantidade de estudos realizados ou em desenvolvimento em cada um dos assuntos.

## ESTUDOS POPULACIONAIS — 468

- Fecundidade e reprodução humana — 50
- Nupcialidade — 8
- Mortalidade — 28
- Migração — 78
- Urbano e urbanização — 34
- Força de trabalho, mão-de-obra e emprego — 51
- Demografia & demografia e outras áreas — 26
- Demografia e educação — 13
- Demografia e saúde — 12
- Saúde materno-infantil — 23
- Planejamento familiar — 29
- Mulher — 18
- Família — 9
- Habitação — 14
- Ocupação do espaço — 3
- Demografia histórica — 72

## ANÁLISE DEMOGRÁFICA — 142

- Estimativas e projeções — 53
- Fecundidade — 20
- Mortalidade — 27
- Migração — 8
- População economicamente ativa (PEA) — 6
- Estatística vital — 28

A amplitude da área e as intersecções existentes dentro dela mesma trouxeram algumas dificuldades para a classificação do material disponível. Assim, alguns temas de relevo estão incluídos dentro de outros itens. Por exemplo, mortalidade infantil está contida em saúde materno-infantil, fronteira agrícola inserido em migração, e reprodução da força de trabalho dentro do tema força de trabalho, mão-de-obra e emprego; e ainda, demografia e economia está dentro do item demografia & demografia e outras áreas, força de trabalho feminina no assunto mu-

lher e estratégia de sobrevivência contido no tema família.

O relatório oferece, ainda, um estudo detalhado sobre fecundidade, nupcialidade, mortalidade e migrações, com o intuito de resumir os avanços conseguidos em cada um desses campos, bem como o de delinear novas linhas de investigação dentro de uma perspectiva futura de pesquisa. Para sua elaboração contou-se com a colaboração de George Martine, que cuidou das "Migrações internas e redistribuição espacial da população", Carlos Eugênio de Carvalho Ferreira que tratou da "Mortalidade", enquanto que Elza Berquó escreveu sobre "Fecundidade".

## Recomendações

A avaliação realizada permitiu diagnosticar alguns pontos vitais cuja contribuição do CNPq para solucioná-los faz-se da maior importância. O desenvolvimento e aprimoramento das investigações em Demografia justificariam, por si só, as sugestões aqui apresentadas. Entretanto, elas ganham novas dimensões quando se considera que daquelas investigações decorrem e podem vir a emergir implicações para outros setores do conhecimento, bem como da ação prática. Neste sentido, é de fundamental importância ter presente o surgimento, na última década, de um novo padrão demográfico brasileiro, pelas implicações práticas que daí advirão no nível do planejamento econômico e social.

Isto posto, alguns pontos merecem destaque.

- o levantamento sobre o ensino da Demografia no Brasil deixa claro desde logo que, conquanto à primeira vista se apresente como uma atividade difundida e diversificada em várias instituições universitárias e em alguns órgãos governamentais, um exame mais cuidadoso mostra que muito ainda precisa ser feito. De fato, trata-se, na grande maioria dos casos, de cursos esparsos, sem periodicidade definida e de abrangência limitada. Além disso, nosso meio ainda carece de uma pós-graduação em Demografia, mestrados em Demografia, com um currículo abrangente, bem como doutorados em Demografia, visto como parte de um processo de amadurecimento profissional, de uma equipe de docentes altamente capacitada; também deve contar com atenção especial nos programas de auxílio às atividades de ensino;
- um dos graves problemas sentidos pela comunidade científica brasileira, empenhada em estudos populacionais, é o acesso à informação básica, coletada, estocada e analisada principalmente pelas chamadas fontes secundárias de informações, das quais a FIBGE é a mais importante. Por um lado, muitas vezes é grande o lapso de tempo que medeia entre a coleta e a publicação dos dados, ocasionando um relativo "envelhecimento" das informações disponíveis. Além disso, nem sempre as tabulações publicadas são as mais desejáveis, do ponto de vista de diferentes investigadores, os quais, por isso, se vêem forçados a solicitarem tabulações especiais. Estas, além de serem vendidas a preços bastante elevados precisam ir acompanhadas de justificativas, cujo atendimento nem sempre depende apenas de rotinas burocráticas.

O acesso aos dados brutos deve ser estimulado para permitir que os investigado-

res ajustem suas tabulações às suas hipóteses de trabalho, estas nem sempre passíveis de verificação a partir das agregações e manipulações estatísticas que aparecem nas tabulações oficiais.

- Como fica claro no relatório, é difícil uma análise detalhada sobre o total de recursos canalizados diretamente para a área de Demografia, dentro das instituições financiadoras de projetos de pesquisa. Isto se deve, em grande medida, ao fato de que a Demografia não aparece autonomamente no rol das diversas áreas do conhecimento e sim como parte integrante, variável conforme a instituição financiadora, de áreas mais gerais. Acredita-se ser da maior importância catalogar esta informação, separadamente, a fim de que se possa avaliar os custos-benefícios neste setor. No que diz respeito ao financiamento propriamente dito, acredita-se que o CNPq deveria reforçar a ajuda institucional a centros ou núcleos de pesquisa e/ou ensino já existentes ou emergentes;
- um programa ainda pouco implementado em nosso meio é o do intercâmbio de investigadores entre os diversos núcleos ou centros existentes. Projetos dessa natureza devem merecer também a atenção do CNPq, pois permitem a troca de idéias entre os pesquisadores de uma mesma área; viabilizam contato de natureza multidisciplinar entre matemáticos, biólogos, médicos, economistas, historiadores, sociólogos, estatísticos, demógrafos e outros; possibilitam a elaboração de pesquisas conjuntas ou comparativas entre vários centros; contribuem para a melhoria da qualidade do ensino já existente e a possibilidade de oferecimento de ensino especializado em certas áreas temáticas emergentes.

Outro ponto que deve merecer destaque nesta linha de recomendações é o apoio para que professores e pesquisadores possam participar de reuniões científicas, seminários e congressos, tanto no país como no exterior. Esta é uma das formas de fomentar e incrementar o nível de conhecimento e a troca de idéias, com conseqüências diretas para a melhoria do ensino e da pesquisa.

- Nosso meio carece de uma revista especializada, com cobertura nacional, aberta tanto à demografia formal quanto aos estudos populacionais. Acredita-se que a Associação Brasileira de Estudos Populacionais é o nascedouro mais apropriado para uma revista dessa natureza, que se constituiria em veículo valioso de comunicação entre a comunidade especializada. Recomenda-se, por isso, ao CNPq que dê atenção especial para um empreendimento dessa envergadura e alcance;
- no relatório elaborado, cuja sinopse ora se apresenta, está incluído um capítulo com um elenco de linhas prioritárias de investigação, em função do estado do conhecimento atual, bem como dos processos mais gerais de desenvolvimento em curso na sociedade brasileira. Em que pese o fato de que este elenco represente, em grande medida, a visão que tem hoje a comunidade científica especializada, ele não deve, de nenhum modo, vir a se constituir em bússola que, tentando nortear, possa impedir que a investigação navegue por novos mares, condição essencial do avanço científico e cultural.

## 61. EDUCAÇÃO

Redator  
Bernardete A. Gatti  
Fundação Carlos Chagas  
(USP – Faculdade de Educação)

### Introdução: breve histórico

O objetivo deste documento é fazer um balanço avaliativo do desempenho da área de Educação tanto no que se refere à produção de recursos humanos como na geração de conhecimentos, bem como levantar as perspectivas do setor para os próximos anos.

A produção de pesquisa em Educação, de modo mais regular, data do final do anos trinta, com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. No entanto, a implantação de programas sistemáticos de pós-graduação data apenas do final da década de sessenta.

Na década de sessenta assiste-se à expansão dos quadros das universidades, com a emergência de alguns grupos de pesquisa dentro destes, o início da implantação da pós-graduação sob forma regulamentada a nível nacional, e a rápida expansão destes cursos. Entre 1971/72 criaram-se dez cursos de Pós-Graduação em Educação no sentido estrito e até 1975 dezesseis estavam instalados. Isto provoca a concentração dos recursos humanos de mais alta formação na área nesses centros. Com a intensificação dos programas de formação no exterior e o retorno e integração desses professores aos programas de mestrado tem-se as condições institucionais nas quais prioritariamente a pesquisa em Educação e a formação de seus recursos humanos se fará a partir de então.

Nessa trajetória institucional o pensamento educacional brasileiro passou por diferentes ciclos, ou convergências temáticas e metodológicas. Aparecida Joly Gouveia (1971/75) explicitou muito bem esta questão. As pesquisas inicialmente de caráter psicopedagógico, em que a temática abrangia estudos do desenvolvimento psicológico, processos de ensino e instrumentos de medida de aprendizagem, deslocam-se em meados da década de cinquenta para as condições culturais e tendências de desenvolvimento da sociedade brasileira, e o objeto de atenção passa a

ser as relações entre o sistema escolar e certos aspectos da sociedade. A partir de meados da década de sessenta começam a ganhar fôlego e destaque os estudos de natureza econômica em que aparecem trabalhos sobre a Educação como investimento, demanda profissional, formação de recursos humanos, etc. Adentrando a década de setenta deparamo-nos não só com uma ampliação das temáticas de estudo mas também com o aprimoramento metodológico, especialmente em alguns setores. Os estudos se distribuem mais equitativamente entre as diferentes problemáticas enfocadas: currículos, avaliação de programas, caracterizações de redes e recursos educativos, relações de educação e trabalho, características de alunos, famílias e ambiente de que provêm, nutrição e aprendizagem, validação e crítica de instrumentos de diagnóstico e avaliação, estratégia de ensino, entre outros. Não só há maior distribuição quanto ao tema como também quanto aos modos de enfocá-los. Passam-se a utilizar tanto instrumentos quantitativos mais sofisticados de análise, como também um referencial teórico mais crítico, cuja utilização no final desta década vem se estendendo a muitos estudos. Outra tendência que se observa no final dos anos setenta e início de oitenta é o aparecimento de trabalhos sobre política educacional, quase ausentes até então, e de trabalhos de análise institucional e organizacional. Os recursos analíticos de que se revelam possuidores os pesquisadores educacionais brasileiros parecem mais variados e mais consistentes.

### Metodologia

Para o levantamento das informações que servem de base a este trabalho foram utilizadas fontes secundárias, juntamente com dados colhidos diretamente por entrevistas e contactos com professores e alunos de pós-graduação.

Utilizou-se sobre os programas de Pós-Graduação em Educação os dados levantados pela Capes, através de seu sistema de avaliação. Estes dados referem-se a 1981 e são bastante exaustivos, indo desde a caracterização dos cursos por área de concentração, até a listagem completa de professores e alunos — aqueles com suas características de formação — passando pelo levantamento da produção científica dos cursos.

Quanto aos trabalhos de pesquisa tornou-se como base os dados do catálogo elaborado pelo Selap/CNPq, completados por dados da Coordenação de Ciências Humanas e Sociais do mesmo órgão e confrontados, para triagem de pesquisas efetivamente em realização, com informações obtidas diretamente em algumas universidades. A complementação foi feita ainda com dados da Finep, Seps/MEC e Fapesp.

### O Mestrado e o Doutorado em Educação no Brasil

No período considerado neste documento (78/81) a tendência mais importante que se observa é a da consolidação dos programas de mestrado, mais do que a sua expansão, ao lado da emergência de programas de doutorado em alguns dos cen-

tros de pós-graduação dos quais nasceram do desenvolvimento natural de seus mestrados (quadro 1).

Os programas de mestrado, cuja instalação se deu durante a década de setenta, apresentaram já nesse período fases de reestruturação que representam tentativas de melhor definição de seus objetivos e de suas grades curriculares.

Em relação aos dados apresentados pelo documento *Avaliação & Perspectivas* constata-se a desativação de um dos centros de pós-graduação, a implantação efetiva de mais dois centros dos quatro que na época estavam apenas planejados, a ativação de um centro novo que não estava planejado, a criação de novas áreas de concentração em alguns dos programas e a mudança de denominação de algumas das áreas. Tudo parece indicar que este movimento reflete os ajustes contextuais necessários a uma melhoria do desempenho desses centros, quer quanto aos seus objetivos acadêmicos e sociais, quer quanto ao tipo de capacitação dos docentes que a eles se agregaram, quer quanto a algumas características típicas de cada centro na sua relação com a própria universidade em que se inserem, bem como em relação à comunidade mais ampla.

#### Áreas de concentração

No tocante a esses programas, e como conseqüência desse movimento interno verificado, a primeira questão a levantar diz respeito às áreas de concentração. Em particular, estão emergindo algumas preocupações quanto ao seu significado concreto. Embora algumas tenham sido redefinidas, constata-se uma grande variação na nomenclatura atribuída pelos diferentes programas para as mesmas. Os nomes com que são batizadas estas áreas não traduzem nem o mesmo nível nem o mesmo grau de abrangência que se esperaria de designações que devem se prestar para definir áreas de estudo dentro de um mesmo patamar.

#### Distribuição regional

Hoje temos programas de Mestrado em Educação em todas as regiões do país, exceto no Norte, embora nesta região tanto a Universidade Federal do Pará, como a do Amazonas, venham realizando sistematicamente cursos de especialização. A concentração de pessoal titulado na região é ainda pequena e as atividades de pesquisa no setor apenas incipientes. Nos três últimos anos ambas as universidades estão se estruturando melhor no sentido de criar um espaço para a pesquisa educacional. Disto é reflexo a criação do Serviço de Planificação e Pesquisa em Educação no Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, com o objetivo de criar condições para uma visão diferenciada dos problemas educacionais e coordenar planos sistemáticos de pesquisa em educação.

#### Docentes e formação no exterior

Segundo dados da CAPES, em 1981 havia 737 docentes atuando nesses programas,

Quadro 1

#### Mestrados em Educação — 1981 — Período 2º semestre/80 a 1º semestre/81

Instituições	Áreas	Ano de início	Nº alunos	Abandono	Com bolsa	Nº teses defendidas
UFCE	Ensino	77	64	2	21	10
UFRN	Tecnologia Educacional Educação Pré-Escolar	78	55	—	3	—
UFPB	Educação de Adultos	77	78	—	11	5
UFPE	Planejamento Educacional	78	49	—	6	—
UFBA	Ensino Ciências Sociais Aplicadas à Educação	72	36	2	8	1
UFES	Administração de Sistemas Educacionais Avaliação de Sistemas Educacionais	78	63	4	5	—
UFRJ	Administração Escolar Orientação Educacional Supervisão Escolar Tecnologia Educacional Avaliação Educacional	72	188	45	32	43
UFF	Métodos e Técnicas de Ensino Administração de Sistemas Educacionais Psicopedagogia	71	146	10	20	14
UERJ	Administração Universitária Educação Especial Tecnologias Educacionais	79	175	6	11	—

(Continuação Quadro 1)

Instituições	Áreas	Ano de início	Nº alunos	Abandono	Com bolsa	Nº teses defendidas
PUC-RJ	Planejamento Educacional Acons. Psicopedagógico Métodos e Técnicas de Ensino	65	175	6	11	—
GV-RJ	Filosofia da Educação Psicologia da Educação Administração de Sistemas Educacionais	72	350	177	90	27
UFMG	Metodologia do Ensino Ciências Sociais Aplicadas à Educação Pol. Ad. Ensino Superior	72	199	3	17	7
UFSCAR	Pesquisa Educacional Metodologia de Ensino Planejamento Educacional	76	66	4	16	14
UFSCAR	Educação de Deficientes Mentais	78	45	10	13	—
USP	Administração Escolar Didática	71	78	17	2	6
USP	Ensino de Ciência Modal. Física	73	43	—	20	6
Unicamp	Filosofia e História da Educação Psicologia Educacional Administração e Supervisão Educacional Orientação Educacional Metodologia do Ensino	75	193	6	42	15
PUC-SP	Filosofia da Educação	71	194	—	34	7

(Continuação Quadro 1)

Instituições	Áreas	Ano de início	Nº alunos	Abandono	Com bolsa	Nº teses defendidas
PUC-SP	Psicologia da Educação	69	171	22	23	21
PUC-SP	Supervisão e Currículo	75	177	23	24	3
PUC-SP	Distúrbios de Comunicação	79	71	—	2	—
UNIMEP	Filosofia da Educação Administração Escolar	72	112	20	—	2
UFPA	Currículo	76	114	5	—	14
UFRGS	Planejamento da Educação Psicologia Educacional Ensino	72	156	9	31	21
UFSM	Currículo Metodologia de Ensino	70	67	7	8	8
PUC-RGS	Adm. de Sist. Educacionais Métodos e Técnicas de Ensino Educação Brasileira Currículo	72 74	89 81	— 3	22 20	22 1
<b>Totais</b>			<b>3.135</b>	<b>381</b>	<b>492</b>	<b>247</b>

Fonte: Capes/82

na sua grande maioria com grau mínimo de doutor. O número de docentes em treinamento também é expressivo (138) dos quais 56% estão recebendo sua formação no exterior. Acrescente-se que 46% dos docentes vinculados aos programas de mestrado e doutorado em educação tiveram também suas titulações obtidas fora do país. Este é um dado que a partir de agora merece uma reflexão. O estímulo à formação no exterior se deveu sobretudo à necessidade de formação de quadros com uma certa rapidez, em diferentes disciplinas do conhecimento em educação para o que não havia condições dentro do país. Com a reagregação destes docentes e com a consolidação dos programas de mestrado e a solidificação da experiência em docência e pesquisa de seus quadros está-se no limiar em que essa formação maciça no exterior talvez deva passar por um crivo, crivo em que se avalie o que seremos capazes de produzir em termos de formação de pesquisadores (mestres e doutores) em educação a partir da matriz que aí está implantada.

### A Produção dos programas de pós-graduação e suas condições

Indubitavelmente houve alterações substantivas na produção intelectual dos professores de pós-graduação, especialmente nas publicações dos últimos dois anos. Pelo levantamento de textos publicados por professores, mestrados e doutorandos, verificamos, de um lado, o aumento daqueles que se preocupam com as particularidades ambientais e sócio-estruturais de nossa realidade, e de outro com o esboço de uma teorização crítica alternativa em relação às suas fontes de referência.

O mesmo vale para as dissertações e teses produzidas em 80/81. Quanto a estas, do ponto de vista qualitativo, apresentam-se grosso-modo mais bem estruturadas do que se pode observar da produção de anos anteriores. Do ponto de vista quantitativo as conclusões obtidas têm crescido com uma certa regularidade, sem saltos porém, denotando uma rotina de trabalho que se expande com um certo equilíbrio e vigor. Esta produção deriva dos 27 programas de pós-graduação (estricto senso) em educação que em 1981 existiam no país, funcionando em 22 instituições universitárias, com um total de 549 dissertações de mestrado e 10 teses de doutorado defendidas entre o segundo semestre de 1979 e o primeiro semestre de 1981. Nestes programas o tempo médio para obtenção do título de mestre foi de três anos e meio, embora se tenha casos discrepantes de um programa em que esse tempo médio foi de dois anos e meio e outro em que ele foi de sete anos e meio. Porém o comportamento típico dos programas oscila, entre três anos e meio e quatro anos e meio quanto ao tempo para a obtenção do mestrado, e após este, três anos e meio — em média — para a obtenção do grau de doutor.

Em número de alunos os programas de mestrado tiveram em 1981, em relação a 1977, um aumento expressivo de matrícula na ordem de 158%. Já o número de bolsistas, no mesmo período, cresceu de apenas 29%.

### Considerações sobre o corpo docente da pós-graduação

Tomando como base dados de 1977 houve um acréscimo de docentes aos programas na razão de 114%, porém a projeção de docentes em tempo integral diminuiu na razão de 8% (quadro 2 e 3). No documento *Avaliação & Perspectivas* considerava-se que as estruturas de pós-graduação não vinham permitindo a formação de um ambiente adequado para as atividades de pesquisa pelo fato de os quadros de docência ainda não serem suficientes para atender aos crescentes encargos de aulas de pós-graduação e graduação. Os índices professor/aluno ( $X = 4,16$ ) e orientador/orientando ( $X = 3,29$ ) melhoraram em 1981, mas com o acúmulo de funções que se verifica numa boa parcela desse corpo docente, quer por encargos administrativos, quer por lecionar também em graduação, quer por não exercer a função em tempo integral, ainda prejudica a dedicação à pesquisa.

### Quadro 2

#### Pós-Graduação em Educação — Corpo Docente: Características

Categorias	1980	1981
Doutores e livre-docentes	381	468
Titulados no Brasil	199	240
Titulados no exterior	182	228
Realizando doutorado	112	107
No Brasil	35	41
No exterior	77	66
DO e LD que somente lecionaram nos programas	100	96
DO e LD que somente orientaram teses nos programas	51	94
DO e LD que lecionaram e orientaram teses nos programas	216	239

Dados: Capes/82

### Quadro 3

#### Pós-Graduação em Educação — Corpo Docente: Tipo de Contrato

Categorias	1981
DO e LD em tempo integral	210
Docentes permanentes	557
Visitantes	13
Participantes	124
Em treinamento	138

Dados: Capes/82

Uma última consideração sobre o pessoal docente é a constatação de que a volta de pessoal titulado do exterior para assumir ou reassumir funções junto à pós-graduação foi grande e o fluxo de formação destes recursos humanos a nível de doutoramento, no país ou no exterior, cresceu no período, mas, num ritmo menos acentuado do que nos anos 72/77. Além disso de 1980 para 1981 observa-se pela primeira vez uma reversão de tendência no sentido de aumento de docentes fazendo doutoramento no país e diminuição dos que estão no exterior, embora em números absolutos ainda haja maior número de docentes fazendo doutorado no exterior.

### A implantação do Doutoramento em Educação

Há sete programas de doutoramento sendo implantados e embora até o primeiro semestre de 1981 nenhum deles tivesse sido credenciado, alguns já apresentavam teses defendidas (quadro 4).

Dado o estágio de funcionamento de alguns programas de mestrado já consolidados e a massa crítica de mestres titulados que atuam em nossas universidades e fora delas, o prosseguimento natural da carreira requeria como próximo passo o doutoramento. A implantação destes programas é, portanto, uma seqüência lógica aos mestrados. Respondem, também, conforme testemunho de alguns de seus implantadores, à necessidade de se ter um modelo brasileiro de formação da intelectualidade na área, criando boas condições de diminuir a demanda pelos estudos desse nível no exterior. Corresponderiam a uma busca ou uma necessidade de construção da identidade científica brasileira em Educação. Essa construção passa pela geração de trabalhos sólidos referentes aos problemas desse setor. Os trabalhos de tese já apresentados revelam um produto alentador nesse sentido. Uma avaliação mais acurada só será possível daqui a alguns anos.

### A produção científica dos programas

A produção científica dos programas de pós-graduação (estrito senso) aumentou muito, quer quanto ao número de dissertações e teses defendidas, quer quanto à publicação de livros e artigos a nível nacional e internacional (quadro 5).

Sob este ponto de vista não só cresceu o número de publicações de livros e revistas em educação, como alguns destes, que em anos passados tinham vida curta, têm se mantido em saídas regulares, trimestrais ou quadrimestrais, formando tradição e se firmando como fonte bibliográfica estável.

### Dados sobre as pesquisas realizadas ou em realização

Sem pretender criar qualquer paradigma para análise, fez-se um levantamento exaustivo por tópico tratado conforme a explicitação dos objetivos apenas com a finalidade de situar a temática abordada nos projetos. Os dados estão sintetiza-

Quadro 4

Doutorados em Educação: período 2º semestre/80 a 1º semestre/81

Instituições	Áreas	Ano de início	NP alunos (1981)	Abandono	Bolsa estudo	Teses defendidas
UFRJ	Educação Brasileira	80	16	-	3	-
PUC-RJ	Psicologia Educacional	76	-	-	-	-
USP	História e Filosofia da Educação Didática	78	26	-	-	2
	Administração Escolar					
Univ. Est. de Campinas	Filosofia e História da Educação	75	7	-	1	-
PUC-SP	Filosofia da Educação	77	35	1	11	3
UFRGS	Ensino-Aprendizagem	76	7	-	1	2
<b>Total</b>			<b>91</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>7</b>

Fonte: Capes/1982

Quadro 5

**Número de Publicações de Docentes dos Programas de Pós-Graduação em Educação**

Modalidade	1980	1981	Total
Total de artigos nacionais	259	220	479
Total de artigos internacionais	28	42	70
Total de livros não-didáticos	4	41	45
Total de livros didáticos	87	20	107
Publicações de anais de congresso no país	22	54	76
Publicações de anais de congresso no exterior	4	13	17
Outras publicações no país	79	50	129
Outras publicações no exterior	8	1	9
<b>Total</b>	<b>491</b>	<b>441</b>	<b>932</b>

Fonte: Capes/1982

dos no quadro 6. Predominam os estudos de currículo, ou seja, aqueles estudos que se referem a disciplinas, suas estruturas ou conteúdo. Destes estudos a maioria diz respeito ao ensino superior, sendo pouquíssimos os que se referem ao 1º e 2º graus de ensino. Aparecem em destaque os trabalhos que analisam questões

Quadro 6

**Classificação por Conteúdo dos Projetos de Pesquisa Analisados**

Assunto	Nº	%
Currículo	35	15
Aluno	25	10
Professor	20	8
Escola	8	3
Ensino/aprendizagem	23	10
Avaliação	21	9
Ensino profissionalizante/des. de rec. humanos	14	6
Educação Rural	12	5
Análise histórico-filosóficas	27	11
Variáveis de contexto social	19	8
Ed. não-formal/Ed. popular	7	3
Diversos	28	12
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>100</b>

gerais ou particulares do sistema educacional de um ponto de vista histórico e/ou filosófico, com algumas incursões pelas ciências políticas e sociológicas. Em sequência, têm a preferência dos pesquisadores: os estudos sobre o aluno, isto é, estudos que se preocupam com as características pessoais da clientela escolar, quanto a aspectos psicológicos ou biológicos; pesquisas sobre as questões de ensino-aprendizagem, que englobam estudos de métodos e técnicas de ensino e seus efeitos sobre a aprendizagem; sobre avaliação educacional, tanto a nível de sistema ou subsistemas, como a nível de desempenho de alunos; sobre o professor, em que se destacam a análise de suas características psicossociais e, estudos que abarcam variáveis de contexto social, tipo nível sócio-econômico da clientela escolar, indicadores culturais, indicadores da modernidade, etc.

Embora tenham proliferado estudos sobre a evolução das políticas educacionais e das estruturas de poder no sistema escolar os trabalhos sobre planejamento educacional quanto a seus instrumentos e resultados, métodos e formas de organização planejada em diferentes níveis do sistema e regiões do país continuam sendo pouco desenvolvidos. Pouco trabalhados também são os temas de administração pública escolar quanto a normas, procedimentos, técnicas, fluxos, custos, capacidade gerencial, etc. Por outro lado cresceu o número de estudos dedicados a estratégias educacionais para populações de zonas periféricas urbanas e áreas de desenvolvimento rural.

Quanto ao nível ou modalidade de ensino a que estes estudos se referem constata-se que predominam os trabalhos sobre ensino superior e sobre o 1º grau. Nem todos os projetos foram classificados quanto a esta dimensão pois se referem ao sistema como um todo, ou, são de tal natureza que, não cabe a especificação face a um nível ou modalidade. Como se observa no quadro 7 há somente uma pesquisa sobre a pós-graduação e pouquíssimos estudos abordam o ensino supletivo, sendo o nível de 2º grau também uma área percentualmente pouco estudada.

Quadro 7

**Pesquisa Segundo o Nível ou Modalidade de Ensino**

Nível ou modalidade	Nº	%
Pré-primário	18	10
1º grau	62	35
2º grau	17	9
3º grau	65	37
Pós-Graduação	1	1
Ensino Supletivo (1º e 2º graus)	3	2
Educação extra-escolar	11	6
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>100</b>

A forma de elaboração dos projetos mais comumente utilizada pelos pesquisadores, no nível do tratamento dado ao tema foi a de análises empírico-descritivas (24%) em que, com base em dados de levantamentos por questionários, escalas, etc. se procede a uma descrição do objeto em foco. Em segundo lugar vêm as pesquisas que se apoiam em esquemas quase-experimentais ou experimentais simples (19%) e em seguida aquelas que propõem esquemas experimentais mais sofisticados (16%) e os trabalhos em que se faz elaborações interpretativas a partir de dados empíricos simples (16%). Há ainda pesquisas que se propõem a um tratamento histórico do tema (7%), a um tratamento teórico, porém, de caráter descritivo (11%) e outras a um nível de teorização, porém, de caráter interpretativo-explicativo (8%). Como se pode verificar é grande a proporção de trabalhos, mesmo que sob formas diferenciadas, que se limitam a um tratamento descritivo ou que lidam com poucas fontes de dados.

### Problemas, necessidades e perspectivas

Em que pese uma maior consolidação dos programas de pós-graduação em sentido estrito, no período, e a geração e conclusão de pesquisas independentemente da produção para titulação, algumas considerações se fazem necessárias quanto ao panorama geral da pesquisa em Educação no país. Os resultados quantitativos, embora mais alentadores do que em períodos anteriores, são apenas um dos indicadores do que se vem alcançando. É sobretudo uma avaliação do nível qualitativo que realmente caracterizaria com maior acuracidade esses trabalhos, e esta avaliação não pode ser facilmente levada a cabo. No entanto, por trabalhos que têm sido realizados e apresentados no período por diferentes pesquisadores, por seminários que têm se concentrado na temática da pesquisa em educação e pelos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas, pode-se tentativamente abordar a questão.

O privilégio atribuído a certos temas de investigação e suas formas de abordagem parece decorrência da influência de alguns modismos e da veiculação, nem sempre crítica, de alguns formatos teóricos entre os pesquisadores.

Além do fator modismo que apontamos, e que é responsável no tempo por uma sucessão descontínua de trabalhos, há simultaneamente uma grande dispersão de linhas de pesquisa — entendidas aqui como “fio condutor e aglutinador de esforços investigativos” no dizer de Maria Amélia A. Goldberg. Esta dispersão, que não deve ser confundida com diversidade, pode ser atribuída ao modo como se criou e expandiu o sistema de pós-graduação, que em seu rápido crescimento não permitiu o estabelecimento de coordenadas internas melhor debatidas e fundamentadas; ou à escassez de recursos humanos suficientemente qualificados na área; ou à rotatividade que sofreram estes recursos humanos dentro e entre os programas ou instituições; ou à ausência de uma política institucional de formação destes quadros. Mas a tudo isto se deve acrescentar o fato de haver ainda “uma dissociação profunda entre a pesquisa educacional e o meio ambiente”, sendo frágeis os “vínculos dos programas de Pós-Graduação em Educação com o

processo cultural e, em particular, com os fatos da vida escolar ao lado da ausência de tradição de pesquisa na Universidade brasileira...” (CNPq, 1981). Este mergulho de realidade — nacional e educacional — é indispensável para dar consistência e relevância às investigações. É uma necessidade também para que os pesquisadores deixem de falar entre si e para si e passem a ter como interlocutores outros segmentos da sociedade, todos envolvidos e interessados — porque usuários ou excluídos — nos processos educacionais.

A constituição de equipes de pesquisa com uma duração maior de vida nas universidades é ainda uma meta não atingida. O amadurecimento adequado de coordenadores e líderes de equipes para identificar e planejar linhas de investigação a mais longo prazo e conduzir com certa segurança os demais pesquisadores nas atividades de formulação e execução de projetos componentes de um veio coerente de investigações, ainda deixa a desejar. Neste ponto as preocupações levantadas no documento *Avaliação & Perspectivas 1978* continuam de pé, mesmo reconhecendo que houve um certo avanço. Obviamente isto tem seus reflexos na formação dos mestrandos para atividades de pesquisa, nível em que se reconhece falhas na aquisição e desenvolvimento de capacidade em metodologia e técnicas de análise, e no qual está sendo feito o preparo inicial do pesquisador.

Um outro ponto de estrangulamento que tem sido dos mais ventilados pelos pesquisadores é a questão da veiculação de informações. Há problemas de circulação de informações e trocas sobre pesquisas e trabalhos em andamento dentro das próprias instituições, equipes ignorando o que outras equipes do mesmo local produzem. Há problemas de circulação de informação de modo mais amplo, na distribuição de publicações e revistas e no fluxo de bibliotecas.

No entanto a garantia básica para que uma série de necessidades se cumpram está na solução de alguns problemas de financiamento. Quer para o desempenho de suas atividades de ensino e pesquisa regulares quer para o desenvolvimento de projetos especiais as dificuldades das instituições de ensino e pesquisa têm sido sérias.

Com a dependência da liberação de verbas de diferentes órgãos oficiais não se tem garantias se determinados projetos poderão ser realizados ou não, terão continuidade ou não. A ausência de apoio financeiro institucional interno às universidades para a pesquisa, computado em orçamento, é um ponto crítico que precisa ser superado em curto prazo. Alternativas de apoio institucional a grupos de pesquisa específicos têm que ser encontradas e viabilizadas, sobretudo procurando-se minimizar os entraves burocráticos e os fluxos administrativos.

Quanto ao apoio aos pós-graduandos através de bolsas é inegável a necessidade de se redimensionar o quantum do auxílio concedido de forma mais condizente com o custo de vida. O apoio seqüente aos programas e a minimização do tempo para a liberação das bolsas, especialmente em seu início, são condições para maior efetividade do sistema.

Um dos pontos que ainda interferem no processo de produção científica é a pouca disponibilidade de tempo que é dada pelas universidades para a pesquisa, devido ao excesso de horas/aula e/ou atividades administrativas. O espírito de pesquisa e as atitudes favoráveis a ela não se disseminaram como era de se esperar, o que fica claro nos depoimentos colhidos. Há em certos centros ainda uma atitude de desconfiança quanto à atividade de pesquisa qualificada muitas vezes de escapismo ou vista como atividade ociosa. O reconhecimento de fato do valor dos trabalhos de pesquisa para o ensino, por exemplo, está longe de ter sido alcançado. É toda uma mentalidade que está em jogo e que precisa ser alterada para que realmente o espaço da pesquisa em educação seja garantido e reconhecido como valioso.

Complementando o que até aqui já foi aventado coloca-se como prioritário o aumento de participação da comunidade científica da área no processo de formulação da política de pesquisa em educação, especialmente através de seus órgãos de representação. Coloca-se como fundamental:

- dar continuidade e aumentar o programa de seminários ou encontros regionais de pesquisadores que favoreçam na livre discussão a formulação de modo mais participativo de linhas de pesquisa e de políticas referentes à área, permitindo ainda avaliações e reorientações;
- estimular os mecanismos para desenvolver e consolidar a pesquisa educacional em cada uma das regiões do país, de tal forma que se possa garantir maior consistência dos projetos com os problemas diferenciais de cada parte, e uma melhoria nos recursos humanos de forma mais distribuída quebrando-se o excesso de concentração em algumas poucas regiões específicas;
- apoiar por períodos mais longos os grupos de pesquisa para garantir a continuidade dos mesmos, a capacitação de novos recursos em coerência com algumas linhas de trabalho e a formação de tradição e acervo de pesquisa;
- agilizar o apoio institucional e articular mais coerentemente os recursos alocados para a pesquisa na área;
- reestudar e reescalonar as formas burocráticas, em diferentes níveis, de tal forma que possam ser aplainados as dificuldades e o tempo dedicado ao fluxo e à gestão das verbas concedidas;
- criar condições de haver maior apoio técnico das diferentes instituições e universidades entre si, dispondo-se mecanismos financeiros e institucionais que facilitem esse apoio inter-institucional;
- aumentar o intercâmbio face-a-face de pesquisadores de diferentes regiões que estejam trabalhando numa mesma temática, visando o aprimoramento do trabalho científico e possibilitando a pesquisa comparada;
- propiciar aos iniciantes oportunidades de estágios;
- alocar verbas próprias para a pesquisa educacional dentro dos orçamentos das universidades;
- aumentar a representatividade de professores-pesquisadores nos diferentes comitês assessores dos órgãos responsáveis pelos programas e verbas destinadas ao apoio à pós-graduação e à pesquisa em educação.

## 62. ECONOMIA

Redator:  
Pedro Malan  
(Instituto de Planejamento Econômico e Social)

O relatório de Economia está organizado da seguinte maneira: a primeira seção apresenta um breve histórico da evolução do ensino e da pesquisa em Economia no Brasil, com ênfase nos aspectos institucionais e nas características gerais do processo de formação da comunidade científica na área. Verifica-se que tal processo foi realizado até o final dos anos 60, praticamente à margem da estrutura universitária tradicional, situação alterada significativamente ao longo dos últimos quinze anos.

A segunda parte procura descrever a situação atual, através de indicadores quantitativos, que permitam caracterizar a configuração institucional da área. Avalia-se aí a extensão em que é possível reconhecer, neste início dos anos oitenta, os contornos de uma comunidade científica a caminho da maturidade, caracterizada por uma relativamente fértil interação entre os centros universitários — cuja importância relativa em termos de qualidade da produção intelectual aumentou consideravelmente na última década — e as demais instituições de pesquisa não ligadas à universidade. Estas últimas continuam desempenhando um papel importante e não apenas porque algumas dentre elas controlam recursos financeiros destinados à pesquisa na área.

A terceira parte procura identificar alguns problemas na área de ensino, pesquisa, financiamento e formas de comunicação que estariam dificultando a construção, neste país e na área de Economia, de uma comunidade acadêmica e científica digna deste nome. Vale dizer, uma comunidade capaz de: a) definir internamente seus critérios de legitimidade, de qualidade, de excelência de avaliar internamente suas pretensões ao conhecimento científico e de chegar a relativo consenso sobre o que constituiriam matéria estabelecida, explicações satisfatórias e procedimentos válidos para a investigação científica, e b) preservar seu espaço, assegurar sua autonomia relativa, e afirmar sua responsabilidade frente ao Estado e frente às demandas por relevância social e política que emergem da chamada sociedade civil em um país de carências sociais gritantes como o Brasil.

Essa mesma parte discute, brevemente, as perspectivas de consolidação definitiva da área no Brasil, no sentido acima. A avaliação resultante é de um otimismo qualificado pelo caráter peculiar da área dentre as demais Ciências Sociais. A Economia, além das preocupações com construção teórica e método analítico, está também voltada para a análise de decisões e suas conseqüências (intencionais ou não-intencionais). Em outras palavras, a comunidade dos economistas, quer queira quer não, está obrigada pela própria natureza de sua disciplina, a uma certa proximidade, por vezes incômoda convivência, com o Poder (público ou privado), face ao qual deve preservar uma relativa autonomia para que se possa consolidar, com um mínimo de credibilidade perante a sociedade em geral e às comunidades acadêmico-científicas maduras em particular.

A quarta e última parte apresenta as principais recomendações do relatório, divididas entre aquelas endereçadas aos órgãos governamentais de apoio ao ensino e à pesquisa (Finep, MEC-Capes, CNPq, Ipea, etc) e aquelas endereçadas — para discussão adicional — à própria comunidade.

### Recomendações

Ao longo do relatório várias sugestões foram apresentadas, explícita ou implicitamente, e não caberia resumi-las aqui, mas apenas insistir nas questões básicas que deveriam informar a ação do CNPq e demais órgãos governamentais de apoio ao ensino e à pesquisa na área de Economia.

O documento enfatiza as responsabilidades da própria comunidade acadêmico-científica, em geral, e da área de Ciências Sociais e Economia em particular. Sua avaliação é de que as lideranças intelectuais mais expressivas em cada uma destas áreas vêm evidenciando uma exemplar maturidade no que diz respeito à construção de uma comunidade científica caracterizada por padrões de qualidade e seriedade raramente encontrados no mundo em desenvolvimento. Cabe aos órgãos governamentais reconhecer este fato, e assegurar a continuidade — e não a redução — dos recursos para a área de Ciências Humanas e Sociais. Esta é, talvez, a primeira e mais genérica recomendação do documento.

A segunda recomendação diz respeito à definição de prioridades para a ação de órgãos governamentais na área de Economia, em particular no que se refere às suas "necessidades" de expansão. O relatório ressalta o fato de que em Economia, como em várias outras áreas, a questão que se coloca agora é a de *qualidade* mais que de quantidade. Isto não quer dizer que o número de pesquisadores e professores na área seja suficiente, mas que a expansão quantitativa dissociada da melhoria de qualidade é um equívoco. A recomendação pode parecer tão óbvia que não mereça sequer registro. Mas nunca será demais repetir que excelência em termos de ensino a nível de pós-graduação e de pesquisa relevante não ocorrem naturalmente, mas somente ali onde a comunidade e os órgãos financiadores têm um compartilhado compromisso com a preservação e a elevação da qualidade acadêmica — e, obviamente, em Ciências Sociais, com a relevância dos resultados

da pesquisa.

Nesse sentido, não basta o apoio concedido em bases individuais. É fundamental o apoio institucional a grupos de pesquisadores capazes de definir e sustentar um programa sistemático de pesquisas, do qual resulte uma contínua produção de qualidade. A própria comunidade é a melhor avaliadora do que significa qualidade. Nesse sentido, o julgamento pelos pares que a Capes, o CNPq, a Finep e o Ipea vem promovendo é a melhor política, a par da sistemática coleta de informações quantitativas e qualitativas sobre o desempenho dos centros. É ocioso recomendar a sua continuidade e aperfeiçoamento.

A liderança intelectual da área é hoje exercida pelos centros de pós-graduação filiados à Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Esta tendência, recente, deve se materializar sob a forma de continuado apoio institucional a tais centros, o que necessariamente envolve a questão da estabilidade e previsibilidade dos recursos para que não se desintegram experiências extremamente bem sucedidas, e nem falte apoio a centros de elevado potencial.

Seria um equívoco, entretanto, pretender que a atividade de pesquisa relevante em Economia está restrita aos centros de pós-graduação. Existe um número significativo de centros de pesquisa fora da universidade que, ou já se constituem hoje, ou podem vir a constituir breve, em centros de excelência em termos de produção intelectual. Cabe saber identificar o novo e o promissor, sem que isto signifique necessariamente dispersão de recursos.

Com efeito, uma das recomendações do documento é antes a necessidade de uma relativa concentração de recursos. Pós-graduação é excelência e não se pode pretender excelência distribuída democraticamente por todo o território nacional. A competição pelos recursos deve ser aberta, mas é necessária uma clara política de preferência pela qualidade. Essa política, hoje, deveria contemplar uma extrema seletividade no que diz respeito à concessão de bolsas para formação de docentes a nível de doutorado. E, nunca será demais repetir, a elevação do ensino e da pesquisa no país, a padrões internacionais de qualidade, requer a continuidade da política de treinamento no exterior (com maior rigor e seletividade) e de estímulo ao intercâmbio científico e acadêmico com os centros de países mais avançados.

## 63. ECONOMIA AGRÍCOLA

Redator:  
Charles C. Mueller  
(UnB – Departamento de Economia)

O trabalho examina a evolução e a situação atual da pesquisa em Economia Agrícola numa perspectiva ampla, incluindo a produção das pós-graduações em Economia Rural, das pós-graduações em Economia Geral que enfatizam a pesquisa em Economia Rural e a de instituições não-acadêmicas de pesquisa.

A pesquisa em Economia Agrícola progrediu muito nos últimos vinte anos. Em 1960 ela praticamente inexistia. Deste ano até o presente a pesquisa acadêmica na área cresceu e houve apreciável progresso na pesquisa em Economia Rural de instituições não universitárias.

Na área acadêmica, surgiram quatro cursos de pós-graduação em Economia Agrícola, três dos quais se consolidaram e cresceram. Começou a funcionar, também, o primeiro doutorado em Economia Rural do país. O número de teses aprovadas se ampliou consideravelmente e houve substancial aumento na produção docente desses núcleos. A década de setenta viu surgir a pesquisa em Economia Rural de vários cursos de pós-graduação de Economia Geral e formar-se um curso de mestrado em Desenvolvimento Agrícola.

Embora seja considerável a produção de pesquisa dos núcleos acadêmicos, dada a massa crítica de que dispõem, ela poderia ser maior. Ademais, do ponto de vista qualitativo ela é bastante heterogênea.

Na década de setenta expandiu-se muito a pesquisa acadêmica de Economia Agrícola. Nesta década foram também feitas, no âmbito do Ministério da Agricultura, duas experiências de fomento à pesquisa na área, ambas desativadas. No presente é praticamente nulo o envolvimento do ministério nas pesquisas em Economia Rural.

Os instrumentos de divulgação da pesquisa em Economia Agrícola vêm experimentando melhorias. Eles compreendem a *Revista de Economia Rural* (RER) da

Sober, o congresso anual da Sober, o encontro anual da Anpec, os periódicos de Economia Geral, além de encontros e seminários ocasionais. De uma forma geral, todos esses canais de divulgação experimentaram avanços qualitativos consideráveis nos últimos anos.

Dos que, entre 1979 e 1981, utilizaram esses canais de divulgação, constatou-se que na RER e no congresso da Sober predominaram trabalhos dos docentes dos centros de pós-graduação em Economia Agrícola e de técnicos de órgãos da esfera governamental, mas vem aumentando o número de artigos na área, de docentes dos núcleos de Economia Geral. Estes últimos têm participação majoritária nos periódicos de Economia Geral e na seção agropecuária dos encontros da Anpec.

A análise das características recentes da pesquisa dos núcleos de pós-graduação em Economia Agrícola e dos de Economia Geral com contribuição significativa na área, revela que os centros mais sólidos são os três cursos pioneiros na pós-graduação em Economia Agrícola (UFV, Iepe/UFGRS e Esalq/USP), a FEA/USP, o ECO/UnB e o Pimes/UFPE. Os demais centros, ou estão em fase de consolidação, ou vêm passando por dificuldades. Os seis centros em melhor situação são os que maior massa crítica possuem, e que têm índices mais expressivos, tanto de produção de teses de mestrado como de publicações de docentes. Entretanto, com algumas exceções, a média desses índices ainda é reduzida.

Em termos quantitativos, no período 1979/80 – 1980/81, a produção de pesquisa dos centros de pós-graduação estacionou. Os centros que mais se destacaram nesse período foram, além dos seis acima citados, o CPGDA/UFRJ e a UFPB (Campina Grande). Em termos dos assuntos mais pesquisados, tem havido nítida preferência dos pesquisadores dos centros de Economia Agrícola pela investigação de tópicos mais restritivos, a nível microeconômico, e dos pesquisadores dos demais núcleos acadêmicos, por assuntos mais abrangentes, considerando as interações da agricultura com o resto da Economia.

Se, por um lado, cresceu muito, aprimorou-se e diversificou-se a pesquisa acadêmica em Economia Rural, do outro, ela vem apresentando uma série de distorções e problemas. Uma das principais deficiências da pesquisa acadêmica está na ainda insatisfatória qualidade média de sua produção. Existem trabalhos e teses de altíssimo nível e de extrema relevância, mas há, também, muito de superficial e de irrelevante. Há também a questão da baixa produtividade da pesquisa endêmica. Existem exceções, mas a produção de teses é reduzida e a publicação de docentes dos centros de pós-graduação poderia ser mais abundante.

Um outro problema está na visão excessivamente paroquial de alguns dos pesquisadores dos centros de pós-graduação, especialmente os de Economia Agrícola – é como se o setor agrícola fosse isolado do resto da economia e importasse apenas examinar aspectos parciais e localizados do seu funcionamento. Alguns pesquisadores vêm encarando os problemas da Agricultura no âmbito do desenvolvi-

mento e das transformações da Economia como um todo, e o impacto de suas produções tem sido apreciável. Mas a visão paroquial, e o seu corolário, a pesquisa pouco relevante, ainda transparece no esforço de pesquisa de Economia Agrícola.

Causou espécie a pouca atenção que vem-se dando a tópicos importantes. Falta um maior esforço investigativo sobre questões como a do ajustamento e dos custos que incidem sobre o setor agrícola e do sofrimento rural resultantes das transformações que acompanham o desenvolvimento e a modernização recentes da economia. No caso do Brasil esse custo e esses sofrimentos têm sido enormes, mas a maioria dos pesquisadores acadêmicos (os que menos comprometidos deveriam ser com o atual estilo de desenvolvimento) parece achá-los inevitáveis ou mesmo naturais. Ainda nesta linha está a questão do desenvolvimento tecnológico da agricultura — cada vez mais uma fonte importante de crescimento da produção agropecuária no Brasil. Há muito trabalho escrito sobre ganhos de eficiência do desenvolvimento tecnológico, mas são pouco estudados os seus efeitos de equidade e as possibilidades de se compatibilizar a eficiência e a equidade no esforço que vem-se realizando de melhoria da produtividade da Agricultura do país.

Um último ponto, e que tem a ver com aspectos já examinados, é o da virtual inexistência de linhas de pesquisa nos centros de pós-graduação. Salvo poucas exceções, não há neles um fio aglutinador, uma racionalização do esforço investigativo. Predominam, na maioria dos centros, uma livre iniciativa dispersiva e pouco conducente à maior produtividade e relevância na geração de conhecimento na área.

As razões para esse estado de coisas são complexas. Para começar, existem os problemas internos de cada centro, especialmente os novos. O principal deles talvez seja o da falta de pessoal qualificado. Na verdade, elementos de bom nível e com experiência em pesquisa ainda são escassos e os núcleos de pós-graduação, com seus salários pouco atrativos, sofrem com a competição exercida por organizações governamentais e, às vezes, pelo setor privado.

Há também o problema da multiplicidade de tarefas que incidem sobre os docentes dos centros, deixando-os com pouco tempo livre e tranqüilidade para realizar pesquisas de maior envergadura.

Uma causa das dificuldades para a pesquisa é a do financiamento aos centros, particularmente à infra-estrutura de apoio. Alguns centros não estão, no presente, enfrentando dificuldades, pois têm convênios e realizam consultorias que fornecem excedentes para o financiamento dessa infra-estrutura. Outros, porém, têm problemas dessa natureza. Ademais, quase todos dependem, em boa medida, de apoio financeiro de fora. Sem este, não só a pesquisa sofreria; em alguns casos o próprio ensino seria seriamente afetado. Em parte, o problema surge do fato de que, em muitos casos, as universidades ainda não assumiram adequadamente suas pós-graduações.

Durante boa parte da década de setenta a disponibilidade de recursos que os centros podiam mobilizar era enorme. Foi um período de muita expansão, mas também de certo desperdício. Entretanto, a partir de 1979, a situação de inverteu radicalmente. Secaram várias fontes de recursos, e as que continuaram em operação reduziram consideravelmente seus financiamentos e tornaram-se mais seletivas. Os centros que puderam estabelecer laços e relações especiais na época de fartura, vêm conseguindo sobreviver com certo conforto. Entretanto, outros ficaram à mingua e hoje enfrentam problemas. A dificuldade maior está na falta de recursos para manter a infra-estrutura básica destes. Como as universidades dispõem de dotações limitadas nos seus orçamentos, para cobrir as despesas desse tipo, muitos centros vem passando por maus momentos.

Essa situação obviamente não conduz a uma produção científica de alta qualidade e relevância. Quando muito, os esquemas de sobrevivência mantêm, em termos quantitativos, a produção de pesquisa. Entretanto, eles não se coadunam com uma contínua melhora qualitativa dessa produção.

Existe, também, o problema do isolamento dos centros de pesquisa acadêmica, tanto de uns em relação aos outros como, pelo menos mais recentemente, em relação aos núcleos responsáveis pela avaliação da situação e dos problemas da economia rural do país, e pela implementação de medidas para a sua solução.

Finalmente, há a questão da elevada evasão dos admitidos nos cursos de pós-graduação. Se muitos destes não concluem suas teses, obviamente a pesquisa na área fica aquém do seu potencial. A razão da reduzida produção de teses é também complexa e tem a ver com vários dos problemas acima mencionados. Entretanto, em parte, ela se deve a falhas nos esquemas de bolsas de financiamento de teses. Esse é um assunto que extravasa o âmbito desta avaliação, mas tudo indica que os esquemas de apoio à produção de teses poderiam ser aperfeiçoados, aumentando a produtividade dessa parcela do esforço de pesquisa em Economia Agrícola.

## 64. GEOGRAFIA

Redator:  
Manuel Correia de Andrade  
(UFPE - Departamento de Geografia)

### Introdução

O relatório do subsetor de Geografia procura dar uma idéia da situação existente na área, levando em conta as suas características tanto na linha científica como na linha institucional. Assim, do ponto de vista científico, analisa, em rápidas pinceladas, a importância de trabalho de interesse geográfico, face a contribuição para a compreensão do tipo de espaço que se produzia desde o período colonial até os nossos dias. Daí a referência e a análise sucinta de trabalhos de cronistas coloniais como Antonil e de viajantes que percorreram o país no início do Século XIX, como Saint-Hilaire, Koster, Tollenare, Spix e Martius, etc. A seguir salienta que mesmo antes da Geografia ser ministrada em nível de ensino superior, numerosos ensaístas como Raimundo Lopes e Agamenon Magalhães tiveram acesso à literatura geográfica européia, francesa sobretudo, e elaboraram ensaios de grande interesse geográfico. Foi ressaltada com maior ênfase a contribuição de Delgado de Carvalho que, em verdade, iniciou o estudo da Geografia científica no Brasil, filiado que estava a Escola Francesa, estendendo sua contribuição também a história e a geopolítica, assunto que preocupava a alguns estudiosos brasileiros.

### Histórico

Grande ênfase é dada à importância da Revolução de 1930 e a sua repercussão no campo cultural em geral e, no da Geografia em particular. Esta contribuição se expressou institucionalmente com a elevação do ensino da Geografia ao nível superior, graças a criação dos cursos de Geografia e História nas recém-criadas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras — inicialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro e depois em todo o país — e com o ensino da Geografia Econômica nas faculdades de Administração e Finanças, depois transformadas em faculdades de Ciências Econômicas. O papel da USP, que contou com a contribuição de professores estrangeiros, como Pierre Deffontaines e Pierre Mombeig e passou a produzir doutores ainda na década de 40, é salientado, seguido da Universidade

do Brasil, hoje Federal do Rio de Janeiro, que contou com a colaboração durante muitos anos do professor Francis Ruellan.

Ainda teve a maior importância para o desenvolvimento do conhecimento geográfico a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que centralizou a acumulação de conhecimento geográfico e estatístico para uso governamental. Ele produziu a base para um futuro planejamento e foi de grande utilidade na divisão do espaço brasileiro em grandes regiões e na localização do novo Distrito Federal, onde seria construída a cidade de Brasília. Nele se formou uma plêiade de geógrafos brasileiros, contando com os ensinamentos de mestres estrangeiros como Francis Ruellan, Leo Waibel e mais recentemente, Michel Rochefort.

### Tendências

Analisada a parte histórica passa-se a indicar as tendências existentes hoje na Geografia brasileira, indicando a existência de um processo evolutivo no qual a orientação inicialmente dominante, lablachiana, de grande tendência descritiva e muito útil em uma fase de exploração do território, foi substituída por uma tendência mais teórica, salientando o domínio em um certo período — aproximadamente de 1965 a 1976 — de uma corrente quantitativista, neopositivista, que teve oportunidade de fazer grande proselitismo durante o famoso período do “milagre brasileiro” e que perdeu terreno, hoje contando com poucos adeptos após a passagem deste período. Com a crise mundial desenvolveu-se no meio científico específico, aquilo que se convencionou chamar de tendência crítica, que utilizou idéias em voga no plano internacional mas que também se abeberou dos ensinamentos de alguns geógrafos brasileiros que, desde a década de quarenta, mostravam em suas obras uma preocupação com os problemas sócio-econômicos.

Nesta análise histórica ainda foi salientado o papel desenvolvido por uma associação privada, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, que fundada em São Paulo, em 1934, teve a princípio características estaduais, mas que posteriormente desenvolveu-se a nível nacional

### Instituições

Concluída a análise mais científica da formação do pensamento geográfico no Brasil, passou o documento a analisar as instituições que mantêm cursos de doutorado — USP e de Mestrado — USP, UFRJ, UFPE e Unesp — indicando as orientações dos mesmos, as disponibilidades de docentes, as áreas de concentração oferecidas e a produção científica.

Aí ainda se indica o apoio que estes cursos vêm obtendo de instituições governamentais, como a Capes e o CNPq e de convênios que fazem com órgãos estatais e paraestatais visando a realização de pesquisas. A produção científica, embora apresentada apenas em seu caráter quantitativo, é bem expressiva, havendo cur-

tos que mantêm publicações próprias.

Ainda não são esquecidas as instituições que mantêm cursos de pós-graduação *lato sensu*, como as universidades federais de Sergipe (UFSE), Santa Catarina (UFSC) e a Estadual de Londrina, onde possivelmente poderão surgir em breve novos cursos de mestrado. Outras universidades mantêm cursos de especialização ou de aperfeiçoamento a partir de data recente, o que contribuirá para a melhoria do conhecimento geográfico. Os trabalhos de pesquisa também são enfatizados.

A análise institucional se estende a órgãos como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que vem dando uma grande produção científica e publicando periódicos de grande importância e interesse como a *Revista Brasileira de Geografia*, e a Associação dos Geógrafos Brasileiros que através de reuniões científicas hoje denominadas de encontros, vem tendo uma grande contribuição ao desenvolvimento da Geografia brasileira.

### Conclusões

Finalmente, o documento desenvolve uma referência analítica ao problema da regulamentação da profissão acompanhada de uma análise da problemática do ensino e da pesquisa em Geografia, no Brasil. Ele é concluído com uma série de proposições em que se tenta conciliar o estágio atual de desenvolvimento do conhecimento geográfico e as perspectivas de projeção da evolução do mesmo nas décadas que se seguem.

## 65. SERVIÇO SOCIAL

Redator:  
Safira Bezerra Amman  
(UnB – Departamento de Ciências Sociais)

O documento de avaliação do Serviço Social consta da caracterização da área, de um breve histórico do Serviço Social no país, do retrato atual da área – seus problemas e necessidades – e finalmente de algumas recomendações ao CNPq para o melhor desenvolvimento da pesquisa e da produção científica do Serviço Social no Brasil.

O primeiro item caracteriza a área no contexto das Ciências Sociais e mostra que o Serviço Social vem hoje colocando, como exigência fundamental, a tarefa de pensar os objetos ou fenômenos sobre os quais trabalha e de participar do processo de produção do conhecimento sobre a totalidade social.

A institucionalização do Serviço Social como profissão não partiu de um paradigma explícito e nem mesmo de um projeto precisamente estabelecido. Ela decorreu da própria prática profissional frente aos problemas mais prementes de cada momento histórico.

Numa primeira fase (1930-1945) o Serviço Social sofreu uma influência indireta da corrente neotomista de caráter conservador, ortodoxo e tradicionalista, sendo que sua prática se resumia à assistência e orientação ao “cliente”, através do método de serviço social de caso. Posteriormente, recebeu os influxos do alto grau de desenvolvimento industrial e tecnológico dos EUA. Dessa fase o Serviço Social trouxe uma herança marcada pela corrente positivista, com ênfase na questão metodológica e na instrumentalização técnica (métodos de caso, grupo e comunidade).

O Serviço Social da segunda fase (1945-65) subordinou-se a uma ação empirista e de caráter instrumental, dentro de uma perspectiva funcionalista para a integração social entendida esta como “processo de participação do homem como beneficiário e como agente do desenvolvimento”.

Os métodos tradicionais de caso, grupo e comunidade fornecem os critérios de operacionalidade, constituindo-se das elaborações teóricas do Serviço Social, e de regras que devem nortear a prática, independente de uma preocupação efetiva com o corpo teórico de que elas fazem parte. Encontram-se esses métodos inspirados numa visão atomizada da sociedade, que camufla os conflitos e as contradições entre as classes e que interpela os indivíduos — isolada, grupal ou comunitária — como sujeitos responsáveis pelos problemas sociais.

A partir dos anos 60, quando as contradições se tornam mais agudas na América Latina e quando se assiste ao fortalecimento da consciência e da organização dos intelectuais e das classes subalternas, o Serviço Social passa a questionar seu papel na sociedade, seu atrelamento às classes dominantes, sua teoria e sua prática corretora de “disfunções” sociais. Nasce, então, na América Latina, o movimento de reconceituação, refutando o modelo positivista e passando a buscar fundamentos teóricos que lhe permitam superar seu método tradicional. O movimento de reconceituação assume orientações distintas em contextos sócio-políticos diversos. Dentre elas, a corrente que postula a liberação social toma vulto nos países da América Latina, onde a maturação do movimento social permite um salto qualitativo na reflexão e na proposta do Serviço Social.

Tal corrente surge como resultante do posicionamento e da ação coletiva das forças sociais, vindo o Serviço Social a representar uma força que contribui, com sua proposta específica de ação profissional, para o processo global de libertação dos povos oprimidos.

Existem hoje funcionando regularmente seis cursos de mestrado junto às UFRJ, UFPB e UFPE e junto às pontifícias universidades católicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. No segundo semestre de 1981 começou a funcionar com três alunos, junto à PUC de São Paulo, o primeiro doutorado em Serviço Social.

Os mais antigos mestrados já foram devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação (PUC/SP, PUC/RJ e UFRJ) encontrando-se os demais em fase de consolidação.

Os programas contam com um total de 81 professores permanentes, dos quais, oito livres-docentes, 25 doutores, 38 mestres e dez com outras titulações, sendo que 34 trabalham em regime de dedicação exclusiva, 21 em tempo integral, doze em tempo parcial e oito como horistas.

Em junho de 1981, contavam os programas de mestrado com um corpo discente de 442 alunos, registrando a PUC de São Paulo o mais elevado contingente (142 alunos) seguida pelo programa da UFPB, com 90 alunos.

Até 1981 haviam sido titulados onze mestres e 135 alunos elaboravam suas dissertações, alguns dos quais, (33) ainda cursando disciplinas.

O tempo médio de titulação acumulado (em meses) nos períodos 80-81, oscila, entre os índices 42,00 e 80,90, do que se depreende que os alunos dispõem de três a cinco anos na realização de seu curso.

Os índices referentes a bolsistas dos programas em 1980-1981 revelam que a relação total alunos/total bolsistas, varia entre 3,50 e 9,33 ficando muitos alunos sem bolsa. É reduzido também o número de bolsas para titulação no exterior, pois entre 1975-81 foram oferecidas apenas dez bolsas para mestrado e doze para doutorado.

As grandes vertentes teóricas identificáveis atualmente na área, refletem as orientações que marcaram a história do Serviço Social em suas nascentes e em sua recente evolução na América Latina.

A teoria e a prática profissionais não se apresentam como um bloco monolítico, mas posturas distintas, por vezes antagônicas, coexistem em seu bojo.

Tais posturas, dependendo da perspectiva analítica sob as quais são enfocadas, se vão revelando sob formas e denominações diversas. Assim é que, as análises elaboradas por cientistas da área, embora apresentem tipificações assimétricas ou dessemelhantes, não chegam a revelar distinções de caráter essencial. As classificações mais difundidas e delineadas com maior consistência teórica dão sempre conta de duas linhas marcantes no interior das produções e das práticas do Serviço Social. Essas linhas, se pautadas sobre a análise das relações sociais de produção, falam de: paradigma das relações individuais e de paradigma de força, poder e exploração.

Se a análise privilegia as correntes da ciência que informam a profissão e os objetivos por esta perseguidos, as grandes vertentes teóricas são denominadas como Serviço Social para a integração social e Serviço Social para a libertação social.

Estas perspectivas analíticas vêm subsidiando a atual construção teórica da profissão e aglutinando muitas pesquisas realizadas no interior dos centros de pós-graduação.

Passaremos a delinear, em largas pinceladas, a perspectiva que se fundamenta na análise das relações sociais.

O paradigma das relações individuais privilegia a dimensão psicossocial, considera que o indivíduo é o fundamento da sociedade e pretende a modificação do comportamento a partir do relacionamento entre pessoas.

Baseada inicialmente na psicologia, as versões modernas desta corrente vêm-se inspirando em diferentes fontes das Ciências Sociais. Focalizam-se, por isso, categorias diversas, embora não essencialmente diferenciadas no paradigma do relacionamento interpessoal, tais como interação, aprendizagem social, diálogo, re-

lacionamento empático, etc. Tais categorias são utilizadas como forma de estimular as interrelações, a partir da "situação-problema" ou "situação-existencial-problemática".

A perspectiva do Serviço Social orientada pela fenomenologia existencial é fruto de uma visão que relaciona a pessoa humana com o meio social. A associação da fenomenologia ao estruturalismo genético permite que essa perspectiva não desdiga das categorias históricas tomadas no sentido da compreensão da existência humana e da dimensão de seus projetos individuais. Retomando o humanismo fundado na fenomenologia da liberdade, que postula um homem-sujeito crítico e criador, essa corrente propõe uma ação educativa que persegue a consciência reflexiva a partir da problemática existencial, produto do movimento dialético entre o conhecimento do sujeito como "ser no mundo" e o conhecimento do sujeito como "ser sobre o mundo".

Exemplos desse modo de conceber a realidade social encontram-se no modelo denominado "de ação social" e no "modelo funcional". O primeiro visa a promover, prevenir e curar os problemas na ótica da adaptação social. O segundo, ou seja, o modelo funcional, percebe o Serviço Social como subsistema de manutenção da estrutura e procura capacitar sua clientela para a superação dos problemas.

A metodologia do Serviço Social tradicional firmou suas raízes no paradigma das relações individuais, caracterizando-se pelas etapas de estudo, diagnóstico e tratamento utilizadas no trabalho com casos, grupos e comunidades.

O paradigma das relações de força, poder e exploração, enfoca os problemas no contexto das articulações que se processam no nível estrutural de um modo de produção determinado. Desloca, portanto, o eixo de preocupação do Serviço Social do âmbito particular para a relação que se estabelece entre o geral-particular.

As pesquisas e experiências que adotam esse paradigma salientam a importância da relação teoria-prática, considerando esta última como critério fundamental para a construção teórica e para a intervenção transformadora. Ressaltem-se igualmente, a interdependência do objeto e do sujeito, a natureza holística da realidade social, a utilização das leis da dialética para a compreensão do mundo.

As temáticas atualmente trabalhadas nas pesquisas docentes e discentes encontram-se pautadas sobre esses paradigmas. Embora não apareçam de modo puro, privilegiam aspectos que podem ser assim classificados: análise histórica; análise dos fundamentos teóricos da profissão; propostas de novos modelos metodológicos; estudo dos limites e possibilidades da prática profissional das instituições; análise da realidade e das relações de poder; política social; e análise de experiências em campos específicos.

Os problemas e necessidades mais prementes da área dizem respeito a: titulação

insuficiente do professorado, pois grande parte dos docentes tem apenas o nível de mestrado; tempo de dedicação insuficiente, uma vez que muitos centros de pós-graduação têm um número reduzido de professores em tempo integral; falta de apoio à produção científica por parte das agências financiadoras; e insuficiência de bolsas para pessoal docente e discente.

Face à análise empreendida e a situação constatada recomenda-se aos órgãos públicos:

Apoio a reuniões da comunidade científica e dos organismos profissionais; estímulo ao intercâmbio dos centros nacionais de pós-graduação; cobertura dos custos envolvidos na circulação de docentes e pesquisadores entre os diversos centros de pós-graduação; financiamento à realização e publicação de pesquisas; oferta de bolsas para alunos de pós-graduação; subsídios que viabilizam a contratação de professores substitutos aos docentes afastados para titulação; apoio financeiro para melhoria da infra-estrutura de pesquisa; constituição de comitê assessor ao Serviço Social junto ao CNPq, bem como estruturação de garantia orçamentária destinada à área, oferecendo apoio técnico e financeiro aos seus centros de ensino e pesquisa.

## 66. URBANISMO

Redator:

Maria Adélia Aparecida de Souza

(USP — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

*A Avaliação & Perspectivas 1982* da subárea Urbanismo foi realizada baseada no conhecimento que o redator possui sobre a pesquisa na subárea; na obtenção e exame de informações sobre a produção brasileira de pesquisa na subárea; numa tentativa de conceituar melhor tanto o significado da pesquisa científica e tecnológica na subárea, quanto o seu próprio significado; na elaboração de hipóteses preliminares para avaliação e definição de perspectivas para a subárea; na descrição dessas hipóteses e atualização de informações seja com os programas de pós-graduação seja com as instituições públicas e privadas que realizam pesquisa nesse campo.

Foram assim elaboradas duas versões do documento.

Para a elaboração da versão preliminar além dos procedimentos acima mencionados, foram realizadas visitas e organizadas reuniões em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília, fazendo um total de contatos com cerca de cinquenta instituições que realizam pesquisa em Urbanismo. Para a produção do documento final, a versão preliminar serviu de documento base de uma reunião ampla realizada em São Paulo, no dia 4 de junho de 1982, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Nessa reunião, portanto, ampliou-se à comunidade científica o debate sobre esta questão e nela houve a apresentação de sugestões e críticas à versão preliminar.

Por outro lado, o tratamento da subárea no campo da pesquisa científica é um fato recente. Sendo que, pela primeira vez o CNPq trata a subárea com destaque, uma vez que ela sempre aparece juntamente com a Arquitetura na área das engenharias. Louva-se, então, um duplo evento no quadro de elaboração deste documento pelo CNPq: o primeiro é o destaque dado e o segundo é o seu enquadramento na área de Ciências Sociais Aplicadas. Embora haja discordância quanto ao "Aplicada" (termo que se vincula a uma classificação de ciência já ultrapassada) é inegável o avanço conseguido para o tratamento do Urbanismo.

Muito embora essa separação havida entre Arquitetura e Urbanismo venha gerando uma enorme polêmica, manifesta, inclusive, quando da discussão da versão preliminar do documento, ela não será aqui aprofundada por fugir dos objetivos propostos. O que se pretende é muito mais atender, avaliar o processo de produção de conhecimento na subárea, colaborar na sua conceituação e propor algumas diretrizes de política. A dificuldade de obtenção de dados empíricos sobre a pesquisa na subárea, o volume de investimentos aplicados e a participação de inúmeras instituições nesse processo, dificulta a sua avaliação, que foge, portanto, do âmbito, eminentemente, universitário.

Assim, o documento final é composto de quatro partes, a saber:

- uma definição de campo: conceitos e limites;
- as hipóteses de trabalho;
- o espectro da pesquisa: análise e crítica;
- perspectivas e políticas de pesquisa para a subárea, enunciando diretrizes, linhas prioritárias, relação ensino/pesquisa, a produção e reprodução de conhecimento, a organização e processamento de projetos e programas. Intercâmbio e democratização da informação: do insumo e do produto.

Espera-se com isto, complementar o esforço desenvolvido no documento de 1978, colaborando, conseqüentemente, com os anseios da comunidade acadêmica, científica e técnica do país na definição de um caminho de libertação, traçado a partir do nosso próprio processo e capacidade de gerar e produzir conhecimentos de interesse da sociedade brasileira.

Importa, ainda, apontar a pesquisa realizada pelo Ibam, para o CNPq (1978/79) sobre a pesquisa urbana brasileira, de cujos resultados, o documento se valeu em muito e cujas conclusões foram incorporadas, na sua grande maioria.

Foram analisadas e avaliadas as pesquisas cadastradas, obtidas por informação documental ou verbal, classificadas pelo informante como pertencendo ao urbanismo, urbanização, planejamento urbano, desenvolvimento urbano e política urbana.

No que concerne às consultas realizadas à comunidade acadêmica, científica e técnica, ampliou-se a tradicional consulta à universidade para outras instituições privadas e públicas, pois, sobretudo as instituições governamentais (secretarias de Estado, CNDU, EBTU, FIBGE) têm sido grandes produtoras ou financiadoras de pesquisa (relatórios técnicos) na subárea. Donde a necessidade de ampliar a consulta e a avaliação para essas áreas.

### Uma definição de campo: conceitos e limites

No contexto do Urbanismo é necessário que fiquem explicitados não só o seu conceito, como aqueles correlatos. Isto se impõe, em primeiro lugar, para distinguir alguns conceitos e termos que vêm sendo usados indiscriminadamente no

tratamento da questão em pauta e, em segundo lugar, para uma melhor compreensão das idéias e teses defendidas no documento.

Antes, contudo, de retomar a questão conceitual, faz-se mister uma tentativa de definir a problemática da organização do espaço brasileiro em geral e do urbano em particular.

Indiscutivelmente, o planejamento da organização do espaço brasileiro já possui uma história. De qualquer maneira, todas as intervenções havidas têm correspondido às grandes opções do desenvolvimento nacional e aos grandes objetivos a serem alcançados, os quais têm sempre refletido os pactos territoriais. Contudo, o momento atual brasileiro sugere um novo pacto territorial em apoio ao novo pacto social que se desenha para o país, o qual será o resultado do novo equilíbrio de forças dentro da sociedade brasileira.

Além desse pacto, é importante indicar aquele representado pela mediação exercida pelo planejamento nacional, acentuadamente no período pós-64, seja a nível de desenvolvimento como um todo, seja a nível do espaço, em especial do espaço urbano. É a partir dessa época que é enfaticamente montado no país todo um aparato institucional, financeiro e técnico para encaminhar um novo pacto social e territorial vinculado à ocupação do território, à segurança nacional e à questão urbana.

Contudo, nestes últimos vinte anos a situação da sociedade brasileira mudou muito e, hoje, à mudança social que se opera impõe-se também uma reformulação na apropriação, na produção e no uso do território.

Estas são, sem dúvida alguma, as questões maiores que se impõem à sociedade brasileira como um todo, aos pesquisadores e ao governo, em particular.

Ainda neste quadro da problemática da organização do espaço brasileiro, importa apontar pelo menos algumas das suas contradições. Devem ser apontadas, de imediato, três: no delineamento e funcionamento do sistema de planejamento; nas pesquisas e estudos urbanos e regionais que subsidiaram as decisões do planejamento; e nos resultados, sobre o espaço brasileiro, do planejamento até aqui adotado.

O essencial dessas contradições situa-se, a nosso ver, no significado e nas características das pesquisas e estudos desenvolvidos. O seu respaldo teórico, na maioria dos casos, está calcado em princípios emanados da polarização, centralidade, homogeneidade, funcionalismo, o que alimentou uma discussão que até hoje persiste na comunidade, vinculada à descentralização, desconcentração, concentração e funcionalidade da organização do espaço.

Torna-se importante destacar que todos esses estudos e pesquisas sugeriam uma busca de harmonia na organização do espaço, busca essa refletida em todos os

documentos oficiais referentes ao planejamento do espaço brasileiro, nas suas múltiplas escalas, nacional, regional ou local e é exatamente nessa busca de harmonia através da implantação de pólos que reside uma das contradições básicas, pois, é impossível obter a harmonia do espaço numa sociedade que conheceu um ritmo incrível de centralização (do poder, da renda, do acesso aos bens e serviços) e desníveis sociais aberrantes. No espaço, conseqüentemente, centralizaram-se os benefícios do trabalho realizado por toda sociedade, em pontos privilegiados do território nacional. Isto, indiscutivelmente, sugere a necessidade de uma postura mais adequada dos cientistas e pesquisadores da organização do espaço brasileiro e, em especial do espaço urbano, face a toda essa problemática.

Com relação à questão urbana os brasileiros foram atropelados, sobretudo no período pós-guerra, por um processo de urbanização de amplitude e dimensões inusitadas, processo esse ora vinculado à própria colonização do país, ora vinculado à facilitação da nossa dependência externa.

Este é um pano de fundo que deve pautar os caminhos da pesquisa brasileira no que tange a organização do espaço nacional e do espaço urbano em particular.

Não será retomada nesta síntese, toda tentativa de reconstrução do conceito de Urbanismo.

O que ficou estabelecido é que a urbanização é um processo social manifesto no espaço, pois o espaço é social. E o Urbanismo é uma técnica (conjunto dos processos de uma arte ou de uma fabricação, conforme Cândido de Figueiredo). Acreditar, como acreditamos na unidade da ciência e da arte, tais "explicitações" se justificam apenas para um aprofundamento do conhecimento.

Esses são, a nosso ver, os dois conceitos essenciais desse campo de conhecimento. Os demais, tais como desenvolvimento urbano, política urbana, planejamento urbano, são decorrências conceituais daqueles e, diga-se de passagem, são explicitações e sistematizações decorrentes daquelas. Não é sem nenhuma razão que as primeiras ações de planificação urbana surgem na Europa no Século XIX, basicamente. Fazemos este corte temporal, pois estamos tratando aqui de contribuir para um esclarecimento da questão urbana brasileira. Daí os nossos referenciais estarem indissolavelmente ligados à história da cidade capitalista e da revolução industrial. Não negamos a urbanização nem as intervenções urbanas que sempre existiram nos tempos precedentes. Em todos os momentos da história da humanidade, cada revolução sócio-econômica sempre se traduziu em modificações nos relacionamentos humanos e na natureza do espaço produzido. O espaço é uma instância social. E, a cidade sempre foi o *locus* mais sensível dessas mutações através dos tempos. Isto apenas para destacar que, a cada momento, cada cidade testemunha as vitórias e derrotas da história de um povo.

O que se pretende aqui é estabelecer limites temporais e conceituais para entender a produção científica brasileira, no que concerne à questão urbana.

O que está aqui proposto, contudo, como contribuição conceitual é que se aplique o conceito de urbanização apenas ao processo macro. Esta proposição tem o objetivo de contribuir para a eliminação da ambigüidade conceitual na utilização de "urbanização".

À outra conotação (local), propõe-se aquilo que o documento conceitua como Urbanismo, ou seja, intervir concretamente, produzir o espaço urbano. É cada momento de produção concreta do espaço, da urbanização (tornar urbano). Assim, denominamos anteriormente o Urbanismo como corte temporal da urbanização. O que o caracteriza é a intervenção, o novo, o projeto na conceituação dos arquitetos urbanistas.

Como se vê, a questão conceitual não é simples. Ela é aqui retomada, sem dúvida alguma de forma esquemática, apenas para recuperar a utilização usual desses conceitos pela comunidade acadêmica, científica e profissional e, tentar contribuir ao seu aprimoramento, com o intuito de facilitar o exame da produção de conhecimento neste campo.

Contudo, chega-se aqui a um outro aspecto importantíssimo, objeto mesmo de toda essa elaboração conceitual que é o urbano. Afinal, o que é o urbano, nosso objeto de reflexão e de pesquisa?

Difícil questão! O que se pode propor inicialmente é que a cidade — produto concreto do urbano no espaço — vem se tornando cada vez mais o lugar da produção e do consumo, o lugar da residência e, sem dúvida alguma, o lugar privilegiado de realização da sociedade moderna. Mas isto é dizer muito pouco se, por exemplo, também nos reportamos à história da urbanização e verificarmos que a cidade é, por excelência, o lugar da dominação.

Como foi muito bem apontado nas discussões havidas, "trabalhamos com um objeto que necessita de delimitação para que possamos realizar pesquisa pura, expressão que é gratuitamente reservada, com freqüência, às disciplinas chamadas exatas". Complica-se, assim, a delimitação no nosso objeto de estudo. Contudo, contrapondo-se àquele esquematismo que tem presidido o tratamento do urbano e, indiscutivelmente, a natureza do processo de reconstrução metodológica (de pesquisa) do urbano, passa-se necessariamente por um outro corte que não é mais regido pelo positivismo no urbano (estudo da habitação, do transporte, do saneamento, do uso do solo etc). Hoje fica difícil discordar que, antes de ser uma somatória de funções e de setores, o urbano constrói e consolida o modo de produção capitalista. O estudo do urbano hoje, necessariamente deve passar pelo exame de quatro áreas que se interseccionam:

- pela questão da propriedade, parcelamento e apropriação do solo (e, isto é Direito, Administração Pública, Antropologia, Geografia, Sociologia, Política, etc);
- pela produção propriamente dita do espaço. Toda perspectiva da produção arquitetônica da forma, de como o espaço é construído, como o homem transforma seu ambiente de vida quando coloca a tecnologia beneficiando um grupo ou

uma classe social. Ou, ainda, que grupos se associam para produzir o urbano, quem se beneficia desse processo de produção? nele, como se dá a apropriação do espaço?

- pela contradição entre diversas forças sociais, classes sociais, em busca da política de desenvolvimento, da administração e do comando do urbano, como objeto de controle. Aí surge o planejamento urbano: tentativa de se introduzir no âmbito da sociedade um traço maior de cooperação que supere a competição e a exploração, que transforma a sociedade numa eterna desigualdade de problemas cada vez mais graves;
- pelo problema da participação, o problema de inserção da população, de suas organizações no destino da cidade.

Quanto ao desenvolvimento urbano, este associa-se nitidamente ao processo de expansão da cidade capitalista. No seu âmago está a proposta já aceita, em tempos idos, da dualidade rural-urbano na explicação do fenômeno regional. Propomos então que o desenvolvimento urbano se constitua no processo de expansão de cada cidade, uma subcategoria da urbanização.

O que se pretende com esta proposta, mesmo fugindo ao usual, é estabelecer uma diferença, que habitualmente não existe, entre desenvolvimento urbano e urbanização. Por outro lado, a extrapolação para o conceito de desenvolvimento regional não é aqui feita por entendermos que esse conceito, que pressupõe a circunscrição espacial de um fenômeno que vai além do urbano (portanto o regional, conforme toda bibliografia geográfica), face as mais recentes polêmicas e bibliografias sobre o assunto é algo extremamente discutível para o mundo capitalista, dentro, pelo menos, de uma determinada escola filosófica. Decidimos, por se tratar este documento especificamente do Urbanismo, não nos enveredarmos por esse conceito.

Resta, portanto, propor aqui a explicitação de mais dois conceitos: o de planejamento urbano e o de política urbana.

O planejamento urbano, no contexto da avaliação, é entendido como um processo político de tomada de decisão sobre a urbanização, decisão esta manifesta através das políticas urbanas. A política urbana é a manifestação do processo de planejamento urbano que acontece em cada cidade através do Urbanismo (que é projeto). Ela explicita prioridades (envolve escolha, compromissos, pactos) e pode ser definida em múltiplas escalas: local, regional, nacional. O que fica dado, contudo, é que, tanto a política quanto o planejamento se vinculam a um determinado nível de poder, representado pelo Estado.

É importante frisar e desde já antecipar que as formulações teóricas, empíricas e técnicas que até aqui têm tratado da questão urbana, estão prenhes de uma clara e nítida dependência externa, seja cultural, ou seja, como vem acontecendo nos últimos anos, financeira. Queremos com isto dizer que a pesquisa nas áreas que estão aqui sendo examinadas, são calibradas por conceitos e teorias alienígenas

(polarização, modelos, centro-periferia, desequilíbrios, etc) e orientadas em função da disponibilidade e da oferta de dinheiro das grandes agências financiadoras.

Ainda aqui é importante ressaltar as dificuldades encontradas nesta avaliação, pela confusão do entendimento do que seja ciência, nas classificações adotadas pelos pesquisadores e agências (teórica e aplicada) e no excessivo empirismo das mesmas.

Não temos aqui a pretensão de pontificar sobre o significado da ciência ou sobre sua possível classificação. O que faremos é fixar alguns conceitos, aqueles que adotamos, para que esta avaliação possa ser melhor compreendida.

Apenas para não alongar e não enveredar por uma discussão que, embora fundamental, não se constitui no objetivo deste documento, resumiremos aqui algumas considerações sobre a questão as quais lastreiam nossa avaliação.

É um erro solicitar da ciência a prova da objetividade do real, pois, esta mesma objetividade advém de uma concepção do mundo, de uma filosofia e não pode ser um dado científico. Então, o que a ciência pode fornecer sobre esse assunto? "a ciência seleciona as sensações, os elementos primordiais do conhecimento: ela considera certas sensações como transitórias, aparentes e falsas porque elas dependem de condições individuais e particulares; ela considera outras sensações como sensações duráveis, permanentes, superiores às condições individuais e particulares". Assim, é "objetiva a realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista puramente particular ou de grupo. Serão todas as afirmações da ciência "objetivamente" verdadeiras, de modo definitivo? Se isto assim fosse, se as verdades científicas fossem definitivas, hoje a ciência teria muito pouco a dizer, reduzindo-se a atividade científica a uma divulgação daquilo que já foi descoberto. Porém, em ciência nada é definitivo, pois, ela é "uma categoria histórica, um movimento em contínuo movimento". ...a ciência não é, então, nem tanto objetividade do real que o homem que elabora seus métodos de pesquisa, que retifica permanentemente os instrumentos materiais fortalecendo seus órgãos sensoriais e os instrumentos lógicos (aí incluída as matemáticas) de discriminação e de verificação: *o que interessa à ciência e, portanto, à cultura, isto é, a concepção do mundo, é a relação entre o homem e o real, através da mediação da tecnologia*". A ciência é em realidade, também, uma superestrutura, uma ideologia. Ela não é apenas uma pura noção objetiva; "a ciência é concretamente a união do fato objetivo e de uma hipótese ou de um sistema de hipóteses que ultrapassam o puro fato objetivo". E, é exatamente a metodologia que permite distinguir a noção objetiva do sistema de hipóteses e que permite incorporar ou abandonar um ou outro. Num processo de reconstrução metodológica, dentro desta concepção gramsciana de ciência, torna-se, então, necessário que sejam exibidos os instrumentos teóricos, empíricos e técnicos afim de que, a ciência de um grupo e sua ideologia possam ser identificada, aceita ou rejeitada.

Neste aspecto, as pesquisas das áreas aqui tratadas, ou seja, o Urbanismo, a urbanização, a política urbana, o desenvolvimento e o planejamento urbanos estão envolvidos de "ideologias" externas e padecem de um desvio excessivamente empirista. A ignorância de boa parte dos pesquisadores, dos fatos e métodos científicos, é muito grande. Por outro lado, o arsenal de conceitos e de instrumental para o tratamento da questão urbana brasileira ainda está por ser aprimorado ou, melhor dizendo, criado.

## As hipóteses de trabalho

- há uma quase total ausência de instrumental teórico mais adequado para a pesquisa brasileira nas áreas em questão. Grande parte desse instrumental disponível no país e que é utilizado no processo científico, foi desenvolvido nos e para os países avançados;
- tem havido um excessivo desvio no eixo da pesquisa nas áreas examinadas, caracterizado por um excessivo empirismo, na produção daquilo que é imprópria-mente chamado de ciência aplicada. Isto se deve às características das agências financiadoras dos projetos de pesquisa;
- a abundância de recursos aplicados em projetos sobre aspectos específicos do urbano tem levado a uma redução do entendimento e do aprofundamento do conhecimento sobre as áreas em questão, onde apenas alguns aspectos são privilegiados, como é o caso, atualmente, dos transportes urbanos.

## Análise e avaliação: o espectro da pesquisa

As informações tratadas para a análise e crítica da pesquisa brasileira sobre "o urbano" (ou Urbanismo, como pretende o CNPq) deu origem, inicialmente, a uma matriz e a uma série de quadros, os quais, além das informações do sistema CNPq/Selap, envolvem também (e na mesma metodologia) as informações fornecidas por outros arquivos seja do CNPq (bolsas no exterior, bolsas de pesquisa, bolsas de aperfeiçoamento) seja da Capes (pós-graduação das universidades). A análise qualitativa se deu pelo exame dos objetivos e metodologias dos projetos cadastrados, bem como o exame de algumas teses e relatórios de pesquisa.

Toda esta análise qualitativa e quantitativa e seu rebatimento nos conceitos explicitados anteriormente de forma sumária, nos conduz à conclusão de que não há pesquisa urbana propriamente dita no Brasil, pois, de todos os projetos e pesquisas examinados, apenas quatro podem ser considerados como pesquisas científicas sobre o urbano. Tais pesquisas são assim consideradas, pois, configuram um processo de reconstrução metodológica, nele exibindo seu instrumental teórico, empírico e técnico. Isto significa que poucas são aquelas que efetivamente contribuem para o conhecimento do Urbanismo brasileiro e não apenas para sua descrição.

Uma série de outras análises e avaliações foram feitas através do exame das teses, dos relatórios e da matriz. A principal delas diz respeito à natureza da pesquisa

urbana, que deve ser interdisciplinar. Isto não fica de todo claro, pois temas amplos e complexos são tratados por um só pesquisador (caso específico das teses) ou, no caso das instituições, isto não dá para ser apreendido, pois as equipes não são explicitadas, nem a metodologia do projeto. Assim, a garantia da interdisciplinaridade escapa ao quadro desta avaliação. Tudo indica que ela não deva existir. Os argumentos são aqueles vinculados ao "retalhamento" do urbano. A interdisciplinaridade, ao invés de ser uma propriedade do objeto de pesquisa, passou a ser do pesquisador.

Finalmente, um outro aspecto que merece ser apontado é aquele referente à distribuição geográfica dos projetos. Dentro da nossa sistemática, apenas como amostra, se examinarmos a distribuição dos projetos considerados em Urbanização teremos o seguinte:

• Rio de Janeiro	33 projetos
• São Paulo	12 projetos
• Pernambuco	4 projetos
• Rio Grande do Sul	4 projetos
• Brasília	4 projetos
• Minas Gerais	3 projetos
• Paraíba	3 projetos
• Bahia	2 projetos
• Pará	2 projetos
• Santa Catarina	2 projetos
• Paraná	1 projeto

Para meio ambiente e transporte há também uma enorme concentração no Rio de Janeiro e São Paulo.

## Perspectivas e política de pesquisa

### Considerações preliminares

As formulações, análises e avaliações desenvolvidas até aqui visam não somente dar prosseguimento a um processo de discussão consubstanciado na *Avaliação & Perspectivas 1978*, como também fornecer elementos ao CNPq e ao governo na definição de uma política de pesquisa para a subárea Urbanismo.

É importante, neste momento que, para efeito de clareza no entendimento do documento e para simplificar nossa exposição, propormos que o termo Urbanismo seja mantido para a designação da subárea aqui e no âmbito do CNPq. Ainda, nele estejam clara e explicitamente incluídos os projetos e pesquisas daquilo que, aqui é entendido como Urbanismo, Planejamento Urbano e Política Urbana. Isto significa que, a nível operacional para o CNPq, tais projetos e pesquisas se vinculem estritamente a um comitê de Urbanismo. O mesmo, contudo, não acontece com a Urbanização e o Desenvolvimento Urbano. Dependendo do conteúdo do projeto ou pesquisa, poderão estar em Urbanismo, Arquitetura, Geografia, Eco-

nomia, Sociologia ou História.

Tais cuidados se tornam necessários, seja para o procedimento da análise, seja para a formulação de uma política de pesquisa, seja para a alocação de recursos: o privilegiamento ou não, deste ou daquele campo do conhecimento só será possível na medida da sua definição explícita.

Dito isto, também nunca é demais repetir a absoluta necessidade de se dar melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e para o ensino superior (pós-graduação) no Brasil.

### Sugestões sobre diretrizes para uma política de pesquisa na subárea Urbanismo

- intensificar as relações entre o ensino e pesquisa e, com isto, desatrelar a pesquisa de uma postura empirista e imediatista, Neste sentido, duas condições pelo menos se impõem:
  - incentivar a pesquisa que vise aprimorar formulações teóricas;
  - separar aquilo que deve ser entendido como produção científica (que deve ser apoiado e financiado pelo CNPq e demais agências financiadoras de pesquisa) daquilo que, embora impropriamente chamado de pesquisa "aplicada", nada mais é do que um retório técnico (apanhado sobre um objeto), sem nenhuma preocupação científica;
- criar programas estáveis de forma que a pesquisa se configure num processo científico e com isto possibilite um aprofundamento no conhecimento do objeto em questão: — o urbano;
- eliminar o estigma da pesquisa individual e com isto criar condições para que a interdisciplinaridade permita uma aproximação maior do conhecimento do nosso objeto de estudo;
- definir critérios objetivos de avaliação seja dos projetos e pesquisas, seja dos seus produtos. Neste sentido, a criação de fóruns de debate e a publicação e o intercâmbio entre os pesquisadores, se constituirão nos seus maiores e melhores juízes e, com isto, separa-se, de forma mais democrática, aquilo que em realidade classifica a pesquisa: a boa pesquisa. Neste sentido, um aspecto extremamente pertinente que é o da qualidade, estaria garantido;
- incentivar em cada instituição de pesquisa a organização de um cadastro dessas mesmas pesquisas;
- democratizar a informação, seja no que diz respeito àquela necessária ao processo de pesquisa (a obtenção de informações e dados para pesquisa, ainda que apenas os dados oficiais) se constitui cada vez mais num "segredo de Estado" "que ora é estritamente confidencial", ora é uma mercadoria excessivamente cara (como é, por exemplo, o caso das tabulações especiais do IBGE!);
- o financiamento da pesquisa na área deveria se submeter a um critério público e rigoroso;
- atentar para a produção das FAU's particulares (que no caso do Estado de São Paulo, por exemplo, são majoritárias) que se constituem em verdadeiros indigentes do ensino e da pesquisa;

- cadastrar e analisar as informações referentes às pesquisas na subárea, levadas a efeito nos Trabalhos de Graduação Interdisciplinar (TGI) (aspecto específico das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo), que se constituem em embriões de interessantes projetos de pesquisa que deveriam ser incorporados pelas instituições e que, em realidade, poderiam também ser critério para o ingresso no mestrado e inserção no programa de pesquisa das instituições;
- valorizar as instituições de ensino e pesquisa regionais, ou seja, não localizadas nas capitais, promovendo a necessária participação dessas instituições nos colegiados que decidem sobre a pesquisa nacional;
- ampliar, democratizar ainda mais e dar maior representatividade à participação nos comitês assessores do CNPq, de forma que o representante tenha o respaldo da comunidade que representa;
- incentivar não apenas a realização de pesquisa, mas também a produção de ensaios, de curta duração, que se constituem num interessantíssimo exercício de imaginação sobre o conhecimento já fundamentado; trata-se de um exercício que derruba e cria conhecimento.

Estas são algumas dentre as muitas sugestões que poderiam tornar-se ponto de partida para uma formulação de uma política da pesquisa científica e tecnológica sobre o urbano.

### Considerações finais

Este documento carece de vários agradecimentos e esclarecimentos.

Agradecimentos a todos aqueles que no processo de elaboração desta *Avaliação & Perspectivas 1982* atenderam às nossas solicitações, comparecendo às reuniões que organizamos por todo Brasil. Agradecimentos pelas críticas, opiniões, sugestões e manifestações feitas nesse percurso. Agradecimentos ao CNPq, às coordenações, à Secretaria Executiva desta *Avaliação* pelo apoio incontestável que nos deu, a Flávio Versiani pela coordenação serena, que nos transmitiu muita segurança. Agradecimentos àqueles que leram a versão preliminar e que concretamente ou não, se manifestaram. Em nome desses agradecemos, especialmente, à Direção da FAUUSP, a Lauro Bastos Birkholz, Gilda Collet Bruna, José Luiz Caruso Ronca, a Rebeca Scherer, a Pedro Geiger, a Milton Santos, a Manoel Correia de Andrade, a Manoel Seabra, a Lysia Bernardes, a Miguel Alves Pereira, a Carlos Nelson F. dos Santos, a Ari Fernandes, a Gian Carlo Gasperini, ao PROPUR da UFRGS, ao PUR da UnB, a Martin Smolka, a Cleon Ricardo dos Santos, a Jorge Guilherme Francisconi, a Vittorio Paretto, a Celso Lamparelli, a Niedya, a Ermínia T. Menon Maricato, cujas intervenções nas reuniões havidas ou manifestações escritas enviadas foram de extrema valia nesta redação final. Assim, estes colegas devem ser considerados também verdadeiros colaboradores desta versão final.

Um agradecimento muito especial é devido a Manoel e Sérgio pelo seu incansável trabalho na tabulação e entendimento das informações obtidas. A Clementino de Souza Filho, Iliete Maria Franco de Arruda, Miryam Tauil e Sala Melereas pela

dedicação com que na FAU nos apoiaram administrativamente. A Aurea de Souza pela datilografia da versão preliminar, em tempo record.

Finalmente, um esclarecimento de natureza metodológica. A fim de não cometer erros grosseiros e injustiças, o caminho metodológico deste documento absteve-se de elaborar uma história da pesquisa urbana brasileira. É claro que ela existe. Desde aqueles trabalhos mais divulgados e acessíveis e que tratam da problemática urbana como um todo, como é o caso dos trabalhos dos colegas do IBGE, da AGB, do IAB, do trabalho de Nestor Goulart Reis Filho, sobre a Evolução Urbana do Brasil 1500 - 1720, de Paul Singer sobre Desenvolvimento Econômico e sobre Evolução Urbana, de Pedro Geiger, pioneiro no estudo da rede urbana brasileira, dos colegas do Nordeste, do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Amazônia do Sul, de Brasília, enfim centenas e centenas de teses, pesquisas de colegas de diferentes disciplinas que estudam o urbano, impossíveis de serem mencionadas e avaliadas pela sua quantidade e pouca divulgação. A nossa posição privilegiada pelo fato de termos tido acesso a muitos desses trabalhos, por razões especiais e desvinculadas da elaboração deste documento, nos permitiu aceitar esta tarefa solicitada pelo CNPq, fato aliás que muito nos honrou.

De qualquer maneira, o conhecimento que não é passível de uma crítica permanente, pode de antemão considerar-se frágil e insuficiente. E, o que interessa nesse conhecimento é o julgamento da História. E é bom reafirmar: a ciência é antes de tudo uma categoria da História. E dela, não pode se dissociar.

## **ANEXO 1**

### **Membros dos Comitês Assessores**

## Membros dos Comitês Assessores

Nome	Comitê (*)	Instituição
Abigail de Oliveira Carvalho	SA	Ibict
Affonso Romano de Sant'Anna	CH	PUC/RJ
Afrânio Aragão Craveiro	QU	UFCE
Aino Victor Avila Jacques	VT	UFRRS
Alcides Nóbrega Sial	GC	UFPE
Alciléa Augusto Homem de Mello	MA	USP
Almiro Blumenschein	AG	Embrapa
Analúcia Dias Schliemann	CH	UFPE
Anna Emília Amato de Moraes Vazzoler	OC	Inpa
Antonio Celso Spinola Costa	QU	UFBA
Antonio Christofolletti	GC	Unesp/Rio Claro
Antonio Raphael Teixeira Filho	AG	MA
Arlindo Fábio Gomes de Souza	MP	CNSP/RJ
Arnaldo Campos dos Santos Coelho	ZO	UFRJ
Arno Blass	EM	UFSC
Bernardo Van Raij	AG	Unicamp

(\*) AG (Agricultura, Alimentos e Recursos Naturais), BF (Bioquímica, Biofísica, Fisiologia e Farmacologia), BM (Morfologia, Genética, Microbiologia, Parasitologia e Imunologia), CC (Ciências da Computação), CE (Economia, Administração e Demografia), CH (Psicologia, Filosofia, Educação, Letras e Linguística), CL (Patologia, Medicina Experimental e Odontologia), CS (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Arqueologia e Direito), EC (Engenharia Civil e Arquitetura), EE (Engenharia Elétrica, Eletrônica e Biomédica), EM (Engenharia Mecânica, Naval, Aeronáutica e de Produção), EQ (Engenharia Química, Minas, Metalurgia e Materiais, e Nuclear), FA (Física e Astronomia), GC (Geociências), MA (Matemática), MP (Saúde Pública, Medicina Preventiva e Nutrição), OC (Oceanografia), SA (Geografia Humana, Urbanismo, Ciência da Informação e Comunicação), QU (Química), VT (Medicina Veterinária e Zootecnia), e ZO (Zoologia, Botânica e Ecologia).

Cândido Simões Ferreira	GC	UFRJ
Carlos Américo Morato de Andrade	EE	USP
Carlos Costa Dantas	EQ	UFPE
Carlos Guido Bolini	FA	CBPF
Carlos Ribeiro Diniz	BF	UFMG
Carolina Martusceli Bori	CH	USP
Celso Mário de Araújo Pugliese	MP	UFBA
Cesar Timo-laria	BF	USP
Cid Bartolomeu de Araújo	FA	UFPE
Clóvis Teixeira	OC	USP
Clylton José Galamba Fernandes	CC	UFPE
David Goldstein Costa	MA	UnB
Dermeval Saviani	CH	PUC/SP
Diógenes Cabral do Vale	AG	IPA/PE
Eduardo Diatay Bezerra de Menezes	CS	UFCE
Eduardo Marcondes	CL	USP
Eduardo Penna Franca	BF	UFRJ
Elcio Marques Coelho	EQ	UFMG
Eucler Bento Paniago	QU	UFMG
Fábio Wanderley Reis	CS	UFMG
Faissal Massad	EC	USP
Fernando Cláudio Zawislak	FA	UFRGS
Flávio Rabelo Versiani	CE	UnB
Fredric Michael Litto	SA	USP
Frederico Simões Barbosa	MP	UFSCAR
Geraldo Arraes Maia	AG	UFCE
Geraldo Carlos Pereira Pinto	ZO	Radambrasil
Geraldo Gonçalves Carneiro	VT	UFMG
Hélio Bezerra Coutinho	BM	UFPE
Hélio Gelli Pereira	VT	Fiocruz
Heonir de Jesus Pereira da Rocha	CL	UFBA
Horácio Carlos Panepucci	FA	USP
Imre Simon	CC	USP
Israel Vainsencher	MA	UFPE
Jacob Palis Jr.	MA	Impa
Jader Onofre de Moraes	OC	UFCE
Jayme Luiz Szwarcfiter	CC	USP
João Batista Queiroz de Carvalho	EC	UFPB
João Lúcio de Azevedo	BM	UnB
João Yunes	MP	USP
Joaquim de Arruda Falcão Neto	CS	UFPE
José Alberto de Souza Freitas	CL	USP
José Alberto Magno de Carvalho	CE	UFMG
José Augusto Barbosa de Aguiar	CL	UFRJ
José Ferreira Fernandes	BF	UFSCAR
José Galizia Tundisi	ZO	UFSCAR

José Manuel Riveros Nigra	QU	USP
José Monteiro Leite	CL	UFPA
José Norberto Walter Dachs	MA	Unicamp
Linda Styer Caldas	ZO	UnB
Luiz Antonio Couceiro	CC	UFRJ
Luiz Antonio de Carvalho Ferraz	OC	DHN/RJ
Luiz Fernando Seixas de Oliveira	EQ	UFRJ
Luiz Rijo	GC	UFPA
Magid Iunes	MP	EPM/SP
Manassés Claudino Fonteles	BF	UFCE
Manoel de Andrade e Silva Reis	EM	IPT/SP
Manoel Fernando Gonçalves Seabra	SA	USP
Marcello Andre Barcinski	BM	UFRJ
Marcello de Vasconcellos Coelho	BM	UFMG
Marcus Aguiar Gorini	OC	UFRJ
Maryse Nogueira Paranaguá	OC	UFPE
Milton Almeida dos Santos	SA	UFRJ
Moacyr Dunham de Moura Costa	VT	UFBA
Norma de Góes Monteiro	CS	Arquivo Nacional
Onildo João Marini	GC	UnB
Osmane Hipólito	VT	USP
Paulo Alcantara Gomes	EC	UFRJ
Paulo Alcoforado Natividade Filho	CH	UFRJ
Paulo de Góes	BM	UFRJ
Paulo Edmundo de Leers Costa Ribeiro	FA	PUC/RJ
Pedro Leite da Silva Dias	GC	USP
Pedro Sampaio Malan	CE	Ipea/RJ
Petrônio Alves Coelho	ZO	UFPE
Renato Carlson	EE	UFSC
Ricardo Spinelli de Carvalho	EM	UFRJ
Romeu Boto Dantas	EQ	Coperbo/PE
Roque de Barros Laraia	CS	UnB
Ruy Galvão de Andrada Coelho	CS	USP
Ruy Gama	EC	USP
Saul Gonçalves D'Avila	EQ	Unicamp
Seigo Tsuzuki	EE	Fundebe/SP
Sergio Baptista Zaccarelli	CE	USP
Silvio Roberto de Azevedo Salinas	FA	USP
Sueli Maria Viegas Aldrovandi	FA	USP
Sylvio Péllico Neto	AG	UFPR
Telmo Silva de Araújo	EE	UFPB
Tercio Pacitti	CC	Deped/SP
Ulf Gregor Baranow	CH	UnB
Ulpiano Bezerra de Menezes	CS	USP
Walter Arno Mannheim	EQ	Eletróbrás/RJ
Walter Otto Cybis	EC	UFRGS

Warner Bruce Kover  
William Saad Hossne  
Willy Beçak  
Wolf Altman  
Yony de Sá Barreto Sampaio

QU UFRJ  
CL UFSCAR  
BM USP  
EM ITA/SP  
CE UFPE

**Membros AD HOC dos CA's**

Antonio Carlos Machado  
Antonio Mercado Neto  
Dilson Teixeira Coelho  
Elisaldo Carlini  
Jeanete Margueritte Krener  
Jerfferson Calfield  
José Marques de Melo  
Olávio Brasil Junior  
Tetuo Hara  
Thalis de Brito  
Valério Rohdem  
Vicente Faleiros

UFCE  
Diretor Teatral  
UFV  
EPM  
UFMG  
UFMS  
Imes  
Iuperj  
UFV  
USP  
UFRGS  
UFPB

**ANEXO 2**

Participantes da Reunião de 25 e 26 de agosto de 1982, na UnB

## Participantes da Reunião de 25 e 26 de agosto de 1982, na UnB

### A. CNPq

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (presidente), Guilherme Maurício Souza Marcos de La Penha (então vice-presidente), José de Anchieta Moura Fé e José Duarte de Araújo (diretores), Derblay Galvão (chefe do Gabinete), Álvaro Braga (chefe da Assessoria de Planejamento).

*Diretores de unidades:* Lindolfo de Carvalho Dias (Impa), Roberto Leal Lobo e Silva Filho (então do CBPF) e Luiz Muniz Barreto (ON).

*Superintendentes:* Célio da Cunha (SDS), Ivan Araripe de Paula Freitas (então da SDI), Mário Souza Couto Barbosa (SDA), Manoel Marcos Maciel Formiga (SDC) e Ivan Rocha Neto (então da SPI).

*Coordenadores:* Augusto César Bittencourt Pires (CEN), Marco Antônio Fabro (CEG), Mário Cláudio F. Mendonça (CCA), George Cerqueira Leite Zarur (CHS) e Carlos A. Marcílio de Souza (CCS).

*Técnicos:* Maria Aparecida Hugo Cagnin, Maria Cristina P. L. A. Lima, Nelson Prugner, Ruy Pereira Valle, José Maffia, Ivan Gonçalves de Freitas, Ricardo Ferreira Silva, Cristina Maria M. dos Reis, Meirione Costa e Silva, Alberto José Centeno, Inaê Amado e Yashiro Yamamoto.

*Conselho Científico e Tecnológico (CCT):* Crodowaldo Pavan (Fapesp e SBPC) e Paulo de Góes (UFRJ).

*Consultoria Científica (CCI):* Clóvis Cavalcanti (FJN), Roberto Cerrini Villas Boas (Cetem) e Ronaldo de Araújo (USP).

## B. Finep

Celso Alves da Cruz, Gilvan Sobral, João José P. Silva, João Luiz Coutinho de Faria, José Albuquerque M. Gomes, Luiz Carlos Brani, Ronaldo Azambuja, Sérgio Calzavara Alves e Vânia Costa.

## C. Capes

Edson Machado de Souza (diretor), Ângela Santana, Antônio Adolfo, Antônio Maria Amazonas MacDowell, Eda Coutinho Barbosa, Fernando Spagnolo, Gouvan de Magalhães, José Tavares Neto, Maria Carmen Toncy de Carvalho, Lori Diniz, Maria Esther Carvalho, Norma Rancich, Oriana Lins, Patrícia Zimbres, Paulina de Freitas, Raimundo Tadeu Correa, Rosana Bezerra, Rogério Córdova, Tereza Amaral e Ricardo Martins.

## D. UnB

Luiz Otávio Moraes de Souza (vice-reitor), Gentil Martins Dias (decano de Assuntos Comunitários) e Danilo Sili Borges (Faculdade de Tecnologia).

## E. Adidos científicos

Embaixadas dos Estados Unidos, Suíça e Suriname.

## F. Representantes de sociedades científicas

Airton Grill (Associação Brasileira Cimento Portland), Alba Maria Pinho de Carvalho (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), Alufzio Rosa Prata (Sociedade Brasileira de Medicina Tropical), Álvaro Pacheco Duran (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Aníbal Panacho Santana (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Aníbal Parracho Santana (Sociedade Brasileira de Matemática), Antônio Carlos Moraes de Castro (Instituto de Arquitetura do Brasil), Armando Márcio Coimbra (Sociedade Brasileira de Física Experimental), Aziz Nacib Ab'Saber (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Balthazar Barbosa Filho (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Bolivar Lamounier (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), Carlos César Formiga Ramos (Sociedade Brasileira de Patologia), Carlos Eduardo da Silva (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), Cidmar Teodoro de Paes (Sociedade Brasileira de Professores de Linguística), Circe de Melo Ribeiro (Associação Brasileira de Enfermagem), Cláudio Gil Soares de Araújo (Colégio Brasileiro de Esportes), Cláudio Zanitti Mammana (Sociedade Brasileira de Computação), Décio A. Lyra (Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária), Edson Nery da Fonseca (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Edrízio Barbosa Pinto (Associação Brasileira de Ensino de Odontologia), Eliane Azevedo (Sociedade Brasileira de Genética), Elli Toscano (Sociedade Brasileira de Cardiologia), Eunice Ribeiro Durhan (Associação Brasileira de Antropologia), Faíçal Massad (Associação Brasileira de Mecânica de Solos), Francisco Cardoso Gomes Matos (Associação Brasileira de Linguística), Franco Maria Lojolo (Associação

Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos), Fernando Galembeck (Associação Brasileira de Química), Gilberto M. Oliveira Castro (Sociedade Brasileira de Biofísica), Herval Pina Ribeiro (Associação Brasileira de Medicina), Humberto Barreto (Colégio Brasileiro de Cirurgiões), Humberto da Silva Carvalho (Sociedade Brasileira de Geologia), Humberto Richter (Sociedade Brasileira de Economia Rural), Igor Ivory Pacca (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ítalo Suassuna (Sociedade Brasileira de Microbiologia), Jairo Guedes de Figueiredo (Sociedade Brasileira de Matemática), João E. Steiner (Sociedade Brasileira de Astronomia), Jorge Jatobá (Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia), José Américo de Campos (Sociedade Brasileira de Pediatria), José Antônio Carvalho D'Arrochela (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicações), José Carlos Christofolletti (Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola), José Reinaldo Maffia (Sociedade Brasileira de Recursos Florestais), José Reinaldo Prandi (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), José Ribeiro Júnior (Associação Nacional de Professores Universitários de História), Lúcia Maria Neme (Sociedade Brasileira de Macologia), Leônidas de Mello Deane (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Lineu Freire Maia (Sociedade Brasileira de Fisiologia), Luiz Maurício da Silveira (Sociedade Brasileira de Engenharia Naval), Marcello Giovanni Tassano (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Marco Antônio Rampp (Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional), Maria Beatriz Marques Nizza (Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica), Maria Julieta Calazans (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), Maria Lúzia Porto (Sociedade Botânica do Brasil), Marisa Beatriz J. Nogueira (Associação Brasileira de Fonoaudiologia), Nelson Papavero (Sociedade Brasileira de Zoologia), Newton Guilherme Wiederhecker (Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica), Omar Campos Ferreira (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ondemar F. Dias Júnior (Sociedade Brasileira de Arqueologia), Oscar Sala (Academia de Ciências do Estado de São Paulo), Oswaldo Luiz Ramos (Sociedade Brasileira de Nefrologia), Olávio Antônio de Camargo (Sociedade Brasileira de Ciência do Solo), Paulo Canella (Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia), Paulo Marchiori Buss (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva), Pedro Carajilescov (Sociedade Brasileira de Ciências Mecânicas), Peter Seidl (Associação Brasileira de Química), Plínio Soares Moreira (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Polia Lerner Hamburger (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração), Renato Rodrigues Peixoto (Sociedade Brasileira de Zootecnia), Ricardo Gonaybe (Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto), Roberto Alienza (Associação Brasileira de Engenharia Química), Roberto Azevedo e Souza (Instituto Brasileiro de Planejamento), Roberto Diégues Galvão (Sociedade Brasileira de Pesquisas Operacionais), Roberto Soares Moreira (Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental), Rosa Ester Rossini (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), Ruy Escovel F. Santos (Colégio Brasileiro de Cirurgiões), Sérgio Ferraz (Ordem dos Advogados do Brasil), Sheila B. Soler (Associação dos Geógrafos Brasileiros), Sonia Regina Manso (Associação Bra-

sileira de Fisioterapia), Tasso Moraes e Santos (Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária), Ubirajara Martins (Sociedade Brasileira de Entomologia), Vania Oliveira Santos (Associação Brasileira de Educação em Enfermagem), Walnice Nogueira Galvão (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Walter Joaquim dos Santos (Sociedade Brasileira de Nutrição), Walter Celso de Lima (Associação Brasileira de Automática), Walter Pinto Costa (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária), Wilmar Dias da Silva (Sociedade Brasileira de Imunologia).

**G. Comitês Assessores (vide Anexo 1)**

**H. Coordenador Geral e Coordenadores de Áreas de "A & P 82"**

**I. Redatores de "A & P 82"**

Arte/Composição/Revisão:  
Serviço de Editoração-CNPq

Impressão:

ESCOPO  EDITORA